



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)**  
**DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**

**GRAZIELLY RIBAS DE OLIVEIRA**

**DIREITO À SEXUALIDADE DE ADOLESCENTES ACOLHIDAS  
INSTITUCIONALMENTE**

Seropédica, RJ

2022



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO (UFRRJ)**  
**DECANATO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA**

**GRAZIELLY RIBAS DE OLIVEIRA**

**DIREITO À SEXUALIDADE DE ADOLESCENTES ACOLHIDAS  
INSTITUCIONALMENTE**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro com requisito parcial para obtenção do título de Mestra, sob a orientação da Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto e sob a coorientação do Prf<sup>º</sup> Dr<sup>º</sup> Aureliano Lopes da Silva Junior.

Seropédica, RJ

2022

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- 
- O48d Oliveira, Grazielly Ribas de , 1995-  
DIREITO À SEXUALIDADE DE ADOLESCENTES ACOLHIDAS  
INSTITUCIONALMENTE / Grazielly Ribas de Oliveira. -  
Seropédica , 2022.  
130 f.
- Orientador: Ana Cláudia de Azevedo Peixoto.  
Coorientadora: Aureliano Lopes da Silva Junior.  
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro, PPGPSI, 2022.
1. Direito à sexualidade. 2. Adolescentes  
acolhidas. 3. Equipe técnica. 4. Revisão  
Integrativa da literatura. 5. Inserção Ecológica. I.  
Peixoto, Ana Cláudia de Azevedo, 1973-, orient. II.  
Junior, Aureliano Lopes da Silva, 1982-, coorient.  
III Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.  
PPGPSI. IV. Título.
- 

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de  
Pessoal de Nível Superior –Brasil (CAPES) –Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de  
Nível Superior –Brasil (CAPES) –Finance Code 001.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
DEPART° DE PSICOLOGIA E ORIENTAÇÃO



**TERMO N° 82/2022 - DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)**

**N° do Protocolo: 23083.006530/2022-16**

**Seropédica-RJ, 03 de fevereiro de 2022.**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

ANEXO À DELIBERAÇÃO N° 001, DE 30 DE JUNHO DE 2020

**GRAZIELLY RIBAS DE OLIVEIRA**

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre(a), no Programa de Pós Graduação em Psicologia, Área de Concentração em Tratamento e prevenção psicológica. Título: "DIREITO À SEXUALIDADE DE ADOLESCENTES ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE".

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 31/01/2022

Conforme deliberação número 001/2020 da PROPPG, de 30/06/2020, tendo em vista a implementação de trabalho remoto e durante a vigência do período de suspensão das atividades acadêmicas presenciais, em virtude das medidas adotadas para reduzir a propagação da pandemia de Covid-19, nas versões finais das teses e dissertações as assinaturas originais dos membros da banca examinadora poderão ser substituídas por documento(s) com assinaturas eletrônicas. Estas devem ser feitas na própria folha de assinaturas, através do SIPAC, ou do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) e neste caso a folha com a assinatura deve constar como anexo ao final da dissertação.

Membros da banca:

---

Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto (Orientadora, Presidente da banca)

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Profa. Dr. Ronald Clay dos Santos Ericeira  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Prof. Dr. Marcelo Princeswal  
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

---

Profa. Dra. Iolete Ribeiro da Silva  
Universidade Federal do Amazonas

*Documento não acessível publicamente*

*(Assinado digitalmente em 03/02/2022 16:11)*  
ANA CLAUDIA DE AZEVEDO PEIXOTO  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)  
Matricula: 1808252

*(Assinado digitalmente em 03/02/2022 16:16)*  
MARCELO PRINCESWAL  
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR  
DeptPO (12.28.01.00.00.00.23)  
Matricula: 1902145

*(Assinado digitalmente em 07/02/2022 13:53)*  
RONALD CLAY DOS SANTOS ERICEIRA  
COORDENADOR CURS/POS-GRADUACAO - SUBSTITUTO  
PPGPSI (12.28.01.00.00.00.21)  
Matricula: 1805319

*(Assinado digitalmente em 03/02/2022 19:36)*  
IOLETE RIBEIRO DA SILVA  
ASSINANTE EXTERNO  
CPF: 364.539.351-04

*(Assinado digitalmente em 04/02/2022 07:42)*  
GRAZIELLY RIBAS DE OLIVEIRA  
DISCENTE  
Matricula: 20191007406

Para verificar a autenticidade deste documento entre em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp>  
informando seu número: **83**, ano: **2022**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **03/02/2022** e o código de  
verificação: **f161e7853e**

Dedico este trabalho a todas as adolescentes da Casa Rio Preto, que seguem  
rompendo as normas sociais e escrevendo suas histórias de vida  
com bravura e coragem.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço à fé que tenho em mim, que todos a minha volta também tem.

Certamente, sem essa força espiritual consagrada pelos que estão à minha volta seria muito mais difícil chegar até aqui.

Agradeço imensamente à minha amiga e orientadora Ana Cláudia Peixoto, sua parceria me proporcionou muito crescimento pessoal e profissional.

Agradeço ao meu coorientador Aureliano, o nosso encontro foi um presente e me senti muito feliz em poder aprender tanto.

Agradeço ao Laboratório LEVICA, em especial Luana, Sandra, Braz, Ramalho, Ilanna e Karol, vocês foram a força motriz para que essa conquista desse certo.

Agradeço aos meus orientandos Gabriel, Juliana e Bruna que me motivaram com seus interesses e dedicação.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação e aos professores que proporcionaram tamanho conhecimento durante minha formação.

Agradeço o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

Agradeço aos amigos que estiveram presentes nesta trajetória, Lari, Manu, Rafa, Túlio, Jéss, Carol, Rafael, Vini, Isabela M., Júlia, Aline, Rena, Marjo, Nadme, Thalita.

Agradeço à minha família por toda compreensão nos momentos de ausência e por toda confiança.

Agradeço à minha banca. Ao Ronald pelo seu olhar atento, à Iolete por ser fonte de inspiração e ao Marcelo, que em toda banca do LEVICA nos desperta entusiasmo com suas palavras.

Agradeço à Instituição de Acolhimento, por nos receber para desenvolver este trabalho.

*Manifestar-se não é um simples gesto de  
liberdade numa cultura de dominação.  
Somos frequentemente enganados (sim,  
mesmo aqueles de nós que têm  
experimentado a dominação) pela ilusão da  
liberdade de expressão, acreditando  
falsamente que podemos dizer o que  
quisermos numa atmosfera de abertura (...)  
é preciso entender que a voz libertadora irá  
necessariamente confrontar, incomodar,  
exigir que ouvintes até modifiquem  
maneiras de ouvir e ser.  
(Bell Hooks, 1952)*

## RESUMO

DE OLIVEIRA, GRAZIELLY RIBAS. **Direito à sexualidade de adolescentes acolhidas institucionalmente.** Dissertação do Mestrado em Psicologia. Orientadora Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto. Instituto de Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020

Este trabalho se propôs a fomentar uma reflexão dos direitos sexuais de adolescentes acolhidas institucionalmente. Objetivou-se nesta pesquisa compreender como a sexualidade na adolescência é entendida por parte da Equipe Técnica e de Educadoras de uma instituição de acolhimento, bem como entender como as adolescentes acolhidas vivenciam seus direitos sexuais. Foi desenvolvida uma Revisão Integrativa da Literatura Internacional, por meio das bases de dados BVS, SCIELO e PSYCINFO. O intuito da pesquisa bibliográfica foi subsidiar o acesso a respeito das publicações feitas nos últimos 20 anos dentro da temática dos direitos sexuais de adolescentes. A pesquisa de campo foi realizada por meio de encontros remotos e presenciais em uma Casa de Acolhimento da Baixada Fluminense/RJ. Os dados da pesquisa foram recolhidos através de entrevistas semiestruturadas com profissionais da Instituição Acolhedora e também por meio de um grupo focal desenvolvido com adolescentes residentes da mesma Instituição. O material coletado foi registrado no Diário de Campo da Equipe de Pesquisa. A análise dos dados foi realizada pelo método de Análise de Conteúdo de Bardin (2011) e através da Inserção Ecológica. Algumas problemáticas encontradas no contexto institucional foram: a) falta de letramento racial da equipe técnica para heteroidentificar as adolescentes; b) processos de escolarização das adolescentes insuficientes; c) pouco lazer e dificuldade em inserir as adolescentes em projetos de desinstitucionalização; d) desatualização dos diagnósticos relacionados à saúde das adolescentes. Por meio deste trabalho, compreendeu-se que existem três aspectos fundamentais para a educação sexual na adolescência, sendo eles: o interesse de adolescentes na temática da sexualidade, encontros com qualidade de informação e interação e, profissionais qualificados sobre os direitos sexuais. O campo de pesquisa apresentou que a Equipe Técnica e a rede de assistência possuem forte influência na garantia dos direitos sexuais das adolescentes acolhidas - isso significa dizer que o investimento em formação profissional e políticas públicas poderia contribuir para ações a respeito da sexualidade de forma ampla, compreensiva e plural. Os resultados mostraram que os direitos sexuais na adolescência são atravessados por um processo multifacetado e interseccional. Conclui-se que é preciso defender que adolescentes possam estar comprometidos, envolvidos, ativos e participantes na construção da sua própria identidade e autonomia sexual.

**Palavras chaves:** Direito à sexualidade; Adolescentes acolhidas; Equipe técnica, Revisão Integrativa da literatura; Inserção Ecológica.

## ABSTRACT

DE OLIVEIRA, GRAZIELLY RIBAS. **Right to sexuality of institutionally sheltered**. Master's Dissertation in Psychology. Advisor Profa. Dra. Ana Cláudia de Azevedo Peixoto. Institute of Psychology, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2020.

This study aimed to foster a reflection on the sexual rights of institutionalized adolescent girls. This research aimed to understand how sexuality in adolescence is understood by the Technical Team and Educators of a host institution, as well as to understand how adolescent girls experience their sexual rights. An Integrative Review of International Literature was developed using the BVS, SCIELO and PSYCINFO databases. The purpose of the bibliographical research was to subsidize the access to the publications made in the last 20 years on the theme of sexual rights of adolescents. The field research was carried out through remote and face-to-face meetings in a Reception House in Baixada Fluminense/RJ. The research data was collected through semi-structured interviews with professionals from the Receiving Institution and also through a focus group developed with adolescent residents of the same Institution. The collected material was registered in the Research Team's Field Diary. Data analysis was performed using Bardin's Content Analysis method (2011) and through the Ecological Insertion. Some problems found in the institutional context were: a) lack of racial literacy of the technical team to heteroidentify the adolescents; b) insufficient schooling processes of the adolescents; c) little leisure time and difficulty in inserting the adolescents in deinstitutionalization projects; d) outdated diagnoses related to the adolescents' health. Through this work, it was understood that there are three fundamental aspects for sexual education in adolescence, namely: the interest of adolescents in the theme of sexuality, meetings with quality information and interaction, and professionals qualified in sexual rights. The field research showed that the Technical Team and the assistance network have a strong influence in guaranteeing the sexual rights of the adolescents that are sheltered - this means that the investment in professional training and public policies could contribute to actions regarding sexuality in a broad, comprehensive and plural way. The results showed that sexual rights in adolescence are crossed by a multifaceted and intersectional process. We conclude that it is necessary to advocate for adolescents to be committed, involved, active and participating in the construction of their own sexual identity and autonomy.

Key words: Right to sexuality; Adolescent sheltered adolescents; Technical team; Integrative literature review; Ecological Insertion.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES E TABELAS

Gráfico 01 – Número de crianças/adolescentes acolhidos por região.....	24
Gráfico 02 – Percentual de reavaliação de acolhimento inferiores a 90 dias por unidade da Federação.....	25
Tabela 01 – Artigos selecionados para análise e categorização na RI.....	41
Figura 01 – Fluxograma das etapas da Revisão Ingrativa da Literatura Nacional e Internacional.....	37
Figura 02 – Fluxograma da seleção das referências.....	38
Quadro 01 - Roteiro para grupo focal sobre sexualidade com adolescentes acolhidas.....	51

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RI	Revisão Integrativa da Literatura da Literatura Internacional
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
SNA	Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento
IE	Inserção Ecológica
PPCT	Processo, Pessoa, Contexto e Tempo
LEVICA	Laboratório de Estudos Sobre Violência Contra Crianças e Adolescentes
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
SEMAS	Secretaria Municipal de Assistência Social
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
SAM	Serviço de Assistência a Menores
FUNABEM	Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
SPE	Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas
UBS	Unidades Básicas de Saúde
LGBT	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e transgêneros
MEC	Ministério da Educação
GDE	Programa de Gênero e Diversidade na Escola
CSE	Educação Sexual Compreensiva
BVS	Biblioteca Nacional em Saúde
SICELO	Scientific Electronic Library Online
PSYCINFO	American Psychological Association
OMS	Organização Mundial da Saúde
WHO	World Health Organization
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CENTRO POP	Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua

CEBI	Fundação para o Desenvolvimento Comunitário
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
PPCAM	Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte
MCA	Módulo Criança e Adolescente
PNDH	Programa Nacional de Direitos Humanos

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA</b> .....	17
<b>2. OBJETIVOS</b> .....	20
2.1 OBJETIVO GERAL .....	20
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS .....	20
<b>3. REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....	21
3.1 ADOLESCÊNCIA: IDENTIDADE, AUTONOMIA E SEXUALIDADE .....	21
<b>4. O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL</b> .....	25
4.1 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL .....	25
4.2 A SEXUALIDADE DE ADOLESCENTES ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE .....	29
<b>5. PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL</b> .....	32
<b>6. METODOLOGIA</b> .....	38
6.1 TIPO DE PESQUISA .....	38
6.2 A EQUIPE DE PESQUISA .....	39
6.3 LOCAL DA PESQUISA .....	40
6.4 PARTICIPANTES .....	40
6.5 INSTRUMENTOS .....	41
6.6 PROCEDIMENTOS .....	42
6.7 ASPECTOS ÉTICOS DURANTE A COVID-19 .....	42
<b>7. RESULTADO E DISCUSSÃO</b> .....	44
7.1 REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA INTERNACIONAL (RI) .....	44
7.2 DEFINIÇÃO DO TEMA .....	44
7.3 BUSCA NAS BASES DE DADOS .....	45
7.4 ANÁLISE DOS RESULTADOS ENCONTRADOS NA RI .....	46

<b>8. CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES</b> .....	51
8.1 CARACTERIZAÇÃO DAS ADOLESCENTES .....	51
8.2 CARACTERIZAÇÃO DAS PROFISSIONAIS .....	56
8.3 ESPECIFICAÇÕES DA EQUIPE TÉCNICA .....	56
8.4 ESPECIFICAÇÕES DAS EDUCADORAS .....	57
8.5 CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FOCAL SOBRE SEXUALIDADE COM ADOLESCENTES ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE .....	58
<b>9. A INSERÇÃO ECOLÓGICA NA PESQUISA COM AS ADOLESCENTES</b> .....	60
9.1 INSERÇÃO ECOLÓGICA E A CRIAÇÃO DE UM MICROSSISTEMA .....	60
9.2 OS CONTEXTOS ECOLÓGICOS DAS ADOLESCENTES .....	64
<b>10. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DA REVISÃO INTEGRATIVA E DO TRABALHO DE CAMPO COM AS PROFISSIONAIS</b> .....	67
10.1 CATEGORIA A: OS DIREITOS SEXUAIS E AUTONOMIA DE ADOLESCENTES NA CASA RIO PRETO .....	67
10.2 CATEGORIA B: IMPLEMENTAÇÃO DO GRUPO FOCAL SOBRE SEXUALIDADE COM ADOLESCENTES ACOLHIDAS .....	71
10.3 CATEGORIA C: NORMATIVAS DE GÊNERO .....	77
<b>11. OLHARES E INQUIETAÇÕES DURANTE A TRAVESSIA DA PESQUISA</b> .....	83
<b>12. CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	86
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	89
<b>ANEXO 1 - ENTREVISTA</b> .....	103
<b>APÊNDICE 1 - CARTA DE ANUÊNCIA</b> .....	106
<b>APÊNDICE 2 - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	108
<b>APÊNDICE 3 - TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO</b> .....	112
<b>APÊNDICE 4 - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS TÉCNICOS E EDUCADORES DA CASA DE ACOLHIMENTO</b> .....	114

<b>APÊNDICE 5 - QUADRO DE CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES .....</b>	<b>117</b>
<b>APÊNDICE 6 - MATERIAL UTILIZADO NO 1º ENCONTRO DO GRUPO FOCAL: VALORES, DIREITOS, CULTURA E SEXUALIDADE</b>	<b>123</b>
<b>APÊNDICE 7 - MATERIAL UTILIZADO NO 2º ENCONTRO DO GRUPO FOCAL: RELACIONAMENTOS FAMILIARES, AMOROSOS, AMIZADES; TOLERÂNCIA, INCLUSÃO E RESPEITO .....</b>	<b>126</b>
<b>APÊNDICE 8 - MATERIAL UTILIZADO NO 3º ENCONTRO DO GRUPO FOCAL: OFICINA DE AUTOMAQUIAGEM E PINTURA ARTÍSTICA .....</b>	<b>130</b>
<b>APÊNDICE 9 - MATERIAL UTILIZADO NO 4º ENCONTRO DO GRUPO FOCAL: DEVOLUTIVA DOS ENCONTROS ANTERIORES ....</b>	<b>131</b>

## 1. INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) completou 30 anos em julho de 2020. Os anos em vigor do ECA foram de muitas conquistas, dentre elas a extinção do Código de Menores - destinado a crianças pobres que sofriam maus tratos ou respondiam por prática infracional. A partir da luta de movimentos sociais pelos direitos das crianças e adolescentes, foi possível implantar a bandeira Criança Constituinte (1986) e Criança-Prioridade Absoluta (1987). Outros dois marcos importantes estão relacionados à nova visão da criança como sujeito de direitos presente na Constituição Federal de 1988 e ao status de direito social previsto pela Carta Magna, no qual se estabelece que a família, a sociedade e o Estado devem assegurar os direitos e necessidades básicos da população infanto-juvenil (CERQUEIRA; BUENO; ALVES, 2020).

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2017) elucida que as crianças e adolescentes possuem o direito de serem protegidos contra qualquer tipo de violência que seja feita por qualquer pessoa - pais, professores, parceiros, amigos, desconhecidos etc. O ECA (BRASIL, 1990) prevê em seu Art. 5º que crianças e adolescentes não deverão ser alvos de negligências, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Além disso, a pessoa que estiver cometido algum crime por ação ou omissão contra esta população será punida através da legislação. Diante disso, compreende-se que a violência estrutural contra crianças e adolescentes envolve os “espectros que vão desde as relações abusivas sem trocas comerciais às explicitamente monetárias, emerge do cenário socioeconômico de contradições de classes sociais e político” (MORESCHI, 2018, p. 212).

As preocupações já existentes com os direitos sociais de crianças e adolescentes aumentaram com a pandemia de Covid-19, principalmente para meninas e meninos cisgênero, meninas e meninos transgênero, crianças e adolescentes com deficiência ou alguma doença grave, adolescentes cumprindo medidas socioeducativas e os que estão nas instituições de acolhimento etc. (CERQUEIRA; BUENO; ALVES, 2020; CAMPOS, OLIVEIRA, 2020). É sabido que ainda existem muitos desafios e dificuldades que são perpetuados por valores sociais reforçadores de práticas discriminatórias como o patriarcalismo, adultocentrismo e *apartheid* social

(MORESCHI, 2018). Tais questões são geradoras de “barreiras físicas, culturais, sociais e morais que resultam na exclusão e colocam em risco social grande parte da população infantojuvenil” (Ibid., p. 358).

Ainda, se enfrentam dificuldades e limitações na efetivação de políticas intersetoriais que visem atender às necessidades da população infantojuvenil. Dentre elas está o acolhimento institucional, medida protetiva de caráter provisório que é contrária ao tratamento asilar desta população (PEIXOTO; ROSÁRIO; GONÇALVES, 2019). A realidade do Cadastro Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA, 2020) aponta que, atualmente, cerca de 32.791 crianças e adolescentes estão em acolhimento institucional e a maioria se concentra na região Sudeste do país – área mais populosa, com 48% de crianças e adolescentes em acolhimento e 44% cadastrados para adoção. No que se refere ao acolhimento institucional no município do Rio de Janeiro, existem 2.320 crianças e adolescentes acolhidos; dessas, 1.063 são do gênero feminino e a maioria não tem a raça/etnia informada, estando a maioria na faixa etária acima de 12 anos (SNA, 2020).

O diálogo entre o campo de garantia de direitos sociais e a garantia dos direitos sexuais na adolescência enfrentam dificuldades políticas, sociais e culturais para a sua integralização, reconhecimento e afirmação (LEITE, 2013). A discussão acerca do direito à sexualidade para adolescentes está atrelada às seguintes premissas: a) ampliação do debate sobre a sexualidade na adolescência dentro da ótica dos direitos humanos e nos fóruns sobre direitos sexuais e reprodutivos; b) considerar a sexualidade como algo integrado à vida de adolescentes e que pode ser vivenciada de forma prazerosa, independente da reprodução; c) fomentar questionamentos críticos aos modelos de atenção aos adolescentes, que, quando reconhecem o direito à sexualidade, são feitos associando a violações, à reprodução e à heterossexualidade (ADORNO, 2005; LEITE 2013).

Diante disso, esta pesquisa objetivou compreender as questões sobre a sexualidade de adolescentes acolhidas através de um grupo focal e também por meio de entrevistas semiestruturadas na modalidade on-line e presencial, com Equipe Técnica e de Educadoras de uma Casa de Acolhimento na Baixada Fluminense.

Minha trajetória no Laboratório de Estudos sobre Violência contra Crianças e Adolescentes (LEVICA) iniciou-se em 2015 a partir da minha escolha pelo estágio no

programa - parceiro da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e da ONG Associação Vida Plena de Mesquita. Desde então, desenvolvi atendimento psicológico, intervenções, palestras e oficinas na área da violência infantojuvenil. Esta experiência me possibilitou reunir inquietações a respeito da sexualidade das adolescentes acolhidas. Por conseguinte, resultou em minha entrada no mestrado acadêmico para pesquisar sobre este tema. Nesse ínterim, o público-alvo foi escolhido não somente pela relação já estabelecida com a Casa de Acolhimento feminina, como também pela insuficiência de pesquisas realizadas neste eixo temático que envolve adolescência, sexualidade e acolhimento institucional.

O trabalho foi conduzido a partir da Inserção Ecológica (IE), sendo essa uma metodologia que pode contribuir para pesquisas qualitativas através de observações, conversas informais e entrevistas. A IE como abordagem metodológica proporciona uma visão contextualizada da Casa de Acolhimento, das adolescentes participantes e das técnicas; ou seja, permite compreender o objeto de estudo e seus atravessamentos diretos e indiretos. A proposta é que esta metodologia contribua para o trabalho na Casa de Acolhimento, visando operacionalizar o modelo bioecológico e a validade ecológica, que inclui vários níveis de análise (KOLLER; MORAIS; PALUDO, 2004).

As perguntas direcionadoras desta pesquisa são: a) o que o texto legal e as orientações técnicas apontam a respeito dos direitos sexuais de adolescentes em acolhimento; b) de que forma são abordadas as questões relacionadas à sexualidade na Casa Rio Preto; c) como as adolescentes que moram na Casa vivem a sua sexualidade; d) como a Equipe Técnica atua frente ao processo de educação sexual das adolescentes; e e) quais as dificuldades e limitadores encontrados com relação ao tema da sexualidade dentro das Casas de Acolhimento.

## **2. OBJETIVOS**

### **2.1. OBJETIVO GERAL**

Compreender a vivência da sexualidade das adolescentes acolhidas institucionalmente.

### **2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- Compreender os impactos gerados por questões relacionadas à sexualidade na construção da identidade e da autonomia das adolescentes;
- Entender como a Equipe Técnica da Casa de Acolhimento compreende e atua frente aos assuntos e demandas a respeito da sexualidade das adolescentes,
- Entender quais são as políticas públicas que dão assistência às questões referente à sexualidade das adolescentes.

### **3. REFERENCIAL TEÓRICO**

#### **3.1. ADOLESCÊNCIA: IDENTIDADE, AUTONOMIA E SEXUALIDADE**

A história da infância ganhou mais atenção a partir do século XIX. Anteriormente, não existiam estudos sobre o conceito de infância e essa era entendida como um problema social, mas não suficientemente de interesse científico. Em 1960, os estudos sobre a infância e a adolescência, bem como as leis que asseguram os direitos desta população no Brasil e em outros lugares do mundo sofreram muitas alterações político-históricas. Estas mudanças foram geradoras de modificações a respeito da construção social do indivíduo enquanto criança e adolescente (LEITE, 2012; LEITE, 2013).

As pesquisas sobre a adolescência têm aumentado dentro e fora da Psicologia. No início do século XX, o psicólogo Stanley Hall tornou a adolescência objeto de estudo e a teoria de Erick Erikson, em 1976, permitiu que a adolescência fosse institucionalizada dentro da Psicologia (BOCK, 2007). O Ocidente criou um conceito de adolescência baseado em “tempestade e tormenta”, a partir da teoria psicossocial de Erikson, que considera a adolescência como o último estágio da infância e a 5ª idade do indivíduo (RENA, 2001). Observa-se que para cada campo de interesse há um limite etário diferente, destacando as divergências para se definir com exatidão a faixa de idade para a adolescência (LEITE, 2013). Em virtude do campo pesquisado, a adolescência será discutida a partir do marco de definição do campo de garantia de direitos. Sendo assim, de acordo com o Art. 2º do ECA (BRASIL, 1990), o adolescente é definido como a pessoa entre 12 e 18 anos de idade.

Dentre as muitas mudanças que ocorrem nesta fase, encontra-se a necessidade de reformular a identidade construída (RENA, 2001). A identidade possibilita organização de valores, crenças e metas de uma pessoa, podendo ser reconhecida como uma “estrutura psicossocial”, um sistema de autorregulação capaz de filtrar ou processar informações, gerenciar processos cognitivos e comportamentais (FERREIRA-SCHOEN; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2008). Durante o período de

formação de identidade, fatores intrapessoais, interpessoais e culturais influenciam o processo do indivíduo construir a sua própria identidade. Para tal, é preciso que o adolescente reconheça a si e o aos outros dentro de um contínuo no tempo e no espaço (FERREIRA-SCHOEN; AZNAR-FARIAS; SILVARES, 2008). Na adolescência, o corpo passa por uma novidade pueril, na qual ocorrem fenômenos de ordem biológica e anátomo-fisiológica, aparecendo o desejo sexual pelo outro, as sensações corporais, as curiosidades e preocupações sexuais (MORESCHI, 2018; OUVRY, 2011; RENA, 2001). Com a chegada da puberdade na adolescência, a manifestação da sexualidade é atravessada por valores, atitudes e hábitos que estão em processo de formação e solidificação. Leite (2012) considera que algumas teorias reforçam um viés da adolescência pautada na ideia: dos instintos e dos hormônios pelo qual a sexualidade adolescente estaria completamente submetida a uma força biológica, que precisa ser “controlada”, frente à qual os adolescentes estariam especialmente vulneráveis (LEITE, 2012, p. 98)

Seguindo esta reflexão, defende-se a sexualidade como uma experiência complexa, influenciada pelas relações emocionais e afetivas na sociedade, por aspectos culturais, sociais, históricos e políticos, além de ser perpassada por alterações cognitivas, psicológicas e físicas (MORESCHI, 2018; LEITE, 2012). De acordo com a pesquisa de Romero, Medeiros e Wehba (2007), em geral, os jovens apresentaram baixo conhecimento sobre o tema da sexualidade, embora aproximadamente 75% das adolescentes participantes de estudos buscassem informações e/ou já tivessem participado de ações sobre educação sexual. O que foi possível identificar através da literatura é que, em geral, as adolescentes possuem maior interesse pelo tema da sexualidade quando comparadas aos adolescentes (ROMERO, MEDEIROS; WEHBA, 2007).

Avançando neste recorte de gênero (femino/masculino), entende-se, portanto, que o fato de ser mulher traz uma carga associada como “naturalizada”, carregada por ideologias criadas a favor do poder e controle masculino e pautada em características como vaidade, sensibilidade e fragilidade - que são determinadas como próprias do sexo feminino (CORDEIRO; FILHO; SANTOS, 2010). É possível perceber que se reconhecer na identidade de mulher envolve também se localizar em questões de identidade de gênero, classe social, raça/etnia e espaço geográfico - pontos importantes

na trajetória dessas adolescentes. Essas diversidades contextuais marcam, para Hooks (2015, p. 214), o pensamento de que existem diferenças históricas entre mulheres negras e brancas. Alguns estudos vêm destacando que para desenvolver um trabalho com adolescentes de classes populares é preciso conhecer sua realidade, seu cotidiano, sua voz e seu processo identitário (CORDEIRO; FILHO; SANTOS, 2010; LOURO, 2000; SOUSA; BRANDÃO, 2008). Portanto, legitimar-se numa identidade supõe responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência (LOURO, 2000).

Ainda com relação as problemáticas entre os gêneros, observou-se que os padrões criados visam legitimar a heterossexualidade, incentivar relacionamentos duradouros e monogâmicos e à supervalorização do amor romântico apenas para o sexo feminino (SANTOS; SILVA, 2008). A naturalização da cisheteronormatividade compulsória é uma estratégia política colocada socialmente como a única possibilidade de subjetivação dos afetos e dos corpos, mantendo a construção do feminino em um modelo de controle (NAVARRO-SWAIN, 2010). Além disso, percebe-se que esses ideais presentes nas relações são geradores de angústias para as pessoas, pois podem delimitar a formação identitária do jovem e reduzir suas possibilidades de estabelecer relações satisfatórias (SANTOS; SILVA, 2008). Diante das descobertas da sexualidade, da reprodução e do prazer, é fato que podem surgir inseguranças sobre a própria sexualidade. Com isso, adolescentes podem desencadear comportamentos envergonhados, crenças distorcidas, aumento da vulnerabilidade, etc - sobretudo quando não encontram orientação e apoio familiar, social e político (MORESCHI, 2018).

As principais fontes de informações que apareceram foram a família e os amigos. Com relação à família, observou-se que os diálogos não se aprofundavam; já com os amigos, as conversas passavam de interessante para a vulgarização do assunto. A figura materna se apresentou como a figura parental mais acessada pelas adolescentes meninas quando o assunto era sexualidade (ROMERO, MEDEIROS; WEHBA, 2007). Segundo Romero, Medeiro e Wheba (2007), a família é a instituição que mais regula e limita a sexualidade, o que ocorre através de regras e condutas que estão ancoradas em princípios que valorizam a moral do sistema familiar. Com isso, adolescentes acabam buscando outras fontes na intenção de sanar suas dúvidas. Dentre os meios mais acessados se encontram a mídia (televisão, internet, revistas) e a rede social (amigos,

colegas de escola). A pesquisa de Santos e Silva (2008) identificou que as revistas brasileiras para jovens têm abordado apenas um conceito sobre a masculinidade, porém, apresentam diversos conceitos a respeito do que é ser mulher e sobre feminilidade. Outro ponto apresentado na literatura é o baixo conhecimento de adolescentes sobre como e quando devem buscar auxílio de serviços médicos, bem como a distância de profissionais aos assuntos relacionados à sexualidade na adolescência.

Acredita-se que adolescentes possuem direitos sexuais e que essa fase do desenvolvimento permite que jovens tenham autonomia sobre seu amadurecimento sexual de forma mais ampla do que a das crianças (LEITE, 2012). Contudo, constantemente jovens são vistos como pessoas irresponsáveis e desorientados, vulneráveis ou que vivem em risco. Tal fato permite que o Estado e outras instituições tenham a tutela sobre os cuidados e necessidades sexuais apresentados por esses jovens, incentivando a realização de programas e pesquisas dirigidas a esse grupo social.

Leite (2012) aponta para o movimento de hierarquia de emergências, no qual não se permite que a sexualidade seja prioridade, visto que politicamente os casos de crianças e adolescentes em subnutrição, usuárias de álcool e drogas, violentadas e exploradas sexualmente são narrativas que ganham mais atenção social. Apesar disso, defende-se que essas demandas atravessam os direitos sexuais, sendo esses básicos e essenciais como qualquer outro direito. A sexualidade está interrelacionada aos direitos à educação, saúde, trabalho, moradia, lazer e outros, não podendo aparecer como “território do prazer”, mantendo adolescentes no lugar de vítima que apenas precisa ser cuidada e protegida. À luz disso, compreende-se que a sexualidade tem sido usada para atender a demanda das “pobres crianças violentadas” (LEITE, 2012), criando uma lógica de que adolescentes não podem ser “efetivamente sujeitos e fazer claramente suas próprias escolhas, inclusive sexuais, sobretudo se elas não se confundirem com as nossas” (Ibid., p. 89). A contribuição dos próprios adolescentes poderia transpor a lógica tutelar, saindo do lugar de objetos da política voltada a garantia de seus direitos para ocupar o lugar de atores-ativos.

## **4. O ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO BRASIL**

### **4.1 ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL**

O percurso histórico do processo de institucionalização de crianças e adolescentes no Brasil gerou impactos que são vistos até os dias de hoje. Em meados dos séculos XIX e XX, crianças e adolescentes de famílias que viviam com grandes dificuldades socioeconômicas eram colocados em instituições como órfãos ou abandonados. Com o advento da Lei de 8.069 de 13 de julho de 1990, foram possíveis muitas mudanças, como a proibição dos orfanatos, não se falando mais sobre “internação de menores abandonados e delinquentes, mas sim do abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco” (RIZZINI; RIZZINI, 2004 p. 23).

As raízes do passado estão alocadas no presente: o acolhimento institucional passou por transformações, mas ainda há fatores políticos-ideológicos que impossibilitam o país de reverter o quadro da pobreza e desamparo (RIZZINI; RIZZINI, 2004). As estruturas estatais são organizadas de forma frágil, sendo geradoras de consequências sociais como o desemprego estrutural, diminuição da faixa salarial, transformações nas relações trabalhistas, no sistema de negociação, aumento das desigualdades e migrações em busca de melhores condições de vida. Em decorrência disso, a violência estrutural e violência social resultam na violência interpessoal (MORESCHI, 2018). Isso significa que:

As relações interpessoais intra e extrafamiliar não estão dissociadas uma vez que elas têm um peso significativo no processo de vulnerabilização das crianças e adolescentes. Na medida em que os recursos materiais e subjetivos (afetivos) faltam no interior da família não há como contrapor as ameaças externas, muitas vezes levando a criança e adolescente ao abandono do lar, a ir para as ruas e ficar à mercê de exploradores sexuais, de traficantes de drogas e de se envolver com outros delitos (roubos, furtos etc). (MORESCHI, 2018, p. 14).

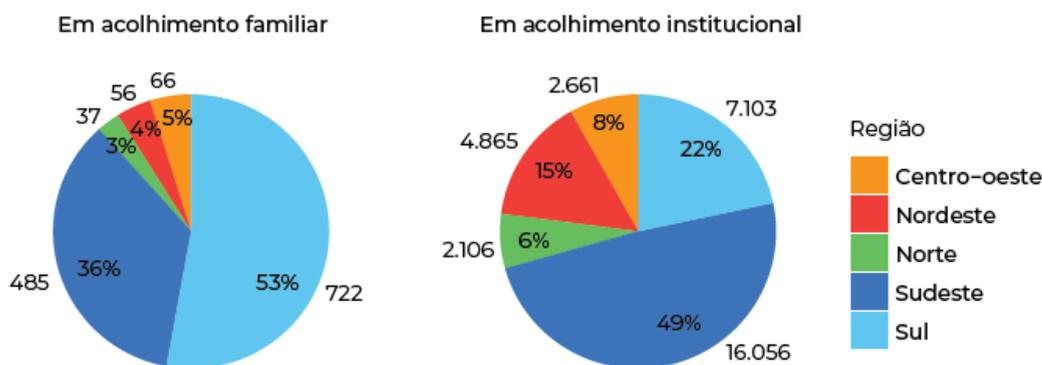
A carência de recursos e o fenômeno da violência contra crianças e adolescentes possuem diversas mediações, portanto, existem outros fatores que auxiliam a incidência da violência no ambiente familiar, como o histórico familiar de violência doméstica, familiares que sofrem com algum tipo de questão psicológica, despreparo dos cuidadores, famílias que possuem posturas muito rígidas, violentas ou autoritárias.

Outras possíveis explicações são famílias extremamente fechadas que evitam intimidade com as pessoas, famílias negligentes que consideram que as crianças são “adultos em miniatura”, que veem as crianças como irritáveis ou como dependentes, além de fatores situacionais como parto difícil, projeções distorcidas com relação a crianças, estresse em função de crise financeira, conjugal, etc. (SILVA, 2004).

O ECA (BRASIL, 1990), em seu Artigo 19º, norteadado pela lei Lei nº 13.257, de 2016, estabelece que toda criança ou adolescente tem o direito de ser criado e educado no seu ambiente familiar. Em casos excepcionais, poderá ser em uma família substituta, mas a convivência familiar e comunitária será sempre assegurada para que seja garantido o seu desenvolvimento integral. Compreende-se que a pobreza e a condições precárias não são as únicas razões para que a população infanto-juvenil seja alvo da violação de seus direitos básicos (SILVA, 2004). As classes com status social mais alto também são geradoras de violência. No entanto, entende-se que a pobreza é um fator que pode potencializar a vulnerabilidade social das famílias, bem como a exposição do adolescente a vários tipos de violência, como o abandono, a negligência, o abuso sexual, a exploração sexual, entre outros motivos que podem resultar no acolhimento institucional, familiar ou na adoção (BRASIL, 1990; SILVA, 2004).

A realidade do Cadastro Nacional de Adoção e Acolhimento (SNA, 2020) aponta que atualmente cerca de 30 mil crianças e adolescentes estão em acolhimento institucional. O gráfico 1 demonstra que a maioria está concentrada na região Sudeste do país – área mais populosa, com aproximadamente 14 mil dessa população em acolhimento institucional.

### **GRÁFICO 1 – NÚMERO DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES ACOLHIDOS POR REGIÃO**

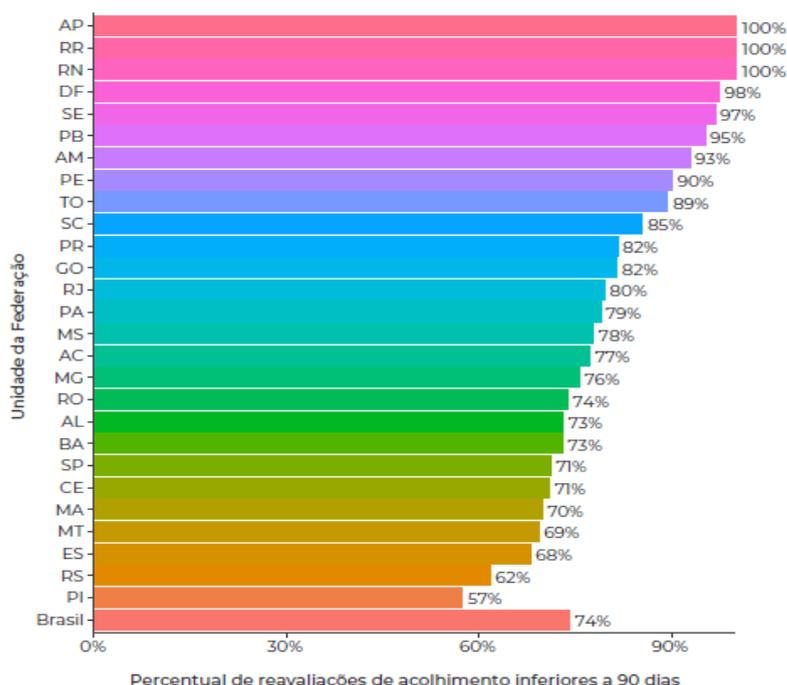


Fonte: Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (2020).

Os adolescentes representam 33% do público infanto-juvenil acolhido. Não há grande discrepância entre o número de meninos e meninas acolhidas, sendo a diferença de 1,6% para os sexos. Com relação à etnia das crianças e adolescentes acolhidos, quase metade, 48,8%, são de etnia parda. No que se refere ao acolhimento institucional, o ECA (BRASIL, 2021) prevê que a situação das crianças e adolescentes inseridos no programa deverá ser reavaliada, no máximo, a cada três meses e sua permanência não poderá ultrapassar o período de dezoito meses - exceto em casos que forem comprovadas a necessidade (BRASIL, 1990). No Gráfico 2, a realidade do SNA no Brasil demonstra que as crianças e adolescentes estão em acolhimento aproximadamente há 2 anos, variando de 8 meses no Acre a 3 anos e 2 meses no Amapá (BRASIL, 2020, p. 47).

## **GRÁFICO 2 – PERCENTUAL DE REAVALIAÇÃO DE ACOLHIMENTO INFERIORES A 90 DIAS POR UNIDADE DA FEDERAÇÃO**

Figura 39: Percentual de reavaliação de acolhimento inferiores a 90 dias por Unidade da Federação



Fonte: Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento (2020).

A reintegração familiar, prevista pelo ECA (BRASIL, 2021), é uma das primeiras medidas a serem tomadas pela Equipe Técnica após o acolhimento institucional, mesmo não sendo sempre exitosa. Para tal, são necessários estudos psicossociais por parte da Vara da Infância e de todos os profissionais envolvidos no caso, visando avaliar e auxiliar as articulações necessárias para ajudar a família a solucionar as dificuldades (CRP/SP, 2010). Em geral, as crianças que chegam às Casas de Acolhimento possuem família biológica, nuclear ou extensa, porém, há uma gama de complexidades envolvendo doenças mentais, uso abusivo de álcool e outras drogas, relação com tráfico, desemprego, etc. (SILVA, 2004). Tais questões apresentam a criminalização da pobreza pelas formas dominantes em diferentes lugares, sendo assim, o pobre no Brasil está acostumado a encontrar dificuldades de ascender (GALVÃO; DE CARVALHO MARTINS, 2013).

A política de acolhimento institucional é uma “medida excepcional e provisória, pois utilizada como forma de transição, uma vez que visa à reintegração familiar”. (MACHADO, 2011, p. 156). Esta política instaura o desuso do termo “abrigo”. Sendo assim, o ECA (BRASIL, 1990) prevê através da nova Lei de Adoção de nº 12.010,

reformas na política de acolhimento institucional. Em 2009 o Comanda aprovou o Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária (BRASIL, 2006) e das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (BRASIL, 2008), sendo determinadas modificações adotadas pela legislação. (MORESCHI, 2018; MACHADO, 2011).

#### 4.2 A SEXUALIDADE DE ADOLESCENTES ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE

Através da literatura sobre o processo de institucionalização no Brasil, é sabido que muitas crianças e adolescentes passaram por instituições e que os internatos possuíam um caráter de “limpeza” nas ruas do país. Nos séculos XVIII e XIX, as meninas órfãs e desvalidas eram recolhidas por orfanatos femininos e colégios de órfãos criados por religiosos e eclesiásticos. Os espaços de recolhimento no Rio de Janeiro e na Bahia eram as Santas Casas de Misericórdia – essas eram tão antigas quanto às Casas dos Expostos (RIZZINI; RIZZINI, 2004, GALONI; PEIXOTO, 2020).

Os do Rio de Janeiro, Salvador, Pernambuco e Maranhão surgiram no século XVIII, voltados para a proteção e educação de órfãos pobres (de ambos os pais ou somente de pai, o que já definia a condição de orfandade), filhas de legítimo casamento. A legitimidade indicava a necessidade de proteção do infortúnio da perda de seu protetor, o pai, que lhe poderia garantir no futuro o lugar social mais valorizado para a mulher: um bom casamento, através de uma educação condigna e do dote. O asilo substituiu a tutela do pai, oferecendo os meios necessários para as futuras mães de família reproduzirem o seu lugar na sociedade, tais como, a educação para o lar, o enxoval de casamento e o dote. O moço interessado em casar-se podia escolher a órfã e devia ser aceito pela direção da instituição ou pelo presidente da província quando o dote era pago pelo governo, como ocorria no Recolhimento dos Remédios, no Maranhão. (Ibid., p. 25-26).

Os recolhimentos criaram divisões relacionadas à classe e à raça<sup>1</sup>. A Santa Casa de Misericórdia, que era responsável pelas crianças expostas, enfermos e órfãos do país. Neste cenário, o recolhimento era diferenciado no Rio de Janeiro e em Salvador para as “meninas indigentes” e para as “órfãs filhas de legítimo matrimônio”. Já com relação à separação racial, o colégio da Imaculada da Conceição acolheu em espaços separados as “órfãs brancas” e as “meninas de cor”. Em 1854, o colégio passou a se chamar “Órfãs Brancas do Colégio Imaculada Conceição”, destinado ao ensinamento religioso, moral e formação de boas empregadas domésticas e donas do lar. Em 1872, cria-se o “Orfanato Santa Maria” no qual era destinado a formar de “empregadas domésticas e semelhantes”. (Ibid., p. 27).

Nestes asilos, meninas e moças eram educadas nos misteres do seu sexo, ou seja, nos trabalhos domésticos e de agulha e na instrução elementar. O regime conventual seguido por tais instituições impunha às internas um limitado contato com o exterior. De lá só podiam sair casadas, com dote garantido pela instituição, através de legados e doações, ou através do “favor” dos governos provinciais. Há indícios de que o destino mais comum era o de que fossem criadas em casas de famílias, nem sempre contando com o pagamento pelo seu trabalho. (Ibid, p. 27)

Ainda no século XX, os asilos femininos mantinham o regime claustal e as internas enfrentavam grandes dificuldades para ter contato com o mundo exterior. No passado, as crianças eram vistas como sujeitos assexuais, puros e silenciosos, eram impedidos de falar sobre questões sexuais. Com isso, “acabava cultivando uma falta de conhecimento sobre o corpo infantil e se perpetuava através da repressão do comportamento” (DE OLIVEIRA; SILVA.; PEIXOTO, 2020, p. 51). Neste ensejo, sabe-se que havia um intenso controle sobre a sexualidade feminina que se estendeu até os novos órgãos de assistência nacional, como o Serviço de Assistência a Menores (SAM), em 1941, e a Fundação Nacional de Bem-Estar do Menor (FUNABEM), no ano de 1964 (Ibid., 2004). As instituições surgiram como estratégia de reordenamento espacial, que visava promover a organização dos corpos, dos hábitos e dos costumes da

---

<sup>1</sup> Nesse recorte histórico, o termo raça dialogava primeiramente com a variabilidade dos seres humanos em termos físicos. Ou seja, a base dessa compreensão residia no fato de que os seres humanos possuíam uma grande variabilidade de tipos em termos de suas respectivas aparências, especialmente quando levava-se em consideração o grau de intensidade da pigmentação de suas peles, os tipos faciais, as cores dos olhos, o formato dos cabelos e, em alguns casos, a forma corporal (altura, peso, tipo corpóreo) Livro: Raça: novas perspectivas antropológicas, p. 28).

população. O Estado exercia um controle urbanístico e de circulação e os meninos e meninas que viviam nas ruas eram institucionalizados. Isso significa dizer que “abrigos e educandários atuavam para acolhimento, educação e proteção, ao mesmo tempo em que disciplinavam comportamentos e corpos para o mundo do trabalho” (CASSAL; LAMEIRÃO; BICALHO, 2009, p.137).

Com relação à sexualidade, a herança histórica de repressão influencia educadores a abordarem a sexualidade de forma restrita: há uma orientação sexual padrão, a heterossexualidade e, os marcadores de gênero que definem o que é ser mulher e ser homem são rígidos. De acordo com Galoni e Peixoto (2020), o tema da sexualidade aparece no relato de uma adolescente – que viveu por 18 anos em uma instituição acolhedora – como um assunto que é abordado pelas técnicas, mas que ainda apresenta muitos preconceitos. Outro dado importante que aparece na fala da adolescente está relacionado à troca de carícias e relações sexuais que existiam entre as meninas acolhidas – muitas vezes acontecia na frente de outras pessoas ou no mesmo quarto que outras colegas. As autoras ainda identificam que o tema possui grande relevância e apontam para a necessidade de assuntos mais aprofundados sobre a sexualidade de meninas adolescentes em situação de acolhimento institucional.

Segundo De Oliveira, Silva e Peixoto (2020), há uma escassez de estudos sobre o a diversidade sexual e de gênero no contexto de adolescentes acolhidos. Dessa forma, defende-se que a discussão a respeito dessa temática seja ampliada, pois adolescentes em acolhimento institucional possuem o direito sobre seus corpos, sua identidade, personalidade, sua subjetividade etc. Cabe ainda dizer que, o ECA (1990) é um aparato social que prevê garantir direitos, a fim de reduzir os prejuízos para a população infanto-juvenil e “a institucionalização não pode ser usada como um mecanismo de controle social e regulação dos pobres” (CASSAL; LAMEIRÃO, 2009, p.144).

## **5. PERSPECTIVAS SOBRE A EDUCAÇÃO SEXUAL**

No Brasil, a discussão a respeito da sexualidade no âmbito governamental ocorre desde a década de 60. No entanto, é somente na década de 90 que o debate acerca da sexualidade ganha força, legalidade e afirmação dos compromissos nas políticas governamentais nacionais e nos documentos internacionais (GAVA, VILLELA, 2016). Diante disso, será traçado um recorte com alguns acontecimentos que tornaram o final da década de 90 e o início da década de 2000 um momento histórico-político significativo para os avanços na esfera dos direitos humanos, sobretudo para as reformas federias que envolve o tema da sexualidade na educação.

Em 1930, a Educação Sexual ganhou espaço nas escolas com uma metodologia baseada na prevenção de doenças venéreas e através de um discurso repressor. Em 1960, no Rio de Janeiro e em outras cidades, foram planejados e implementados os primeiros ensinamentos formais da Educação Sexual, que sofreram censura devido ao militarismo vigente na década. Só em 1971 que se instaurou a Lei 5692/71, modificando as Diretrizes e Bases da Educação Brasileira e incluindo a Educação Sexual nos Programas de Saúde e no currículo escolar. Ainda nesse período, em 1977 a terminologia “Educação Sexual” e “Informação Sexual” eram entendidas como duas ações inseparáveis. Segundo Werebe (1977), citado por Figueiró (1996, p. 290) “...informar é também educar e é impossível delimitar as fronteiras entre estas ações e, conseqüentemente, determinar quando e onde para a informação sexual para começar a educação”.

A partir da década de 1980, com a constituinte de 1988, são feitos investimentos e mudanças na educação básica brasileira. Em meados de 1990, a legislação brasileira que era destinada à educação e proteção do Estado, foi reforçada pelo ECA (1990). Em 1992, a epidemia da AIDS fomenta a necessidade da implantação, manutenção e ampliação de projeto educativo de prevenção à AIDS. Isso é feito por meio da portaria Interministerial n. 796 – essa questão faz com que a Educação Sexual ganhe força na área da saúde e nas escolas (MEYER, 2017). Ainda nessa década, ocorre a Conferência

do Cairo, realizada em 1994, e a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher, realizada em Pequim em 1995. Tais conferências foram um marco para “estabelecer e consolidar os conceitos de direitos sexuais e direitos reprodutivos que viriam a influenciar e fundamentar as políticas brasileiras nos campos de sexualidade e gênero implantadas nos anos seguintes” (UNESCO, 2014, p.11). Diante disso, em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – com enfoque em propostas que pudessem gerar mudanças no aluno e na sociedade. Ainda nessa época, com o advento do decreto nº 1.904/1996, instaura-se o primeiro Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH) com o intuito de verificar se os direitos civis estavam sendo respeitados adequadamente (BRASIL, 2022).

Em 1997, a política do governo federal publicou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), cujo caderno era sobre “Pluralidade Cultural e Orientação Sexual”. Nos estudos de Meyer (2017, p. 43) o documento introdutório aponta que “a proposta (...) para Orientação Sexual é que a escola trate da sexualidade como algo fundamental na vida das pessoas”. Neste ensejo, a terminologia “orientação sexual” utilizada no PCN diz respeito ao processo educativo em sexualidade e não deve ser confundida com a atração e o desejo afetivo-sexual. Figueiró (1996) afirma que não há uma padronização quanto ao uso da terminologia básica, podendo ser encontrada Educação Sexual e Orientação Sexual. Atualmente, observa-se que o termo Educação Sexual vem sendo utilizado com mais frequência nos manuais, guias e materiais de orientação sobre o tema. Opta-se por utilizar-se da definição de que “a Educação Sexual se refere ao processo que desenvolve ferramentas e conhecimentos relacionados à sexualidade, que se inicia desde antes do nascimento e se prolonga por toda a vida” (MEYER, 2017 p.44).

Nesse mesmo ano, o Brasil incluiu discussões sobre gênero nas escolas através dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997) no ensino fundamental e só tempos depois que esse debate é ampliado para o ensino médio.

Sintetizando o tratamento a ser dado pela educação em sexualidade na apresentação do documento, os PCN esclarecem que ela deve focar as dimensões sociológicas, psicológicas e fisiológicas da sexualidade, adotando, portanto, uma perspectiva mais integral do tema. Também na apresentação o documento enfatiza a importância da discussão das relações de gênero, na medida em que ela “propicia o questionamento de papéis rigidamente

estabelecidos a homens e mulheres na sociedade, a valorização de cada um e a flexibilização desses papéis” (UNESCO, 2014, p. 12)

Na década de 2000, através do decreto Decreto nº 4.229/02 é instaurado o segundo PNDH, com ênfase nos chamados direitos sociais, sem negligenciar, contudo, os direitos civis (BRASIL, 2022). Em 2003, é lançado o Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) em parceria com o Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), UNICEF e Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA). O projeto possui enfoque nas questões relacionadas à saúde, com destaque para a prevenção das ISTs/Aids. O SPE instaura propostas inovadoras como a disponibilização de preservativos nas escolas, a integração entre as escolas e as Unidades Básicas de Saúde (UBS) e insere a comunidade como participantes do processo. Depois de pressões do movimento de Mulheres Feministas e do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros (LGBT+), além do envolvimento de organizações internacionais, o Ministério de Educação (MEC) amplia as perspectivas sobre a diversidade sexual e relações de gênero.

Em 2006, é lançado o Programa de Gênero e Diversidade na Escola (GDE). A iniciativa é atrelada ao Programa Brasil sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra a população LGBT+ e de Promoção da Cidadania Homossexual. O programa envolve ministérios federais na promoção de ações relacionadas às necessidades básicas da população LGBT+ como, segurança, trabalho, participação, educação, saúde, cultura, etc. O governo passa a reconhecer formalmente a vulnerabilidade que se encontra essas pessoas e “a necessidade de ações específicas para essa população, bem como a importância de promover políticas de inclusão para a garantia da igualdade de direitos” (UNESCO, 2014, p. 13). Em novembro do mesmo ano, são adotados os princípios de Yogyakarta e aplicados sobre a Legislação Internacional de Direitos Humanos em relação à Orientação Sexual e Identidade de Gênero (ARBOUR, 2006).

Em 2009, o terceiro PNDH é lançado através do Decreto nº 7.037/09 que possui grande relevância para os direitos sexuais. O Eixo Orientador III do PNDH III visa: Universalizar Direitos em um Contexto de Desigualdades e, a 10ª diretriz desse eixo

versa sobre a Garantia de igualdade na Diversidade, tendo como objetivos estratégicos: I) afirmação da diversidade para construção de uma sociedade igualitária, II) Proteção e promoção da diversidade das expressões culturais como Direito Humano e V) Garantia e respeito À livre orientação sexual e identidade (BRASIL, 2009).

Através desse referencial histórico, é possível perceber que desde 1990 a abordagem baseada em direitos vem ganhando força como um elemento fundamental para a integralização dos direitos humanos (Cornwall 008). A abordagem baseada em direitos possibilita maior enfoque e visibilidade por ser uma ferramenta metodológica que utiliza discursos de teoria constitucional e internacional dos direitos humanos. Argumenta-se, então, que “os direitos sexuais são tão importantes quanto os direitos à educação, saúde e trabalho, mas sim que os direitos sexuais são todos esses direitos” (Ibid., p. 60).

Com relação aos direitos sexuais, em 2016, o Guia Internacional de Educação em Sexualidade foi revisado e constatou-se que a educação em sexualidade tem efeitos positivos. Alguns desses efeitos estão relacionados ao aumento do conhecimento sobre diferentes aspectos da sexualidade, a diminuição de comportamentos de risco, gravidez ou HIV e outras ISTs. A literatura também afirma que a Educação Sexual não aumenta atividade sexual, comportamentos sexuais de risco ou as taxas de infecção por IST/HIV. Outra evidência está relacionada ao fato de a educação em sexualidade melhora as atitudes relacionadas à saúde sexual e reprodutiva (UNESCO, 2019).

De acordo com o atual Guia de Orientação Técnica Internacional de Educação Sexual Compreensiva (2019), esse é um processo de ensino e aprendizagem baseado em aspectos cognitivos, emocionais, físicos e sociais da sexualidade (UNESCO, 2019). Esse documento também tem como conceito chave dotar crianças e jovens de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores que os capacitem à: a) realizar sua saúde, bem-estar e dignidade; b) desenvolver relações sociais e sexuais de respeito; c) considere como suas escolhas afetam seu próprio bem-estar e o de outras pessoas; e d) compreender e garantir a proteção de seus direitos ao longo de suas vidas. Para Cornwall (2008), a proposta é que a Educação Sexual seja realizada sem preconceitos, sendo uma meta que precisa ser defendida junto às instituições e profissionais progressistas, afim de reduzir a discriminação com o tema. O trabalho da Educação

Sexual na perspectiva de prevenção primária é entendido como uma abordagem de informação, formação e promoção de diálogo entre adultos e crianças sobre a temática (MEYER, 2017).

É possível explorar vínculos entre as abordagens baseadas em direitos e a sexualidade. Discute-se que tal movimento pode ser feito por meio dos princípios da integralidade e indivisibilidade, pois seguindo esse caminho é possível fomentar a discussão dos direitos sexuais como “interdependes dos direitos à saúde, habitação, alimentação e emprego” – estabelecendo portanto uma relação com os direitos humanos. Os direitos sexuais aumentam o empoderamento de pessoas a níveis intra e interpessoais, ampliam as percepções sobre a cidadania e sobre o controle de sua vida em outros espaços como na saúde, educação e emprego. Além disso, auxiliam a dar “visibilidade às pessoas que sofrem discriminação e aos grupos vulneráveis”, como crianças e adolescentes, mulheres, pessoas LGBTQ+, entre outros (Ibid., p. 61).

A luz dessas questões, considera-se que os direitos sexuais possuem uma relevância indiscutível para projetos de saúde sexual e reprodutiva, como também para o enfrentamento da sócio vulnerabilidade. Falar sobre sexualidade de pessoas pobres se apresenta como algo difícil porque a sexualidade e o prazer são vistos como instrumentos de controle de comportamentos de risco e principalmente da natalidade e da AIDS. Um exemplo disso é que a educação sexual na adolescência ainda é associada a questões de reprodução, planejamento familiar e prevenção de Infecções Sexualmente transmissíveis (IST) e AIDS (CORNWALL, 2008). No entanto, entende-se que o tema é muito mais abrangente:

A OMS (2006 citado por WHO, 2017) pontua que sexualidade é: (. . .) um aspecto central do ser humano, que acompanha toda a vida e que envolve o sexo, a identidade, os papéis de gênero, a orientação sexual, o erotismo, o prazer, a intimidade e a reprodução. A sexualidade é vivida e expressa em pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relações. Se a sexualidade pode incluir todas essas dimensões, nem todas elas são experienciadas ou expressas. (Ibid., p. 5).

Isto posto, ressalta-se que as noções sobre sexualidade de crianças e adolescentes são construídas constantemente. A Educação Sexual apresenta-se como um tema que deve ser abordado prioritariamente no âmbito familiar. A literatura aponta para o ambiente familiar como um dos principais produtores de violência e o tema da

sexualidade, por diversas vezes, não é tratado de forma aberta. No entanto, a Educação Sexual acontece neste contexto de omissão e silêncio (MEYER, 2017). Diante disso, esse trabalho se propõe a pensar “se a Educação Sexual é prioritariamente da família, significa dizer que também deve ser um tema prioritário no contexto de adolescentes acolhidos, pois esses espaços assumem uma função semelhante ao ambiente familiar?”

## 6. METODOLOGIA

### 6.1 TIPO DE PESQUISA

A metodologia utilizada nesta pesquisa foi a Inserção Ecológica. Trata-se de um método que aborda reflexões sobre a importância das características das pessoas e também dos mecanismos dos processos proximais primários como motores do desenvolvimento psicológico. Este método está baseado no modelo bioecológico do desenvolvimento humano preconizado por Urie Broffebrenner (1996). No modelo bioecológico, quatro elementos se configuram como fundamentais: Processo, Pessoa, Contexto e Tempo (PPCT). Para Koller, Morais e Paludo (2004, p.42), processo é entendido como “o principal mecanismo responsável pelo desenvolvimento, que é visto por meio de processos de interação recíproca, (...) com as pessoas, objetivos e símbolos presentes no seu ambiente imediato”. Entende-se que os processos proximais surgem a partir dessa interação com o ambiente através de alguns aspectos que devem ocorrer de forma simultânea. Para que isso ocorra, é necessário o estabelecimento de vínculo nas relações dos envolvidos e os materiais utilizados precisam acionar áreas cognitivas e interacionais das pessoas em desenvolvimento (KOLLER; MORAIS; PALUDO, 2004). Em vista disso, a proposta inicial era realizar encontros semanais com os participantes durante 5 meses. No entanto, a pesquisa contou com poucos encontros presenciais devido à pandemia da COVID-19, por isso foi desenvolvida remotamente na maior parte do processo.

O tratamento e a análise dos dados foram realizados através da análise de conteúdo (BARDIN, 2011), dentro de uma abordagem qualitativa, com intuito de articular os referenciais teóricos com o contexto psicossocial e cultural das informações coletadas a partir dos encontros e do diário de campo da equipe envolvida. A análise de conteúdo caracteriza-se por uma metodologia de pesquisa utilizada para descrição e interpretação de textos e documentos, pois auxilia na reinterpretação e na compreensão de sentidos e significados que vão além da leitura comum (MORAIS, 1999). Nesse sentido, a análise dos dados perpassou as 5 etapas estabelecidas pela metodologia, sendo essas: 1 - Preparação das informações; 2 - Unitarização; 3 - Categorização; 4 - Descrição e 5 - Interpretação (ibid, 1999). Além disso, para contribuir com o referencial teórico e

para a discussão das categorias encontradas, realizou-se uma Revisão Integrativa da Literatura Internacional (RI). Sendo essa, um método que integra estudos anteriores e possibilita um olhar mais crítico e empírico para o pesquisador (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). O interesse em usar a RI se baseia na compreensão da complexidade dos fatores envolvidos e nos obstáculos relacionados ao tema da sexualidade de adolescentes em vulnerabilidade social no Brasil.

## 6.2 A EQUIPE DE PESQUISA

Na IE a Equipe de Pesquisa possui grande relevância, pois uma vez que essa esteja envolvida no contexto ecológico de maneira consciente e comprometida, torna-se possível produzir uma troca de informações e energia – estabelecendo portanto os processos proximais (PRATI, *et al.*, 2008). A Equipe de Pesquisa durante esse estudo foi valorizada de forma semelhante aos participantes da pesquisa. Os integrantes foram incentivados a construir relações recíprocas no contexto da pesquisa que foram utilizadas na compreensão dos dados e na sistematização dos resultados. A Equipe de Pesquisa foi composta por 3 pesquisadores discentes de psicologia e 1 pesquisadora mestranda em psicologia.

De acordo com Prati, *et al.* (2008), o envolvimento com o contexto ecológico por parte da Equipe de Pesquisa é uma condição prévia para a IE e, o nível de inserção está intimamente ligado ao problema de pesquisa. Para que esse entrosamento ocorresse, foi necessário que A Equipe de Pesquisa se envolvesse no ambiente pesquisado. Percebeu-se que as interações se estabeleceram em três níveis: a) intra-equipe de pesquisa – através de reuniões semanais para estudos sobre o objeto de pesquisa e conversas a respeito dos encontros na Casa Rio Preto; b) inter-equipes – marcado pelas entrevistas semiestruturadas e conversas durante as visitas na Casa entre a Equipe de Pesquisa, Equipe Técnica e de Educadoras; c) Equipe de Pesquisa e as adolescentes – refere-se ao grupo focal e as interações constantes durante a IE entre Equipe de Pesquisa e as adolescentes participantes.

A presença significativa e estável da Equipe de Pesquisa, propiciou a consecução dos processos proximais para todas as pessoas envolvidas no contexto ecológico. A Equipe de Pesquisa, além de realizar o grupo focal e as entrevistas na Casa, participou de momentos e atividades cotidianas. Tais processos só se estabeleceram após um período de vinculação e ambientação, diante do esclarecimento do tempo de permanência e também de como e quando seria a saída da Equipe de Pesquisa do campo. Cabe ressaltar que as reuniões intra-equipe possibilitaram a investigação dos processos proximais da Equipe de Pesquisa, tendo em vista que os pesquisadores também são pessoas em desenvolvimento que possuem os seus próprios contextos, histórias e necessitam de escuta durante o afetamento das interações durante a pesquisa.

### 6.3. LOCAL DA PESQUISA

A pesquisa foi desenvolvida em uma Instituição de Acolhimento da Baixada Fluminense/RJ, nomeada de forma fictícia como “Casa Rio Preto”. A Casa tem capacidade para acolher até 15 adolescentes. No período em que a pesquisa foi realizada, havia 13 adolescentes acolhidas. A equipe de profissionais que compunha a casa era formada por 15 Educadoras, 1 psicóloga, 1 assistente social, 1 pedagoga, 1 auxiliar de administração, 2 cozinheiras, 1 motorista, 1 auxiliar de serviços gerais e 1 coordenadora. A escolha pela Casa Rio Preto foi baseada na amostragem por conveniência dada à facilidade de acesso e à disponibilidade dos participantes para fazerem parte da amostra no intervalo de tempo estabelecido pela pesquisa. Esta relação foi estabelecida durante a atuação do LEVICA com a Equipe Técnica, com as instâncias judiciais da região da Baixada Fluminense e, também através da história de vida de algumas adolescentes que fazem acompanhamento psicológico na Associação Vida Plena de Mesquita, ONG que atua em parceria com o LEVICA nos trabalhos de intervenção psicológica contra a violência infanto-juvenil (PEIXOTO, 2017).

### 6.4. PARTICIPANTES

Participaram da pesquisa quatorze (14) adolescentes moradoras da Casa Rio Preto, com idades que variaram entre 11 e 18 anos. A maioria das adolescentes eram do

município de Nova Iguaçu ou faziam parte de regiões vizinhas. Também participaram da pesquisa as profissionais da Casa e, foram vinte e uma (21) entrevistadas nos respectivos cargos: 1 psicóloga, 1 pedagoga, 1 assistente social, 1 coordenadora e 17 Educadoras.

## 6.5. INSTRUMENTOS

- a) **Questionário de Investigação Geral para Crianças Abridadas** (WEBER, 2009): Questionário construído para traçar um perfil prévio das adolescentes, a saber: idade, escolaridade, motivo e tempo de acolhimento do institucional, etc. A aplicação do instrumento foi realizada durante a coleta de informações com a Equipe Técnica da Casa de Acolhimento (ANEXO 1).
  
- b) **Diário de Campo:** Os diários de campo são usados em pesquisas de observação participante e de caráter etnográfico. Na IE, é um instrumento aplicado pela equipe pesquisadora a fim de identificar e construir a interpretação acerca modelo PPCT. O diário de campo é capaz conduzir de forma direta a categorização dos momentos descritivos e reflexivos que aparecem durante a pesquisa e também possibilita os registros essenciais capturados pelo olhar do pesquisador-observador (MORAIS et al., 2012). O instrumento foi utilizado pela Equipe de Pesquisa durante toda a intervenção.
  
- c) **Entrevistas semi-estruturadas:** O roteiro de entrevistas é utilizado por toda a Equipe de Pesquisa, com formulações de perguntas básicas dentro do tema a ser investigado (MANZINI, 2004). Os encontros que aconteceram remotamente foram realizados por chamadas de áudio, mas alguns foram realizados presencialmente. Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas pela equipe pesquisadora respeitando devidamente os aspectos éticos (APÊNDICE 4).
  
- d) **Grupo focal:** Essa técnica de pesquisa qualitativa coleta informações por meio da comunicação e da interação grupal, com objetivo principal de reunir dados detalhados sobre um assunto determinado pelo pesquisador, coordenador ou

facilitador do grupo participante selecionado. O grupo focal desenvolvido durante 4 encontros presenciais, em concordância com a teoria, visou coletar informações amplas a respeito das percepções, crenças e ações sobre o tema da sexualidade. (TRAD, 2009). Esse instrumento será mais bem abordado nos resultados e discussão (APÊNDICE 6).

## 6.6. PROCEDIMENTOS

1ª Etapa: Após a aprovação da qualificação, o projeto de pesquisa foi enviado ao comitê de ética da UFRRJ;

2ª Etapa: Solicitação da assinatura dos Termos de Anuência para a Instituição (APÊNDICE 2), termo que prevê o consentimento da Instituição de Acolhimento para realização da pesquisa e Termos de Assentimento dos adolescentes (APÊNDICE 3) um documento de resguardo tanto para o pesquisador quanto para a Instituição de Acolhimento e a amostra de adolescentes. O termo deverá ser assinado pelos adolescentes assim que se iniciar os procedimentos de pesquisa, agindo de acordo com as diretrizes da bioética;

3ª Etapa: Realização dos encontros on-line e presencial de acordo com a disponibilidade da Equipe de Pesquisa, dos profissionais da Casa de Acolhimento e das adolescentes.

4º Etapa: Transcrição das entrevistas.

5º Etapa: Tratamento dos dados por parte da equipe pesquisadora

6º Etapa: Análise da coleta dos resultados por parte da Equipe Pesquisa e escrita do texto pela pesquisadora responsável;

7º Etapa: Publicação de resumo expandido;

8º Etapa: Submissão do artigo;

9º Etapa: Fechamento do texto final da dissertação;

10º Etapa: Defesa da dissertação

## 6.7. ASPECTOS ÉTICOS DURANTE A COVID- 19

Com o avanço da pneumonia-COVID-19 identificada em dezembro de 2019, a necessidade do distanciamento social instaurou um novo modo de vida. Diante dessas

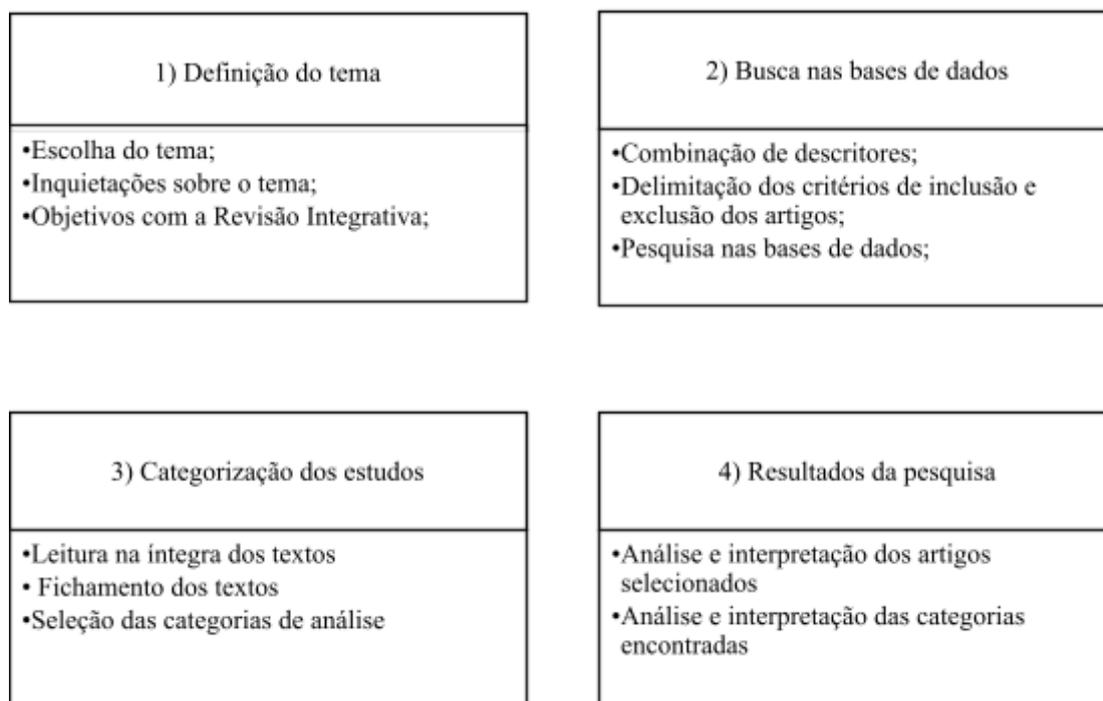
circunstâncias, considera-se que os encontros remotos contemplam as exigências éticas para a realização de pesquisas com seres humanos durante a pandemia. As pesquisas recentes com relação aos efeitos da pandemia COVID-19 na vida de crianças e adolescentes ainda são incipientes e a dimensão das consequências das manifestações da violência neste período ainda não foram sistematizadas (LEVANDOWSKI et al., 2021).

À vista disso, a Equipe de Pesquisa se comprometeu em desenvolver intervenções eficientes visando proporcionar atividades que trabalhem a interação das adolescentes e auxilie no processo psicológico durante grupo focal. (TAYLOR, 2019; ZANON; DELLAZZANA-ZANON; WESCHLER *et al.*, 2020). Segundo a Nota Técnica SNAS nº 11/2020, as Casas de Acolhimento são consideradas serviços essenciais. Desse modo, assegurou-se a importância de dar continuidade à oferta durante a pandemia, adotando novas medidas e reorganizando os serviços, a fim de apoiar o distanciamento social e diminuir os riscos de transmissão. Dessa forma, o local de pesquisa continuou em funcionamento e toda a programação para o desenvolvimento da pesquisa foi realizada com todos os cuidados necessários, entendendo a necessidade de adaptações de acordo com o Programa de Pós-Graduação em Psicologia.

## 7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 7.1 REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA INTERNACIONAL (RI)

**FIGURA 01 - FLUXOGRAMA DAS ETAPAS DA REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA INTERNACIONAL**



Fonte: Autores (2021).

### 7.2. DEFINIÇÃO DO TEMA

A Revisão Integrativa da Literatura Internacional (RI) é um método que integra estudos anteriores e possibilita um olhar mais crítico e empírico para o pesquisador (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008). O interesse em usar a RI se baseia na compreensão da complexidade dos fatores envolvidos e nos obstáculos relacionados ao tema da sexualidade de adolescentes em vulnerabilidade social no Brasil. A escolha pelo tema da sexualidade se pauta no interesse em questionar a visão “essencialista, biologicista ou no mínimo normativa da sexualidade que define o “normal/anormal” ou saudável/doente” (PAIVA, 2000, p. 38). Compreende-se que este entendimento universalista descredibiliza a experiência natural da existência humana, apontando

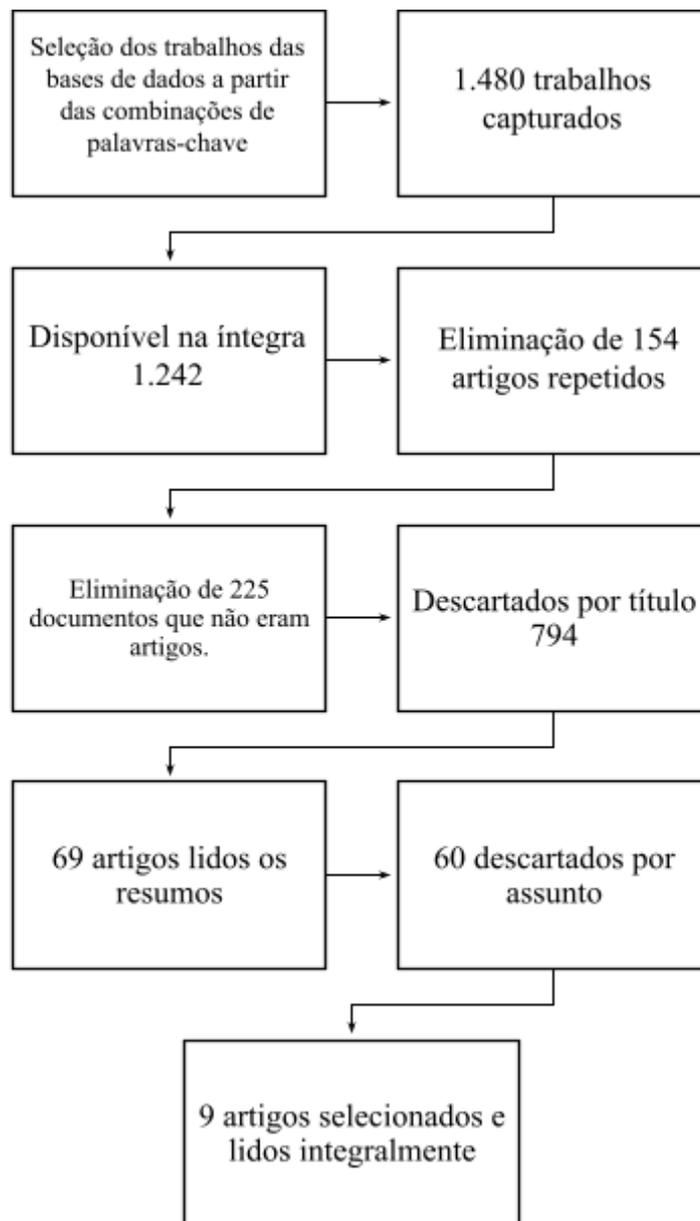
também para a estigmatização criada a respeito da sexualidade de adolescentes, tais como crenças conservadoras de que meninas são naturalmente menos sexuais do que meninos ou a convicção generalizada de que adolescentes possuem uma febre hormonal. Cabe ainda elucidar questionamentos a respeito de uma adolescência que independeria de marcadores sociais como classe, raça e gênero (PAIVA, 2000).

### 7.3. BUSCA NAS BASES DE DADOS

Na pesquisa bibliográfica, inicialmente foram estabelecidos os descritores e as bases de dados, sendo essas: Biblioteca Nacional em Saúde (BVS), *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO) e *American Psychological Association* (PSYCINFO). Na semana do dia 8 ao dia 12 de junho de 2020, foram utilizadas as combinações com as seguintes palavras chaves: [adolescentes, sexualidade, teoria cognitiva], [adolescentes, sexualidade, teoria cognitiva-comportamental], [adolescentes, sexualidade, terapia do esquema], [adolescentes, meninas, sexualidade], [adolescentes, meninas, abrigo, sexualidade], [adolescentes, abrigo, educação sexual], [adolescentes, sexuality, cognitive theory], [adolescentes, sexuality, cognitive-behavioral theory], [adolescentes, sexuality, schema therapy], [adolescentes, girls, sexuality], [adolescentes, girls, shelter, sexuality], [adolescentes, shelter, sex education]. Cabe ressaltar que embora os descritores sobre a “terapia cognitiva” e “terapia do esquema” não estejam como tema central do trabalho, estes foram escolhidos por serem abordagens teóricas presentes na psicologia. Outro ponto importante está relacionado ao descritor “meninas” - considerado um termo êmico presente campo pesquisado que aparece na literatura e, por conseguinte também se manifestou durante a prática interventiva.

A segunda etapa referiu-se à organização dos resultados encontrados, que foram ordenados em uma planilha com as respectivas especificações: “base de dados”, “idioma”, “disponível na íntegra”, “textos que não eram artigos”, “textos repetidos”, “textos descartados por assunto no título”. Posteriormente, aplicou-se os seguintes critérios de inclusão: artigos em idioma português, inglês e espanhol, publicados nos últimos 20 anos (entre 2000 e 2020), que contemplasse o tema pesquisado e estivessem disponíveis na íntegra.

**FIGURA 02 – FLUXOGRAMA DA SELEÇÃO DAS REFERÊNCIAS**



Fonte: Autores (2021).

#### 7.4. ANÁLISE DOS RESULTADOS ENCONTRADOS NA RI

Os artigos selecionados foram descritos na tabela abaixo e numerados de acordo com a ordem alfabética de seus respectivos títulos. Foram elencados os autores, ano de publicação, tipo de revista, local do estudo, objetivos, metodologia utilizada, recursos utilizados e número da amostra.

Por meio da RI, foi possível criar categorias de estudos em sexualidade de crianças e adolescentes dos últimos 20 anos. Os artigos foram analisados, interpretados e organizados nas respectivas categorias: a) A saúde sexual e reprodutiva de adolescentes, b) Os direitos sexuais e autonomia de adolescentes em instituições, c) Implementação de oficinas sobre educação sexual com adolescentes, d) Atualização das orientações técnicas sobre sexualidade e a perspectiva da sexualidade baseada em direitos.

As discussões de alguns periódicos estão relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, à sexualidade de adolescentes acolhidos e à tutela do Estado ou da família. Notou-se que os adolescentes que fizeram parte de algumas pesquisas demonstraram gostar de falar sobre sexualidade, possuir dúvidas e curiosidades. Também foi identificado que os jovens ainda enfrentam dificuldades a respeito do uso de métodos contraceptivos e a forma como essas questões podem estar atreladas ao binarismo dos gêneros. Salienta-se a necessidade de desconstruir a visão da gravidez como precoce ou indesejada, dando espaço para entender esse evento como um projeto de vida dado a realidade social das jovens. Outros textos também apontam que, para falar sobre sexualidade com jovens, é preciso ouvi-los, se aproximar, fazer encontros práticos e mais didáticos. Os estudos internacionais debatem e polemizam a discussão abrangente e compreensiva da sexualidade, bem como a necessidade de investir no empoderamento de crianças e adolescentes. No capítulo 11, será discutida e analisada a fusão entre as categorias encontradas na RI e as categorias reunidas a partir das entrevistas com as profissionais.

**TABELA 01 - ARTIGOS SELECIONADOS PARA ANÁLISE E CATEGORIZAÇÃO NA RI**

<b>AUTORES</b>	<b>ANO DE PUBLICAÇÃO</b>	<b>TÍTULO DO ARTIGO</b>	<b>TIPO DE REVISITA</b>	<b>LOCAL DO ESTUDO</b>	<b>OBJETIVOS</b>	<b>MÉTODO UTILIZADO</b>	<b>RECURSOS UTILIZADOS</b>	<b>Nº DA AMOSTRA</b>
UZIEL, A. P. BERZINS, F. A. J.	2012	Adolescências, autonomia e direitos sexuais: Fragmentos de histórias de meninas abrigadas	Psicologia Clínica	Rio de Janeiro/RJ	Refletir sobre direitos sexuais, adolescência e autonomia.	Pesquisa de campo	-Entrevistas -Diário de Campo	11 adolescentes
CAMARGO, E. A. I. & FERRARI, R. A. P.	2009	Adolescentes: conhecimentos sobre sexualidade antes e após a participação em oficinas de prevenção	Ciência & Saúde Coletiva	Londrina /RS	Analisar o conhecimento dos adolescentes sobre sexualidade, métodos contraceptivos, gravidez, DST e aids, antes e após oficinas de prevenção.	Pesquisa qualitativa	-Questionário (pré e pós teste) -Oficinas	117 adolescentes
BERGLAS, N. F.; CONSTANTINE, N. A.; OZER, E. J.	2014	A Rights-Based Approach to Sexuality Education: Conceptualization, Clarification and Challenges	Perspectives on Sexual and Reproductive Health	Estados Unidos	Examinar os conceitos vistos por especialistas em educação sexual como subjacentes a uma abordagem baseada em direitos.	Abordagem interativa Pesquisa qualitativa	Revisão bibliográfica -Entrevista	21 especialistas em educação sexual

HERART, J. PLESON S, M CASTL, C. et al.	2019	Correction to: The revised international technical guidance on sexuality education - a powerful tool at an important crossroads for sexuality education	Reproductive Health	Genebra, Suíça	Informar sobre o guia a atualização do guia técnico e de suas contribuições para a realização de múltiplos projetos sustentáveis	Resenha	Pesquisa Documental	--
CARVALO, C. S.; SILVA, E. R. & SALGADO, R. G.	2012	Direitos sexuais de crianças e adolescentes: Avanços e entraves	Psicologia Clínica	Rio de Janeiro/RJ <sup>1</sup> & Rondonópolis/MT <sup>2</sup>	Analisar de que modo instituições de atendimento que lidam com o público infantojuvenil se posicionam frente à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos destes sujeitos.	Pesquisa de campo	-Observação Participante <sup>1</sup> & Entrevistas <sup>2</sup>	Crianças de 5 a 6 anos <sup>1</sup> & 32 adolescentes <sup>2</sup>
TONELI, M. J. F.	2008	Diversidad e Sexual Humana: Notas para a discussão no âmbito da psicologia e dos direitos humanos	Psicologia clínica	Florianópolis/RS	Discutir a noção de diversidade sexual no cenário contemporâneo enredado pelos processos de medicalização e psicopatologização.	Ensaio Teórico	Revisão Bibliográfica	--

FERREIRA, I. G.; PIAZZA, M.; SOUZA, D.	2019	Oficina de saúde e sexualidade : Residentes de saúde promovendo educação sexual entre adolescentes de escola pública	Revista Brasileira de Medicina de Família e Comunidade	Florianópolis/RS	Relatar a experiência da implementação de oficinas de saúde e sexualidade por residentes de saúde da família com adolescentes	Relato de experiência	Oficinas	Adolescentes do 8º ano (S/N)
SAVEGNAGO, S. O.; FARAJ, S. P.; ARPINI, D. M. et al.	2015	Oficinas com Meninas em uma Escola Aberta: Espaço de Diálogo, Reflexão e Reconhecimento da Singularidade	Temas em Psicologia	Santa Maria/RS	Apresentar um relato de experiência de ações realizadas por meio do Projeto de Extensão com adolescentes	Relato de Experiência	Oficinas	Adolescentes com idade média de 10 a 18 anos (S/N)
MARTINS, C. B. G.; ALMEIDA, F. M.; ALENCASTRO, L. C. et al	2013	Sexualidade e na adolescência: Mitos e tabus	Ciência y Enfermagem	Cuiabá/MT	Identificar alguns tabus e mitos relativos à sexualidade, vivenciados pelos adolescentes de	Pesquisa quantitativa	Questionário fechado	499 adolescentes

## 8. CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES

### 8.1. CARACTERIZAÇÃO DAS ADOLESCENTES

Durante o preenchimento do Plano Individual de Atendimento, a Equipe de Pesquisa contou com o auxílio da psicóloga Michele. Muitos documentos fornecidos estavam desatualizados, portanto, durante a coleta dos dados, as informações atualizadas foram fornecidas pela profissional. As informações coletadas foram organizadas no Quadro de caracterização das adolescentes (APÊNDICE 5). Compõem o quadro de moradoras da Casa Rio Preto: 14 adolescentes, com idades que variaram entre 11 e 18 anos. Dessas, a maioria apresenta diferentes tipos de comprometimentos cognitivos, sendo 8 sinalizadas com algum tipo de deficiência motora, física ou intelectual. Durante a conversa com Michele, ela relatou “eu não concordo com os diagnósticos, cada médico fala uma coisa e todas as meninas precisam passar novamente pelo psiquiatra, é que a gente chegou tem pouco tempo, ainda estamos arrumando a casa” (ENTREVISTADA, Michele – psicóloga). Foi possível constatar que apesar das adolescentes estarem indo recorrentemente ao serviço de saúde, no que tange ao aspecto psicológico há uma severa desatualização e cruzamento de várias informações sobre os diagnósticos exatos. Entendeu-se a partir da fala de Michele que essa dificuldade se dá pela quantidade de demanda de trabalhos e que nos próprios serviços de saúde e assistência há uma alta rotatividade de profissionais. À vista disso, reforça-se que a necessidade de um diagnóstico específico sobre a saúde mental das adolescentes poderia contribuir para um cuidado mais efetivo.

É importante ressaltar que a cuidadora Francisca, que entrevistei, não foi para a praça com a justificativa de que precisava cuidar de uma das meninas na casa, pois ela acreditava que se essa menina Júlia fosse para a praça "daria muito trabalho" e "atrapalharia", segundo suas próprias palavras. Perguntei se essa adolescente costuma ir à praça e a resposta foi que não e as justificativas as mesmas pautadas em um diagnóstico do CID. Me incomodei ao saber dessa realidade... (DIÁRIO DE CAMPO, 12/07/21)

Essa discussão é importante porque a Equipe de Pesquisa se deparou com tratamentos das profissionais em relação às adolescentes que passaram a impressão de que muitas profissionais não souberam como agir quando as moradoras da Casa apresentaram uma crise de ansiedade ou ataque de raiva. A seguir, está o trecho do

diário de campo que ilustra as ações das profissionais frente à instabilidade emocional da adolescente Antônia:

do terceiro andar eu ouvia uma dificuldade grande pra respirar, cheguei até a varanda e vi todas as técnicas em volta, a educadora com a adolescente sentadas em um local que não dava pra vê-las completamente, cada uma dizia uma coisa, elas gritavam e falavam ao mesmo tempo. A assistente social gritava “eu achei que ela ia ficar bem depois que fosse para o psiquiatra, filma Sabrina pra mostrar pra ele”. Ligaram para o Samu, pensaram em medicá-la, mas ela seguia hiperventilando. O Samu chegou com aproximadamente 20 minutos, mediu com xímetro e ela estava sem respiração, deram um respiridona (DIÁRIO DE CAMPO, 24/06/21).

Em relação à cor, as adolescentes foram heteroidentificadas pela Equipe Técnica respectivamente como 6 pretas, 4 brancas e 4 pardas. Embora a questão racial estivesse no documento da Equipe de Pesquisa, a mesma não aparecia no documento do PIA da Instituição e, ao ser questionada a psicóloga o motivo, ela mencionou ser uma versão resumida e nos informou a cor das adolescentes acessando a plataforma on-line Módulo Criança e Adolescente (MCA), que é preenchida pela Equipe Técnica. A heteroidentificação é entendida como o processo de classificação étnico-racial que pode ser feito através de perguntas abertas ou de alternativas oferecidas em um questionário realizadas pelo entrevistador (IBGE, 2013). Salienta-se que a questão racial apresentou lacunas no que se refere ao entendimento das características e identidades étnico-raciais.

Ficou bem evidente o despreparo das técnicas ao falar do assunto, uma delas disse: “é parda né? Eu acho ela mais clara que a irmã”. A outra técnica: “a irmã eu acho ela meio índia”. (DIÁRIO DE CAMPO, 24/06/21)

Ao perguntar a raça da adolescente, disseram que era branca, mas ao me deparar com ela pela casa, percebi que é uma adolescente negra, fenótipo com traços negroides e cabelo crespo, mas de pele clara. (DIÁRIO DE CAMPO, 24/06/21)

Ao analisar o diário de campo, observou-se que a Equipe Técnica demonstrara um distanciamento sobre questões conceituais no que se refere à temática racial. De acordo com o IBGE (2013), a discussão sobre autoidentificação ou heteroidentificação de pertença racial é relevante porque o primeiro conceito perpassa o olhar do próprio indivíduo, enquanto o segundo é atravessado pelo olhar do observador externo. No que se refere à autoidentificação das adolescentes:

Quando começou a oficina de maquiagem, espalhamos todas as bases, algumas adolescentes perguntavam qual cor de base, sombra e batom deveriam usar – nesse momento nós estimulávamos elas a escolher e íamos comentando o que poderia ficar melhor, mais bonito ou combinar. Dois fatos me chamaram atenção, o primeiro foi que Antônia escolheu um base escura

de acordo com o tom de sua pele e o segundo foi que Denise escolheu um base mais clara para a pele de Milena e Luíza comentou “caraca, tá parecendo um fantasma ( DIÁRIO DE CAMPO, 19/07/2021)

Para corroborar com a discussão, buscou-se o conceito de letramento racial, entendido como uma compreensão crítica e complexa da forma como a raça influencia as experiências sociais, econômicas, políticas e educacionais das pessoas e dos grupos (DE JESUS FERREIRA, 2014). A aproximação deste conceito se faz necessária, pois se considera o fortalecimento e reconhecimento identidade racial da população negra deve ser destacada como uma condição necessária para a luta contra as iniquidades (PINHO; SANSONE, 2008). Portanto, a Equipe de Pesquisa constatou que a Equipe da Técnica da Casa Rio Preto não possui um letramento racial suficientemente bom para desempenhar contribuições adequadas a respeito do fortalecimento identidade racial das adolescentes acolhidas. Chama-se a atenção para a problemática entorno deste déficit conceitual, pois esta falta de recursos conceituais podem contribuir para o apagamento e o distanciamento das próprias adolescentes a respeito da sua noção de raça. Desse modo, é cabível apontar que um dos caminhos possíveis para lidar com esse obstáculo é que sejam realizados treinamentos com a Equipe Técnica para que possam reconhecer os diferentes fenótipos e identificá-los de forma mais segura e coerente.

No que se refere ao tempo de acolhimento, o maior número de adolescentes estava recém acolhidas e o tempo maior de acolhimento era de três anos e seis meses. Grande parte dos motivos de acolhimento registrados através do PIA eram por falta de condições de moradia, seguido de violência física e orfandade, mas existissem outros tipos de violência correlacionadas. Durante a conversa com a psicóloga, foi notório seu desconhecimento sobre as diferentes manifestações da violência, pois para a maioria dos motivos de acolhimento a resposta dela era “vulnerabilidade social”. Ao falar sobre o caso de Vera, a psicóloga disse “ela fugiu de casa porque não aceitavam como ela se vestia” e ao falar sobre Natália disse: “violência física, era agredida pelo tio, ele implicava com o jeito dela, a sexualidade”. Ainda sobre Natália, em uma de nossas conversas com as adolescentes “ao perguntar sobre o desejo de voltar pra casa, Natalia disse que não tinha vontade e que preferia morar na casa de acolhimento” (DIÁRIO DE CAMPO 05/07/21). A violência lgbtfóbica no contexto familiar aparece como motivo de acolhimento dessas duas adolescentes. Embora não apareça na fala de Michele, foi

possível identificar através do relato dos acontecimentos com as adolescentes e seus agressores, narrados pela psicóloga. Essa questão reforça a necessidade de as profissionais terem uma efetiva capacitação que vai informá-las sobre as características da violência lgbtfóbica. Além disso, este tipo de violência não aparece como opção para marcar nos documentos do PIA das equipes inseridas na pesquisa.

A situação escolar das adolescentes apresentou-se como insuficiente na maioria dos casos e a situação familiar das adolescentes exhibe fatores de vulnerabilidade, uma vez que a maioria tem pais e mães falecidos ou ausentes. Todas têm irmãos, mas não necessariamente possuem contato ou boa relação com eles. No que se refere ao vínculo que as adolescentes mantêm com seus familiares, nota-se que há pouco ou nenhum contato, havendo casos em que os familiares deixaram de visitá-las ou foram impedidos, no caso de terem sido revelados como agressores das adolescentes.

Ao tentar retomar a trajetória dessas crianças e adolescentes, majoritariamente negros, de acordo com o Módulo Criança Adolescente (MCA, 2019), na perspectiva de promover e assegurar direitos, deparei-me com uma realidade em que as famílias negras encontram-se em condição de apartheid social: com dificuldade de acesso ou mesmo não acesso a direitos como moradia, emprego, saúde, escolarização etc. (...) partimos da compreensão de que a situação dessas famílias é marca deixada pela colonização, pelo escravismo, pelo racismo estrutural e institucional. Fenômenos que, de forma interseccional, impõem e recompõem a subalternização, a imobilização social e a desumanização à população negra (DOS SANTOS SARAIVA, 2020, p. 85).

Entende-se que esta vulnerabilidade familiar é uma das maneiras como o racismo estrutural se expressa. Essas famílias negras interrompidas não são acidentais ou fruto de ignorância e, constantemente são observados discursos que exigem responsabilidade de famílias negras, sem que seja reconhecido que elas próprias estão sofrendo negligência (SARAIVA, 2020; LIVRAMENTO, 2012, p.04).

Com relação ao encaminhamento dos projetos de desinstitucionalização, são orientados de acordo com as condições sociais das adolescentes, como idade, situação familiar e necessidade de suporte psiquiátrico. Conforme o ECA (BRASIL, 1990) estabelece, a preparação para o desligamento institucional deve ser feita de forma gradativa com recursos suficientes para que as adolescentes, ao atingir a maioridade, possam viver o processo de desligamento institucional de forma segura com condições favoráveis para gerenciar a sua vida fora da Instituição (GARCIA, 2019; BRASIL,

2021). Embora essa seja uma medida prevista em lei, o desligamento institucional no Brasil enfrenta muitos problemas de ordem econômica e social (DOS SANTOS SARAIVA, 2020), o que é exposto na fala de Michele: “tem sido difícil encontrar programas, muitos serviços estão fechados, alguns projetos estão sem verba, a gente tem procurado, mas a pandemia também piorou as coisas” (ENTREVISTADA, Michele – psicóloga).

A Equipe de Pesquisa buscou analisar o reflexo dessas questões na dinâmica da Casa Rio Preto e notou que há uma escassez com relação as atividades de lazer, ensino e aprendizagem. Somente uma adolescente está no Jovem Aprendiz, enquanto a maioria aguarda oportunidades de atividades na região. Durante esse tempo, as adolescentes se distraíram com jogos de cartas, dominós, assistiram TV e somente quando a situação da pandemia melhorou, voltaram a ir para a pracinha. A seguir, analisa-se uma conversa entre Equipe de Pesquisa e a adolescente Gabriela - a única jovem que está efetivamente em processo de desligamento:

Durante o caminho para a praça, ela me perguntou se eu estudava Psicologia, se eu gostava, quanto tempo que durava o curso, como que fazia para entrar e etc. Ela disse não saber ainda o que gostaria de estudar e que não imaginava que cursos do ensino superior duravam normalmente cerca de 4 ou 5 anos, considerado por ela "o dobro" do que ela imaginava. Adolescente faz um curso que não soube precisar bem o nome, porém o descreveu enquanto curso pra trabalhar em padaria. Disse também que não gosta, mas que era a opção que tinha e que estava fazendo pra ver no que daria, mas acha que vai terminá-lo e não vai gostar. Afirmou gostar de ir para a escola porque é um momento que pode sair da casa de acolhimento e falar com outras pessoas e que se mantém nesse curso que é online porque em determinado momento também será presencial e se daria, portanto, mais uma "oportunidade de liberdade" (12/07/21).

O relato de Gabriela evidencia o quanto é importante o diálogo com as adolescentes sobre as diversas possibilidades de estudos, trabalhos e lazer. A adolescente revela não gostar do curso, mas ainda sim tem feito por ser uma possibilidade de melhoria em sua vida. Nesse ensejo, cabe reforçar que é um direito dessas jovens poder fazer escolhas baseadas em suas afinidades para que sejam estimuladas a preencher suas necessidades básicas de autonomia, autocoerência e autorealização. Em diversos momentos, Gabriela disse se preocupar com seu futuro, se questionando onde vai morar, como irá se sustentar, se conseguirá ir morar com a irmã. Além disso, a adolescente compartilhou que se inspira em Érica, sua amiga que foi recém-desinstitucionalizada e mora sozinha, também disse que está informada sobre o

auxílio moradia e que em outros casos de desligamento a equipe de profissionais da Casa realizou um chá de panela (DIÁRIO DE CAMPO 12/07/21).

## 8.2. CARACTERIZAÇÃO DAS PROFISSIONAIS

Descrever-se-ão os dados obtidos na identificação profissional das participantes, em que foram recolhidos dados como idade, profissão, ocupação na Instituição, tipo de vínculo, tempo no cargo, se o participante tem experiência em outras Casas de Acolhimento e se já atuou anteriormente em outro equipamento da rede de assistência. Ao todo, foram 21 pessoas entrevistadas: uma psicóloga, uma pedagoga, uma assistente social, uma coordenadora e 17 Educadoras.

Vale ressaltar que a Instituição acolhe somente adolescentes meninas e todas as profissionais atuantes na Casa são mulheres, com exceção do motorista. Essa medida foi adotada recentemente devido a uma agressão entre um Educador da Casa e uma adolescente acolhida – ambos foram desligados da Instituição.

## 8.3. ESPECIFICAÇÕES DA EQUIPE TÉCNICA

Com relação à idade das profissionais entrevistadas, as respostas obtidas foram 32, 37, 44 e 58, o que representa uma média de 42 anos de idade. Sobre a formação das profissionais da Equipe Técnica, as respostas obtidas foram: formação como pedagoga, psicóloga e duas assistentes sociais (uma atua como coordenadora da Casa).

Quanto ao tipo de vínculo com a Instituição, a coordenadora foi a única a responder que ingressou no cargo por meio de concurso público, enquanto as outras 3 responderam que foram contratadas. Sobre o tempo no cargo, 3 profissionais responderam que estavam no cargo a 3 semanas, enquanto a coordenadora respondeu que estava a cerca de 6 meses. Vale lembrar que essa última foi entrevistada presencialmente meses depois das outras.

Sobre experiência em outras Casas de Acolhimento, a coordenadora da Instituição respondeu que já atuou em outra Casa de Acolhimento da prefeitura – desta vez na função de assistente social, não coordenadora – por 3 anos. As outras três

responderam que não tinham experiência com Casas de Acolhimento, ainda que uma tenha ressaltado ter tido bastante contato profissional com adolescentes.

Quanto à atuação em outros equipamentos da rede de assistência, as respostas obtidas foram: atuação no O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), Centro de Convivência, Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP), erradicação do trabalho infantil, PAC-GC do Departamento Geral de Ações Socioeducativas (DEGASE) - unidade mista em Bangu, meninas em conflito com a lei na Ilha do Governador e Fundação para o Desenvolvimento Comunitário (CEBI) como diretora de uma Casa de Meninas. A psicóloga da Instituição foi a única a relatar ter tido experiência unicamente com a clínica psicológica particular.

#### 8.4. ESPECIFICAÇÕES DAS EDUCADORAS

Com relação à idade das profissionais entrevistadas, as respostas obtidas foram: 24, 25, 28, 28, 30, 47 e 51 anos de idade, com média de 33 anos.

Sobre a formação das Educadoras, 4 entrevistadas responderam que são técnicas de enfermagem. Dentre elas, uma detalhou que atuava como instrumentadora cirúrgica, enquanto outra acrescentou que, além dessa formação técnica, está concluindo uma graduação em pedagogia. Outra entrevistada afirmou que só tem ensino médio completo, enquanto as outras duas, ao serem perguntadas sobre sua profissão, responderam apenas que são “cuidadoras”.

Com relação ao tipo de vínculo com a Instituição, a resposta foi unânime. Todas afirmaram ter ingressado na Casa de Acolhimento a partir de contrato. Uma delas explicou que a contratação é temporária com possibilidade de renovação. Outra resposta unânime se deu na pergunta quanto à experiência em outras Casas de Acolhimento, em que todas as profissionais disseram não possuir a vivência.

Sobre o tempo no cargo, as respostas variam entre 2 e 5 meses. Vale lembrar que as entrevistas foram realizadas ao longo de meses de pesquisa, o que, possivelmente, justifica essa variação.

Quanto à atuação em outros equipamentos da rede de assistência, obteve-se as seguintes respostas: atuação em trabalhos voluntários com famílias em vulnerabilidade

social, sem vínculo municipal; CENTRO POP vinculado à prefeitura de São João de Meriti; Projeto Pipa vinculado ao Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), por 2 anos; estágio no CRAS da Serra do Vulcão, durante 1 ano e estágio no Centro Interdisciplinar de Pesquisa e Atenção à Saúde (CIPAS) por meio período. Além disso, 4 entrevistadas afirmaram ter tido experiência no cuidado com idosos, seja por meio de trabalho remunerado ou voluntário.

### **8.5. CARACTERIZAÇÃO DO GRUPO FOCAL SOBRE SEXUALIDADE COM ADOLESCENTES ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE**

O grupo focal foi realizado durante um mês, com 4 encontros na Casa Rio Preto. O quadro 1 demonstra as atividades propostas, que, contaram com a utilização de recursos selecionados pelos pesquisadores e com eixos temáticos baseados nas Orientações Técnicas Internacionais de Educação em Sexualidade - Uma abordagem baseada em evidências (UNESCO, 2019). O trabalho foi mediado pela Equipe de Pesquisa, composta por 4 pesquisadores e contou com a participação de 14 adolescentes (APÊNDICE 6). Os dados coletados no grupo focal foram registrados no diário de campo da Equipe de Pesquisa e analisados de maneira interconectada, possibilitando afirmar a validade ecológica do estudo (KRUM; BANDEIRA, 2016). A validade ecológica pôde ser construída através da condução da equipe pesquisadora em orientar seu olhar para os atravessamentos do ambiente que interferiram nos resultados.

<b>QUADRO 1 - ROTEIRO PARA O GRUPO FOCAL SOBRE SEXUALIDADE COM ADOLESCENTES ACOLHIDAS</b>				
	<b>Objetivos</b>	<b>Técnicas</b>	<b>Recursos</b>	<b>Procedimentos</b>
1º encontro	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação dos objetivos; reconhecimento e construção do grupo.</li> <li>- Valores, direitos, cultura e sexualidade:               <ul style="list-style-type: none"> <li>a) valores e sexualidade;</li> <li>b) direitos humanos e sexualidade;</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação e exposição da proposta dos encontros, propondo o diálogo e participação das adolescentes</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Computador;</li> </ul>	Local: Casa de Acolhimento Tempo: 3h  As participantes, juntamente com a Equipe de Pesquisa em roda

	c) cultura, sociedade e sexualidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Assinatura do Termo de Assentimento para quem for participar da pesquisa;</li> <li>- O tema foi abordado através do material elaborado pela Equipe de Pesquisa (APÊNDICE 7)</li> </ul>		dialogaram sobre o tema que era conduzido por mediadores da Equipe de Pesquisa. As adolescentes eram estimuladas a responder as perguntas propostas.
2º encontro o sessão	<p>Ambientação/Aproximação com o grupo</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Relacionamentos: <ul style="list-style-type: none"> <li>a) família;</li> <li>b) amor, amizade e relação romântica;</li> <li>d) tolerância, inclusão e respeito;</li> <li>e) compromisso de longa duração (casamento, união estável, quando se tornam pais).</li> </ul> </li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Brincadeiras livres na Praça.</li> <li>- Jogo da linguagem (APÊNDICE 8)</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Computador</li> <li>- Fotos (APÊNDICE 9)</li> </ul>	<p>Local: Casa de Acolhimento/ Praça próxima a Casa; Tempo: 3h</p> <p>Foram apresentadas fotos com imagens de casais, amigos, vários tipos de família, pais e mães, pessoas diversas. As adolescentes falaram as suas impressões sobre o que está acontecendo na foto e também a respeito do que sentiram ao ver.</p>
3º encontro	<p>Ambientação/Aproximação com o grupo</p> <p>Gênero e raça:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>a) construção social do gênero e as normas sociais de gênero</li> <li>b) igualdade de gênero, estereótipos e vieses</li> <li>c) diversidade racial</li> </ul>	Oficina de automaquagem e pintura artística (APÊNDICE 9)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Maleta de maquiagem (rímel, batom, sombra, base, pó compacto, etc)</li> <li>- Materiais de pintura artística (tinta, gliter, pincel)</li> </ul>	<p>A Equipe de Pesquisa levou todo o material, durante a oficina as jovens maquiaram umas às outras com o auxílio dos pesquisadores. Algumas adolescentes optaram por fazer pintura artística, ao final a maleta de maquiagem foi entregue a Casa, como um presente da equipe pesquisadora.</p>

4º encontro	Devolutiva dos encontros anteriores  Confraternização	Brincadeiras livres e música  Roteiro de perguntas (APÊNDICE 10)	- Celular - Caixa de som	Local: Casa de Acolhimento Tempo: 3h  A Equipe de Pesquisa levou um roteiro semiestruturado com perguntas sobre os encontros anteriores
-------------	---	--	-----------------------------	--

Fonte: Autores (2021).

O grupo focal foi conduzido a partir da IE, considerando essa uma metodologia adequada para o trabalho com pesquisas na área da violência contra crianças e adolescentes, por ter uma estrutura em que o pesquisador pode focar na observação do ambiente e nos fenômenos do modelo PPCT (KOLLER; MORAIS; PALUDO, 2004). Durante o grupo focal, o contato entre os participantes e a Equipe de Pesquisa gerou os processos proximais, estes são responsáveis por auxiliar no foco, na realização e na condução da pesquisa. A observação das participantes foi realizada por toda a equipe pesquisadora, pois o processo proximal é bidirecional e ocupa uma posição central no desenvolvimento do trabalho. O uso da IE possibilitou um delineamento de pesquisa que, levantasse hipóteses entre o tema da sexualidade e o modelo PPCT. A seguir, será discutido o tipo de interdependência existente nos resultados dessa observação metodológica.

## 9. A INSERÇÃO ECOLÓGICA NA PESQUISA COM AS ADOLESCENTES

### 9.1 INSERÇÃO ECOLÓGICA E A CRIAÇÃO DE UM MICROSSISTEMA

De acordo com Silveira et al. (2009), a base teórica da IE concebe o desenvolvimento humano a partir da inter-relação de quatro instâncias: processo, pessoa, contexto e tempo. Sendo assim, pensar a realização de ações de pesquisa nessa abordagem, seria considerar a ocorrência de “processos proximais” entre pesquisadores e entre pesquisadores e pesquisados, isto é, as relações criadas reciprocamente a partir das interações mediadas por atividades que vão se complexificando ao longo dos encontros. Entende-se que os processos proximais surgem a partir dessa interação com o ambiente através de cinco aspectos que devem ocorrer de forma simultânea:

- (a) a pessoa deve estar engajada em uma atividade; (b) esta atividade deve acontecer em uma base relativamente regular, através de períodos estendidos; (c) as atividades devem ser progressivamente mais complexas; (d) deve haver reciprocidade nas relações interpessoais; e, (e) os objetos e símbolos presentes no ambiente imediato devem estimular a atenção, exploração, manipulação e imaginação da pessoa em desenvolvimento (PRATI; COUTO; MOURA, et. al, 2007, p. 161).

Para que isso ocorra é necessário o estabelecimento de vínculo nas relações dos envolvidos e os materiais utilizados precisam acionar áreas cognitivas e interacionais das pessoas em desenvolvimento (KOLLER; MORAES; PALUDO, 2004). Os processos proximais podem produzir dois resultados a partir da natureza do ambiente. Em locais mais favoráveis, estáveis e organizados a tendência é que as pessoas sejam mais estimuladas a desenvolver a competência, ao passo que em locais desorganizados, vulneráveis ou conflituosos, há mais probabilidade da manifestação da disfunção. A exemplo, observa-se o relato do diário de campo:

Segundo essas informações de Mônica, Júlia me levou para conhecer o quarto em que ela dorme, a varanda em que costuma ficar e o banheiro que utilizam. Fiquei muito feliz com essa aproximação espontânea de Júlia e essa consideração em querer me mostrar os espaços em que ela gosta de ficar. Desde a primeira visita me incomodava o fato de só interagir com as meninas que não tinham questões psiquiátricas. (DIÁRIO DE CAMPO, 19/06/2021).

Conforme o modelo bioecológico, a pessoa é entendida como “um ser biológico e psicológico, interage constantemente com seu contexto e é produto deste processo de interação” (PRATI, *et al.*, 2008, p. 161). A pessoa então, é capaz de direcionar, influenciar, dar forma e força aos processos proximais, bem como estabelecer os resultados conjuntos dos elementos processo, pessoa, contexto e tempo (KOLLER; MORAES; PALUDO, 2004). A presença da Equipe de Pesquisa despertou diferentes tipos de emoções, interesses, comportamentos e dúvidas nas adolescentes.

Me sentei ao lado de Mônica, uma das acolhidas. Pouco depois, ela elogiou minhas sobrancelhas e disse que eu era muito bonita. Ao longo da atividade, as curiosidades/apontamentos sobre minha aparência continuaram. Enquanto eu falava e gesticulava, Mônica fixou os olhos nas minhas unhas e, quando terminei de falar, ela pediu para vê-las e também elogiou. Enquanto isso, uma outra adolescente, em pé atrás de mim, mexia no meu cabelo. Percebi que minha aparência chamou muita atenção das meninas que, ao final, ainda me cercaram, fazendo inúmeras perguntas sobre meus piercings. Além disso, quando fui embora, Mônica, que já havia comentado sobre minhas sobrancelhas, estava com uma mini paletinha de sombra na mão tentando reproduzir a maquiagem. Quando fui me despedir, ela me mostrou orgulhosa o que tinha feito (05/07/2021).

Durante o período de Inserção Ecológica na Casa Rio Preto, foi possível observar que com a chegada da Equipe de Pesquisa e a aproximação das adolescentes, foi-se criando um microssistema, entendido como aquele que contempla as relações estabelecidas face-a-face em um espaço imediato (SILVEIRA *et al.*, 2009):

Foi um consenso entre todos ali que a nossa chegada na casa parecia o que posso chamar de "mais do mesmo", mas que ao se relacionarem conosco, logo no primeiro dia e nos primeiros contatos, perceberam, segundo suas palavras, que nós éramos diferentes e legais. Nos explicaram que foi interessante porque não perguntamos somente como é o dia a dia delas na casa (falaram que as pessoas que chegam lá costumam fazer isso), ou propomos conversas chatas e atividades que elas não queriam fazer, mas, pelo contrário, que se divertiram, que queriam estar conosco, que elas não tinham nada pra fazer e nós estávamos ali brincando e falando sobre assuntos que elas queriam falar. Foi emocionante poder ouvir e perceber que de fato para nós também foi divertido e afetuoso estar com elas, a adesão delas às nossas propostas, a confiança e etc (DIÁRIO DE CAMPO, 26/07/21).

As atividades desenvolvidas permitiram um envolvimento genuíno das adolescentes, uma vez que eram pensadas a partir de temas que elas apresentavam interesse dentro e fora de aspectos relacionados à sexualidade. A criação do microssistema se estabeleceu a partir do desenvolvimento de disposições – movimentos

que sustentam os processos proximais, recursos – habilidades, experiências e conhecimentos requeridos para o funcionamento efetivo dos processos proximais a partir das necessidades dos participantes e demanda – que convidam e desencorajam as reações do ambiente social favorecendo ou não a operação dos processos proximais (YUNES; JULIANO, 2010).

Em decorrência da pandemia COVID-19, a saúde emocional das adolescentes acolhidas, que já apresentava fragilidades devido ao histórico de violências sofridas e também pela privação do convívio familiar, demonstrou o aumento da supressão de necessidades emocionais básicas. A partir do microsistema criado e com os efeitos do isolamento social, destacou-se a busca das adolescentes em estabelecer conexões estáveis, afeto e carinho, vínculos seguros e o compartilhamento de suas histórias de vida juntamente com a Equipe de Pesquisa, despertando reciprocidade por parte dos pesquisadores com relação a essas questões.

Quando elas vem em minha direção com pelúcias, nem consigo acreditar que estaria ganhando um presente naquele momento. Me incomodo com a fala de Luíza ao dar os presentes “pra vocês não esquecerem da gente”, seguida de Milena “tio, se for assim, então vocês vão esquecer de mim, porque eu só tenho amor pra dar”. Pensando a respeito, meu incômodo foi de, em algum momento, elas terem pensado que seria possível esquecê-las e o quão angustiante é essa realidade de ser esquecida, o que, na minha visão inicial, elas tentaram reverter. (...) Um último ponto é sobre os dois “eu te amo” que ouvi nesse dia. O primeiro de Mônica e o segundo, de Milena. Percebo que essa transferência foi essencial para que conseguisse me aproximar e ser aceita por elas. Que o encontro, assim como dizia um texto que trabalhei há um tempo atrás, é realmente uma ferida (DIÁRIO DE CAMPO, 26/06/21).

Ainda considerando os efeitos da pandemia, é importante ressaltar que a crise sanitária tem suas raízes em um nível estrutural macrossistêmico que influi no conteúdo de seus micros, meso e exossistemas (YUNES; JULIANO, 2010). O *tempo* é o quarto componente do modelo bioecológico e pode ser dividido em três camadas, *microtempo*, *mesotempo*, *macrotempo* (KOLLER; MORAES; PALUDO, 2004). Em consequência disso, criou-se o conceito de *cronossistema* “estabelecendo modelo de pesquisa que possibilita examinar as influências no desenvolvimento da pessoa e as mudanças (e continuidades) ao longo do tempo no ambiente no qual a pessoa vive” (PRATI *et al.*, 2008, p. 162). O fator tempo atravessou desde a elaboração e planejamento de cada ação remotamente, aos preparos e cuidados constantes pautados nas recomendações de

segurança do Ministério da Saúde, respeitando sempre os protocolos vigentes durante o momento e, sobretudo, na forma de se construir o contato e aproximação com as adolescentes durante as visitas presenciais.

Nesse sentido, cabe salientar que foi necessário reforçar em alguns momentos a importância do distanciamento e do uso de máscaras. Foi possível perceber que raramente a Equipe Técnica estava de máscara e que as adolescentes em nenhum momento faziam o uso. Com relação ao uso de álcool em gel e higienização, apenas antes das refeições as adolescentes utilizavam tal recurso. Houve um estranhamento por parte das adolescentes acolhidas com relação à postura da equipe pesquisadora em se manter segura, com a não retirada das máscaras, gerando constantes questionamentos sobre o porquê de não as retirar. As adolescentes falavam sobre não saberem como eram os rostos da equipe pesquisadora sem a máscara e diziam não estar infectadas com COVID-19. A partir disso, observa-se que as adolescentes estavam se relacionando com a Equipe de Pesquisa, criando, portanto, díades e relações inter-pessoais que possibilitaram a formação de um novo microsistema. A saber, alguns fatores que possibilitam isso é a busca por reciprocidade, equilíbrio de poder e relações afetivas presentes nos papéis que são exercidos dentro desse ambiente microssistêmico (YUNES; JULIANO, 2010).

Somado a isso, destaca-se outras atitudes como o respeito e atenção durante os encontros do grupo focal. No campo da Inserção Ecológica, as interações e os processos proximais vivenciados atuam como ponto de referência capazes de validar e legitimar os dados colhidos com a pesquisa, na mesma medida que elucidam de forma efetiva os fenômenos estudados. Portanto, considera-se necessário o investimento de ações visando potencializar os processos proximais existentes na Casa de Acolhimento, para que dessa forma seja também fortalecidas as relações microssistêmicas, em diversos âmbitos.

## 9.2. OS CONTEXTOS ECOLÓGICOS DAS ADOLESCENTES

O contexto ecológico é analisado a partir de quatro organismos, sendo eles: microsistema, mesossistema, exossistema e macrosistema. O microsistema é responsável por relacionar atividades e relações interpessoais, através de aspectos

físicos, sociais e simbólicos que estão presentes no meio e que estão defronte a pessoa em desenvolvimento. A Casa Rio Preto e outros lugares que crianças e adolescentes ocupam são definidos como microssistemas, por desenvolver um padrão de atividades, por estabelecer funções que são desempenhadas por eles, pelas pessoas que estão inseridas e também pelas relações interpessoais que são criadas nesses locais. Como exposto anteriormente, são nesses ambientes que os processos proximais podem ser desenvolvidos e, igualmente, as características da pessoa - disposição, recurso, demanda – podem ser encontradas (KOLLER et al., 2004).

O mesossistema, por sua vez, configura-se como um conjunto de microssistemas que são capazes de produzir processos interdependentes. A pessoa que está inserida estabelece seus relacionamentos e o mesossistema pode alterar na medida em que a pessoa vai se inserindo em outros microssistemas. Observou-se, então, que o mesossistema das adolescentes foi prejudicado com o isolamento social, gerando impactos em seu microssistema dentro da Casa Rio Preto. A falta de atividades de lazer fez parte das principais queixas das adolescentes que, no contexto, relatavam não terem nada para fazer na Casa de Acolhimento e que passavam muito tempo dentro do ambiente físico da Casa, privadas de tomarem sol ao ar livre, o que complicava ainda mais quando eram aplicadas as “sanções” pelas Educadoras. Em um dos nossos encontros a o relato da adolescente Gabriela apreze “a casa é uma prisão e que só falta a roupa e pulseira de presidiárias e que tudo ali é Sansão. Luiza respondeu que Sansão é o castigo delas e que tudo é motivo pra estar de castigo.” (DIÁRIO DE CAMPO, 26/07/21).

A Equipe de Pesquisa notou que as “sanções” cumpriam um papel altamente disciplinar e que eram determinadas a partir de critérios que, muitas vezes, se baseavam no sistema de crenças das próprias Educadoras e não em orientações técnicas. Em geral, as “sanções” envolveram questões a respeito da sexualidade, vestimenta, comportamentos inadequados e falta de disciplina. Com efeito, as adolescentes também desenvolveram estratégias para lidar com as punições, a fim de reivindicar suas necessidades de lazer, liberdade e privacidade. Embora tais ações tivessem um viés ameaçador para a Casa, entende-se que a forma como as adolescentes interagem em seu ambiente podem ser favoráveis ou desfavoráveis ao desenvolvimento de competências e disfunções (GALONI; PEIXOTO, 2020).

O exossistema é entendido como os espaços que a pessoa não frequenta, mas que atravessa de forma indireta o seu desenvolvimento. Pode-se entender que, as audiências entre Equipe Técnica e as Varas de Infância e Juventude, o Estado, o bairro, a rede de apoio social, etc - formam o exossistema de crianças e adolescentes acolhidas. Durante a entrevista com a psicóloga Michele, ela relata que “a Vara definiu que duas de três irmãs serão transferidas para outra Casa de Acolhimento, por ordem também Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte (PPCAM). Nesse ensejo, as adolescentes Beatriz e Vanessa foram transferidas para outra unidade, a irmã mais nova Marta permaneceu na Casa Rio Preto. A adolescente Marta demonstrou significativas mudanças comportamentais e emocionais desde a saída das irmãs, em alguns momentos seu comportamento expressava “que ela é uma menina que carece de muita atenção e se apega a quem proporciona isso a ela. (...) hoje, ela me abraçou repentinamente e disse “você é minha mãe” (DIÁRIO DE CAMPO, 19/06/21).

O macrossistema é formado “pelo padrão global de ideologias, crenças, valores, religiões, formas de governo, culturas e subculturas presentes no cotidiano das pessoas que influenciam seu desenvolvimento” (KOLLER; MORAES; PALUDO, 2004, p. 47). Isso significa dizer que o macrossistema influencia diretamente no que os indivíduos aprendem e ensinam e é o que expressa o relato da adolescente Milena, registrado no Diário de Campo: “respondeu que sentiu muita culpa e vergonha, quando perguntado o porquê ou em que momento, ela responde que sentiu “culpa quando falou de viado, vergonha quando falou de sexo” (DIÁRIO DE CAMPO, 26/07/21). A Equipe de Pesquisa observou que algumas adolescentes reproduziam falas discriminatórias ou, a depender do assunto, ficavam mais caladas. Entende-se que a forma como o macrossistema compreende a sexualidade possa afetar diretamente a maneira como os próprios adolescentes lidam e, conseqüentemente os profissionais da Casa Rio Preto.

## 10. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DA REVISÃO INTEGRATIVA E DO TRABALHO DE CAMPO COM AS PROFISSIONAIS

### 10.1 CATEGORIA A: OS DIREITOS SEXUAIS E AUTONOMIA DE ADOLESCENTES NA CASA RIO PRETO

Toneli (2008) discute os direitos sexuais como direitos humanos, a partir da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento de 1994. Essa Conferência propôs um entendimento amplo a respeito da sexualidade humana - além da compreensão sexual e reprodutiva. Considera-se que a diversidade sexual e de gênero também compõe os direitos sexuais. Deste modo, inclui a orientação sexual, papéis e identidade de gênero, sexo, intimidade, prazer, desejo, erotismo e a reprodução. Por meio da definição da Organização Mundial de Saúde (World Health Organization, 2008) discute-se que “os direitos sexuais seguem os direitos humanos que já são reconhecidos pelas leis e documentos internacionais consensuais” (TONELI, 2008, p. 10). Embora exista esse e outros importantes marcos, a autora destaca que a religiosidade ainda está muito presente como uma ameaça à efetivação de tais direitos (TONELI, 2008). Segundo a autora, ainda que o legalmente o seja Estado Laico, este é governado por um biopoder que se associa “aos discursos religiosos e a processos de criminalização, de forma a assegurar o controle sobre a vida dos indivíduos e o cerceamento do exercício autônomo da sexualidade” (TONELI, 2008, p.11). É o que se pode verificar na fala da educadora Luciene:

Olha tem lugares que você pode ir com a roupa que você achar legal, mas tem lugares que você tem que se comportar, a gente vive em sociedade.”(...) “Vamos supor a gente vai pra uma Igreja... lá existe outras pessoas, outros homens... porque infelizmente a cabeça do homem é diferente da cabeça da mulher, isso não justifica mas a gente precisa entender que há essa diferença. Então, assim, se a gente vai pra uma Igreja a gente tenta se comportar para que não haja... bom isso não justifica o cara te cantar ou algo fazer qualquer outra coisa... mas vamos tentar evitar para que a gente não fere o direito de outro pessoa... a esposa tá lá... e a menina vai lá e acaba se expondo. Acho que está tendo uma exposição muito abusiva também né? As pessoas também não estão ligando porque “ah porque é direito, ela tem o direito de andar pelada...

O discurso de Luciene possibilitou o entendimento sobre a necessidade das adolescentes estarem com roupas coerentes nos ambientes, todavia, há o questionamento por parte da Equipe de Pesquisa de como essa orientação seria feita. Considerou-se a presença forte de um discurso moralista que avalia o respeito como um

direito a ser assegurado somente das adolescentes que agem de forma “correta”. Desse modo, o controle da sexualidade relaciona-se com punições secundárias; não sendo o bastante estar afastado do seu ambiente familiar, também é preciso que essas jovens passem por outras privações (D’ANGELO; HERNANDEZ, 2017). Nesse ensejo, foi possível observar que a fala da educadora está presente em como as adolescentes se sentem a partir do relato do Diário de Campo:

Deram ainda outros exemplos sobre educadoras não se agradarem da vestimenta escolhidas por elas e que às vezes, se elas optassem por não mudarem a roupa, poderia até mesmo ocasionar numa Sanção e que isso costumava acontecer em dias de irem ao culto. Falaram que a educadora Elaine era uma das que não conversava com elas, que é má, autoritária e preconceituosa, e que até mesmo já chegou a dizer que a roupa que elas escolhiam para ir à igreja parecia roupa de bordel. (Diário de Campo III, 12/07/21).

De acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (SILVA, 2004), quase 90% das crianças e adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional possuem famílias. Dentre elas, aproximadamente 25% são afetadas pela falta de recursos financeiros, de moradia, educação, entre outros. Diante disso, abre-se um espaço para o diálogo acerca do fortalecimento da autonomia desses jovens que estão em Casas de Acolhimento, não por serem órfãos, mas pela sua condição de vulnerabilidade social. Os autores apontam que a autonomia é uma premissa fundamental, pois é compreendida como autodeterminação pessoal e independência (UZIEL, BERZINS, 2012).

Uziel e Berzins (2012) destacam a autonomia como um princípio fundamental do ECA (1990), sendo necessária antes, durante e após o acolhimento institucional – sobretudo aos que passam muitos anos acolhidos. O objetivo é que os jovens possam exercer sua autonomia, adquirindo competências significativas para que sejam capazes de passar pelo processo do desligamento e, posteriormente, possam gerir suas próprias vidas de forma segura. Há uma difícil manobra da autonomia em instituições que são tuteladas pelo Estado, por se tratar de uma questão singular, mas que é fortemente marcada pelo espaço coletivo (UZIEL, BERZINS, 2012). Em concordância, Carvalho, Silva e Souza (2012) relatam que existe uma tensão desafiadora a respeito do

entendimento sobre autonomia e tutela. Tal questão pode ser ilustrada pela fala da educadora Elaine:

Como eu disse, aqui é um espaço que a liberdade acaba sendo vigiada, então é difícil palpar essa questão porque a sexualidade delas é muito reprimida, aqui não é uma casa pra esse tipo de vida sexual, aqui é uma casa de acolhimento que elas têm que conviver entre elas. Então de fato aqui não tem, o que a gente pode tentar desenvolver é através do diálogo, não prática... Tentar conversar, desenvolver alguns pontos tanto da sexualidade e tantos

De modo geral, foi perceptível que as adolescentes são tratadas pelas Educadoras como como pessoas que não são confiáveis e isso é reforçado constantemente por suas histórias de vida. A partir de conceitos de Guattari e Rolnik, Uziel e Berzins (2012) discutem a função do Estado na produção de subjetividade através da culpabilização e da segregação. A culpabilização seria uma maneira de identificar no sujeito somente os supostos desvios e a segregação o processo de modelização que separa os sujeitos desviantes, através da infantilização, na qual se estabelece uma relação de submissão e dependência mediada pelo Estado. A seguir, segue a fala da coordenadora Sabrina, que demonstra a falta de investimento na prática da autonomia das adolescentes, embora haja investimentos voltados para controle da sexualidade:

Me foi pedido para que todas as adolescentes tomassem anticoncepcional injetável por conta da trans que tá aqui. (...) Porque ela pode ter algum relacionamento homoafetivo com alguma das meninas, entendeu? Porque aqui acontece isso, acontece. Hoje elas estão... elas namoram aí acabam. Enfim, pode acontecer de haver um relacionamento. E o medo aí de alguém da chefia... entendeu? Aí me pediram

Além disso, destaca-se que a chegada da adolescente trans Vera possui caráter ameaçador para a Instituição Acolhedora e, como resultado os processos sociais são mediados por normatividades, sendo resolvidos como um problema médico ou psicológico que transborda os limites das disciplinas (PONTES; SILVA; NAKAMURA, 2020). Em virtude disso, levanta-se a problemática de que todas as esferas da singularidade de adolescentes abrigados passariam pelo Estado - uma vez que as relações com familiares, escolares, de estágio ou trabalho são mediadas pela Instituição Acolhedora. É nesse momento que os autores se perguntam também onde estaria a sexualidade desses jovens e nos convidam a refletir sobre as tensões da

sexualidade através do conceito de autonomia. Propondo a pensar a adolescência como uma fase de reconhecimento dos direitos, lançam-se em direção ao pensamento voltado para a autonomia e a sexualidade como elementos que possam ser fundidos (UZIEL; BERZINS, 2012).

Os direitos sexuais de crianças e adolescentes são parte da sua condição humana e por isso “a autonomia sexual deve ser compreendida como um processo que ocorre no cotidiano, portanto deve ser tecida a partir de dois fios condutores principais: da proteção e da liberdade” (CARVALHO, *et al.*, 2012, p. 84). Em suma, acredita-se que meninas menores de idade, e mesmo sobre proteção do Estado, possuem o direito sobre os seus corpos e que o papel de formadores de opinião é discutir sobre seus direitos de escolha em relações amorosas e sexuais (UZIEL, BERZINS, 2012). Para corroborar com essa discussão, foram analisadas as falas das profissionais sobre os relacionamentos dentro da Casa Rio Preto e, em diversos momentos, a maior parte equipe profissional demonstrou prezar pelo controle institucional reforçador de estigmas a respeito da sexualidade das adolescentes. O entendimento demonstrou-se diferente para a coordenadora e mais três profissionais, pois expressavam uma compreensão mais saudável. A seguir, destaca-se a fala da Sabrina, coordenadora da Casa Rio Preto, que, durante todo o trabalho, manifestou uma postura mais flexível diante das demandas sobre sexualidade apresentadas pelas adolescentes.

Uma menina recentemente ficou com um menino na pracinha. Eles se beijaram né? E assim... eu achei aquilo tão normal... eu achei até... pô legal (risos). Sabe? Não foi com um traficante nem nada gente, foi um menino, sabe? que tava ali como elas... E aqui aquilo foi um estardalhaço tão grande, sabe? aqui no abrigo. Que assim... nossa foi horrível, eu briguei com a minha equipe e tal... porque elas falam “ah isso aqui vai virar o quê? Vão achar que é um prostíbulo”. Gente, que isso? Como vão achar que isso aqui é um prostíbulo, sabe? a menina tá ali, com um menino da mesma idade delas, que... que... sabe? então é uma questão que né? Tem que trabalhar com a equipe também né? Algumas pessoas acham normal, né? Outras não... É que as meninas muitas vezes não chegam aqui pra ficar 1 mês, 2 meses, elas ficam muito tempo aqui na maioria das vezes. E como posso cancelar a vida delas ? Durante tanto tempo. E é logo a fase mais importante assim de descoberta. Então assim, não tem como eu fazer isso, eu tenho que dar um jeito de conciliar isso né? Eu penso assim. (...) Porque o sistema é muito falho né? Deveria tá aqui por 2 meses só e acabou, reintegrar... mas a verdade não é essa. Elas ficam, ficam, ficam... acabam ficando anos e a gente acaba perdendo... perdendo o que? A vida? A sexualidade? Passar a adolescência sem saber o que é isso? Sem namorar, sem conhecer?... eu acho que por isso que rola muito namoro aqui dentro, talvez... eu penso isso. (Entrevistada, Sabrina – coordenadora)

A partir dessa discussão, compreende-se que é importante estabelecer uma relação saudável com os responsáveis/cuidadores, na qual os adolescentes possam expor suas necessidades de viver e exercer sua sexualidade. No que se refere aos jovens em situação de acolhimento institucional, destaca-se a obrigação do Estado em organizar debates sobre a sexualidade como um direito, que sejam pautados nas experiências dos adolescentes envolvidos. No tocante à discussão da sexualidade como um direito transversal, destaca-se que é algo indispensável no âmbito jurídico. Em razão disso, abre-se espaço para a compreensão de que os direitos sexuais são também componentes da cidadania infanto-juvenil e por isso são essenciais e abarcam a integralidade do indivíduo (CARVALHO, *et al.*, 2012; UZIEL, BERZINS, 2012).

## 10.2 CATEGORIA B: IMPLEMENTAÇÃO DO GRUPO FOCAL SOBRE SEXUALIDADE COM ADOLESCENTES ACOLHIDAS

De acordo com Ferreira, Piazza e Souza (2020), a adolescência é um período de grande interesse pelo tema da sexualidade, sendo essa um componente da subjetividade e individualidade que pode ser constituído social e culturalmente. Percebe-se que o tema ainda levanta grandes dificuldades no ambiente familiar e até mesmo escolar, então, como seria essa conversa dentro da Casa Rio Preto? Para entender melhor foram levantados alguns questionamentos às profissionais, relacionado ao modo como elas percebiam que as adolescentes lidavam com os relacionamentos (amizade, namoro, casamento), com as relações sexuais e com a gravidez na adolescência. De um modo geral, observou-se que na visão das profissionais há uma ideia de que as jovens ainda não possuem maturidade suficiente para entender sobre as responsabilidades envolvidas aos assuntos supracitados. Para a Educadora Carol, “a mentalidade delas são muito assim... Tipo assim... ah, não sabe como que é o mundo lá fora. Pensa que é tudo brincadeira, que é tudo fácil, que é só chegar ali e dá um beijinho, mas não sabe o risco de doenças, que pode engravidar e o cara não querer assumir e etc.”

Segundo Ferreira *et al.* (2019), para um trabalho ser bem desenvolvido com adolescentes, o diálogo e a comunicação horizontal devem ser o principal instrumento, sobretudo quando se trata de assuntos considerados fatores de risco para sua saúde física e mental. Sendo assim, a implementação das oficinas são medidas iniciais, mas, a longo prazo, a rede de apoio desses jovens precisa continuar estimulando-os “a desenvolver

integralmente a consciência e a corresponsabilização pela sua saúde, tornando-os seres autônomos capazes de realizar escolhas responsáveis sobre a própria vida” (Ibid., p. 7). Foi possível notar que muitas das profissionais entrevistadas não foram sensibilizadas e formadas para desenvolver um cuidado com relação aos direitos sexuais das adolescentes. Tal problemática aciona para o campo dos direitos sexuais uma preocupação com a forma que essas jovens vão internalizar e integralizar as informações.

No que se refere às profissionais, notou-se que em alguns momentos a falta de conhecimento sobre o tema poderia ser justificativa para não discuti-lo com as adolescentes. É o que ilustra a fala da entrevistada Ana: “Eu acho que deveria ter mais psicólogo pra conversar com todas as adolescentes e até mesmo não sendo de abrigo, mas sendo de casa mesmo, como eu falei, as adolescentes tem curiosidade...” (Entrevistada, Ana). De acordo com Leite (2013), constantemente essa baixa qualificação tenta ser compensada com o convite de “especialistas para falar sobre o tema”. Em detrimento disso, os profissionais das instituições não desenvolvem atividades sobre o tema da sexualidade. Durante as entrevistas, foi possível perceber que a sexualidade é abordada durante a vivência das adolescentes dentro da Casa Rio Preto. No entanto, ainda não se consegue admitir com devido respeito o exercício da sexualidade em suas diferentes manifestações (LEITE, 2013). É que pode ser exposto através da fala da educadora Elaine “elas se relacionam entre elas, mas no sentido explícito, mas por sensação de prazer mesmo do que opção sexual e, agora, com a chegada da Vera, nós estamos abordando mais a fundo sobre essa questão”. Dessa forma, ficou evidente que o campo da sexualidade, dentro da Instituição, é atravessado por preconceito, repressão, hierarquização, conservadorismo e punição. Um caminho para esse direito ser reconhecido parece estar associado à sexualidade na adolescência ser permeada por processos educativos de projetos mediados por adultos que serão capazes de orientá-los. Em análise, compreende-se que tal medida pode ser um avanço dentro do campo da sexualidade, mas também significar o controle dos direitos sexuais das adolescentes acolhidas (LEITE, 2013).

No que se refere ao trabalho com o grupo focal, foi possível observar que a temática da diversidade sexual e de gênero se destacou em diversos momentos, ora aparecia na fala das educadoras, ora estava presente nas dúvidas das adolescentes.

A educadora Joana mencionou sobre a possibilidade de dar uma atenção especial à algumas meninas como Natalia e Vera, duas adolescentes LGBTs. Acrescentou que perguntou à Vera o porquê não teria tirado todas as suas dúvidas. Pelo que ela conta, Vera pareceu sem jeito e não soube responder. Joana também chamou atenção para Antônia que, segundo ela, tem comportamentos LGBTfóbicos. Por fim, questionou sobre a possibilidade de conversar individualmente com algumas ou todas as meninas (DIÁRIO DE CAMPO, 05/07/2021).

Em um dos encontros do grupo focal realizado no trabalho de campo, as adolescentes foram provocadas a falar suas primeiras impressões sobre algumas imagens. De maneira geral, foi possível perceber que a maioria das adolescentes estavam bastante participativas e atentas, fizeram comentários e expuseram suas dúvidas. Algumas das dúvidas que surgiram foram as seguintes:

como um homem trans pode engravidar? Mulher trans pode ter útero? Homem trans pode ter pinto? Como perguntar se é homem ou mulher etc. Ao responder essas e outras perguntas, era nítido as reações de surpresa para algumas das respostas e informações e alguns comentários surgiam, como por exemplo: "não fazia ideia de que isso era possível", "que nojo", "achei interessante", "misericórdia. Deus me livre". Ao verem casais homoafetivos, não hesitavam em afirmar que eram uma família, o mesmo ocorreu nas imagens de casamentos inter-raciais e homoafetivos." (Diário de Campo, 12/07/21).

Cabe salientar que as principais discussões sobre a diversidade sexual e de gênero estão relacionadas à orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero. No que tange a orientação sexual, em um dos encontros:

Ao falarmos sobre gays, lésbicas, trans, Luiza demonstrou apresentar mais informação e segurança para conversar sobre os temas, rebateu o comentário negativo de uma outra adolescente quando debatíamos a frase " tudo bem ser gay,bi,lesbica ou trans só não pode dar em cima de mim." Milena e Mônica disseram que concordavam com essa afirmação, Luiza se posicionou imediatamente "é mas depois vem deitar do meu lado, de conchinha, pedir beijinho." A maioria das adolescentes ficaram rindo, Milena demonstrou ficar muito sem graça, fez uma brincadeira pra descontrair e Milena seguiu negando o que Luiza expos (DIÁRIO DE CAMPO, 05/07/2021).

Os relacionamentos dentro da Casa é um assunto bastante presente na fala da Equipe Técnica, segundo a coordenadora Sabrina:

Elas fazem, tá? Aqui dentro, entre elas. E quando elas estão com muita vontade, elas fazem entre elas, se elas não fizerem fora. [...] Eu já peguei na

cama uma vez, assim muito rápido. Mas cuidador já pegou já. Inclusive é... dedadas né? E aí por conta das dedadas teve hemorragia né? Coisa até meio complicadinha né? Até porque são adolescentes. Mas a gente orienta né? (...) Agora não, agora elas deram uma parada porque estão ali na fase da praticinha, de namorar os meninos.” (COORDENADORA - Sabrina).

Outra manifestação da orientação sexual aparece com relação a adolescente Natalia, que rompe com a expressão da feminilidade e é vista pelas meninas como uma adolescente diferente por não gostar de maquiagem, vestido, entre outras coisas. A adolescente Vera também ganha destaque entre as adolescentes, por ser uma adolescente trans e heterossexual.

A Equipe de Pesquisa percebeu, ao final do grupo focal que as adolescentes estavam apresentando uma melhor compreensão a respeito dos temas supracitados. Segundo a adolescente Milena, foi possível compreender melhor Vera e Natália, ao passo que:

Gabriela também falou que o que mais foi interessante pra ela foi ter descoberto que homem trans poderia engravidar e que falar sobre sexualidade e identidades de gênero contribuiu bastante para ela poder compreender mais do que antes conseguia. Falou ainda que a Vera não era de falar ou fazer perguntas para nós, apesar de sempre estar presente e notoriamente atenta, mas que quando saímos ela falava sobre o que conversamos e fazia várias perguntas.” (DIÁRIO DE CAMPO, 26/07/21).

Quando as adolescentes foram questionadas sobre métodos contraceptivos, Infecção Sexualmente Transmissível (IST), casamento, namoro, maternidade, identidade, autonomia, entre outros assuntos, identificou-se que elas reproduziam opiniões baseadas no que as outras adolescentes diziam e eram pouco espontâneas. As questões relacionadas à identidade de gênero e orientação sexual, não foram interpretadas pela maioria das jovens com algum tipo de preconceito, apesar de ter aparecido um certo nível de estranhamento especificamente para Milena e Mônica. Para Ferreira, *et al.* (2019) certas mudanças de comportamentos, pensamentos e falas dos jovens podem estar relacionadas à uma transformação estrutural, no qual se possibilita ver concepções mais progressistas e inovadoras se sobressaírem.

O grupo focal apresentou um resultado satisfatório, corroborando para a indicação da aplicação de um Programa de Educação Integral em Sexualidade (EIS) com intervenções, baseadas no diálogo e em demandas trazidas pelas adolescentes

acolhidas. É possível identificar que em diversos países do mundo há meninas que ainda relatam não entender sobre sua menstruação, aproximadamente 50% das meninas do mundo, com idade entre 15 e 19 anos, acreditam que o marido ou parceiro podem bater ou espancar sua esposa sob certas circunstâncias (HEREAT, 2019). Outro dado é que a saúde sexual e reprodutiva são barreiras para muitos alunos terem acesso ao seu direito à educação básica (HEREAT, 2019). Esses indicadores apoiam a necessidade da discussão ampliada sobre a sexualidade em diversos países do mundo. Devido ao aumento das pesquisas, novas evidências têm surgido e precisam ser incorporadas às organizações integradoras do assunto. As questões relacionadas à saúde sexual e reprodutiva, em muitos países, foram moldadas por atitudes e normas socioculturais que criaram desigualdades de gênero e poder (HEREAT, *et al.*, 2019).

Para Berglas, Constantine e Ozer (2014), a sexualidade deve ser entendida como parte tão grande do ser humano que é preciso estar consciente dos próprios direitos. Apontam, então, que se a política internacional for baseada nos direitos humanos dentro da educação sexual, iria-se ter uma juventude que se sentiria empoderada a poder tomar decisões sobre seus corpos. Os jovens seriam capazes de decidir se querem, quando querem, com quem querem e que podem desenvolver seus diferentes tipos de relacionamentos afetivos-sexuais. Isso também possibilitaria o pensamento crítico sobre o mundo a sua volta e incentivaria a luta por mudanças dentro e fora da sua comunidade local.

A implementação de oficinas baseadas nos princípios da Educação Integral em Sexualidade (EIS) se apoiam em um currículo que almeja ensinar e aprender sobre os aspectos cognitivos, emocionais e físicos da sexualidade, abordando-a de forma abrangente e pedagógica. O objetivo da EIS é equipar crianças e jovens com conhecimentos, habilidades, atitudes e valores para emponderá-los de forma a entender sobre sua saúde, bem-estar e dignidade. A partir disso, poderão desenvolver relacionamentos sociais, afetivos e sexuais de forma mais saudável e entender que eles podem assegurar sua própria proteção de seus direitos durante toda a vida (HEREAT, *et al.*, 2019).

A Equipe de Pesquisa identificou através de um dos encontros do grupo focal que algumas adolescentes se autolesionavam - “quando as meninas estendiam seus braços para colocar as cartas à mesa, percebi que muitas tinham cortes nos pulsos”

(DIÁRIO DE CAMPO, 05/07/2021). No último dia do grupo focal, as adolescentes foram perguntadas “você acham que cuidam uma das outras?”, todas as adolescentes disseram a princípio que não e foram bem enfáticas na resposta. Contudo, Mônica contrariou dizendo que se sentia cuidada e que as meninas cuidavam dela nos episódios de automutilação. Milena, uma das adolescentes que apresenta cicatrizes nos braços, concordou com Mônica (DIÁRIO DE CAMPO, 26/07/2021). Isso significa dizer que as oficinas desenvolvidas com adolescentes possuem um caráter preventivo e protetivo

Ainda sobre o grupo focal, em um dos encontros as adolescentes foi perguntado sobre o que seria a sexualidade, algumas se mantiveram em silêncio enquanto outras responderam “coisas como “vida sexual” (Vera), “incômodo” (Mariana), “briga” (Vanessa), “como a pessoa se relaciona com outra (Luiza)” (DIÁRIO DE CAMPO, 05/07/21). Nesse ensejo, ao questionar o porquê a sexualidade seria entendida como “incomodo e briga”, as adolescentes disseram que isso poderia ocorrer quando a menina é estuprada. Essa concepção a respeito da sexualidade relatada pelas adolescentes, reforça o que a literatura estabelece: a educação sexual como uma das ferramentas mais eficazes de promover a prevenção da violência sexual contra crianças e adolescentes (MEYER, 2017). Segundo a educadora Janaína:

Eu posso falar de um que a adolescente já não está mais presente porque ela foi transferida. Ela era uma menina que foi abusada, a Laura. Tem 14 anos, muito grande, muito forte para a idade dela e ela foi abusada pelo pai. Além disso, ela costumava reproduzir isso com outras pessoas. Toda menina nova que chegava, a ela queria praticar algum tipo de violência e em relação a isso. Ai foi conversando, a gente começou a mostrar para ela que se aquilo que foi feito com ela, e ela não gostava, ela não deveria reproduzir com outras pessoas, né? E depois de um certo tempo houve uma diminuição até que parou. Isso tudo depois muitas conversas. (ENTREVISTADA, Janaína).

O relato de Janaína vai ao encontro com a ideia de que o diálogo sobre educação sexual pode evitar revitimizações e contribui para a prevenção e redução de outros cenários de violência. Em concordância, Bergleas *et al.* (2014) afirmam que a juventude possui um direito inquestionável à informação sobre sexualidade e que os programas baseados em direitos precisam enfatizar uma saúde sexual positiva, com direitos e empoderamento. Consideram que esse tipo de abordagem possui um conteúdo completo, justamente por ter um objetivo multifacetado que não foca apenas na prevenção, mas também na educação, saúde e na liberdade dos jovens. Isto posto,

considerou-se três aspectos fundamentais para o desenvolvimento de um grupo focal sobre sexualidade com as adolescentes da Casa Rio Preto, sendo eles: a) interesse dos adolescentes na temática da sexualidade, b) encontros com qualidade de informação e interação e c) profissionais qualificados sobre os direitos sexuais.

### **10.3. CATEGORIA C: NORMATIVAS DE GÊNERO**

Para pensar essa categoria, as normativas de gênero serão estabelecidas a partir da das vivências da sexualidade. Essa articulação é feita, pois entende-se que a sexualidade pode ser definida a partir de 8 constructos, a saber: sexo biológico, gênero, papéis sociais de gênero, gênero designado a partir do sexo biológico, expressão de gênero, identidade de gênero, orientação sexual e identidade sexual (CIASCA; HERCOWITZ; JUNIOR, 2021). Dessa forma, considerando muitas teorias a respeito da temática, será seguido o caminho de que gênero significa que homens e mulheres são produtos da realidade social e não somente decorrência da anatomia de seus corpos (REIS, 2021). A presença de uma adolescente trans na Casa, é significada pela educadora Elaine como um novo território a ser fatiado:

Então, isso pra elas ainda é uma coisa recente, tanto que recentemente recebemos uma adolescente que é a Vera... que ela é identidade de gênero diferente... então, elas estão começando a fatiar esse território agora... mas a gente já conversou, já conversei com duas meninas em especial que me decepcionaram em algumas coisas. Então, por aqui ser uma casa só de meninas, tudo que a gente falava eram em relação a mulher/homem, porque... porque elas se relacionam entre elas, mas no sentido explícito, mas por sensação de prazer mesmo do que opção sexual e, agora com a chegada da Vera, nós estamos abordando mais a fundo sobre essa questão. Hoje elas têm uma noção bem básica sobre esse assunto. (Entrevistada, Elaine)

A chegada de uma adolescente trans na Instituição pode ser entendida como um fenômeno que bagunça as normativas de gênero, por um lado, mas por outro reitera, visto que constantemente tentam enquadrar pessoas trans em um ideal binário. Para Favero (2019, p. 193), considerar que “a norma não somente escapa, mas também como ela se atualiza, pode ser um passo interessante no horizonte por uma ética vital”. À vista disso, gênero pode ser entendido como uma das inúmeras dimensões presentes na identidade dos sujeitos. Sendo um conceito que surge, se transforma e se afeta através

dos valores sociais e culturais de cada época, possui a função de organizar a vida individual e coletiva das pessoas (CARARRA, *et. al*, 2010).

Quando perguntado para as profissionais se elas notavam diferenças entre meninos e meninas, algumas apresentaram pressupostos em que as meninas foram percebidas como mais aguçadas, insinadoras e menos retraídas que no passado. Em análise, a Equipe de Pesquisa entendeu que o que as Educadoras denominam como insinuação poderia ser compreendido como a expressão de um desejo sexual, a liberdade em apresentar seus interesses e investimentos em parcerias afetivo-sexuais. Ainda, esses posicionamentos estão muito ligados ao discurso pautado na supremacia patriarcal, machista e sexista.

Em contraponto, algumas Educadoras disseram não observar diferenças, enquanto outras falaram que os meninos possuem um rompante sexual mais expressivo do que as meninas. Essas falas, de modo geral, nos apresentaram a falta de informação sobre as normativas de gênero em que os jovens constantemente estão inseridos nos seus processos de vivência. Já para algumas profissionais, as questões relacionadas às diferenças excludentes e produtoras de violência são geradoras de prejuízos aos direitos democráticos da sexualidade de adolescentes. Dessa forma, optou-se por expor grande parte da reflexão crítica que Paula faz sobre as diferenças entre os gêneros:

(...) dentro do sexo masculino, você ainda vê aquela velha cultura do machismo, porque o menino pode tudo, a menina não pode isso, não pode aquilo... é bem diferente no comportamento das meninas, as meninas elas, às vezes, renegam um pouco a sua.. sua... O seu sexo, por ter nascido mulher, por achar que elas estão é em desvantagem, e os meninos, por outro lado, eles tem que afirmar poque pra ser homem tem que ser forte e etc. . E aí, muito ruim quando acontece um caso de um menino vir a se descobrir homossexual porque ele não quer afirmar que a sua sexualidade é assim, porque na masculina, é dentro de um grupo aonde aquilo é muito elevado e ele vai se tornar um alvo ou até mesmo rejeitado, né? E aí é bem complicado, mas a gente vê a diferença entre as meninas se acharem indefesas, por mais que algumas não demonstrem, mas tem aquela sensação, aquele sentimento de estar desamparada e, por outro lado, os meninos têm uma sensação, eles acham que eles podem tudo e que não há consequência. E isso é cultural, infelizmente, principalmente em regiões que predomina baixa renda, pessoas que não têm muita informação. De novo, em pleno século 21 é muito estranho, mas acontece de se observar dentro de comunidades, onde ainda há muito machismo, a menina ser aquele objeto, a menina tem que se sexualizar, tem que fazer os serviços, limpar a casa, enquanto um menino pode tudo, um menino pode sair para trabalhar, pode ter quantas namoradas quiser. E daí, caímos de novo naquele ponto delas se acharem inferiores, e aí pra trabalhar isso é um pouco mais complicado porque, por mais que a sociedade hoje em dia seja mais igualitária, ainda não estamos ainda de uma forma igual, realmente. Não estamos, infelizmente. Você é mulher, você sabe que é bem complicado e ainda mais quando somos mulheres que viemos de origem

humilde. Meu caso, origem humilde e de origem afro e se você reparar, a grande maioria das meninas aqui são descendentes afro, poucas são de etnia branca. E aí você já caiu de novo naquela questão cultural, né?! Da má informação, do abandono... Enfim, né. E aí... elas rejeita... algumas rejeitam, por exemplo, um pensamentos que no futuro elas podem vir a ser algo a mais e, por ter esse pensamento... ah, aqui tem um caso de uma das meninas que gostaria de ser policial, e aí ela falou assim: “tía, eu só gostaria. Não vou ser porque todo mundo fala pra mim que é muito difícil. Seria mais fácil se eu fosse menino.” E aí você já vê que cai naquela parte da sexualidade, pois taxam ela porque ela é menina e então vai ser difícil, além dela ser menina, ser uma menina abrigada e sem família, de origem afro, enfim... Vem toda essa carga e aí a gente tenta trabalhar um pouquinho todo dia, conversando um pouquinho, injetando “tenha bons pensamentos” e “corre atrás”, enfim, né, “não desiste”, dar algum exemplo... a gente tem exemplos até aqui mesmo, de profissionais que vieram também de origens humildes e conseguiu chegar até aqui, tem a profissão que desejava e não aquela profissão que foi oferecida pela sociedade, que, às vezes, a pessoa se torna aquilo que foi oferecido pela sociedade, o que tinha a disposição... mas assim, conseguiram algo, mas não era aquilo que desejava, né?! E pra essas meninas é muito mais difícil conseguir aquilo que deseja porque é muito cômodo pegar só aquilo que é oferecido. É mais fácil, dá menos trabalho. Mas não, eu pelo menos, eu acho que não é o certo você só pegar aquilo que está sendo oferecido para você. Você vai pegar sim, se estão oferecendo pra você, mas tem que pegar aquilo forma certa (Entrevistada, Paula).

A explanação da educadora Paula é bastante cirúrgica, pois ela expressa boa parte dos entendimentos teóricos e consegue articulá-los nas relações entre as adolescentes, a sociedade e a cultura. Nesse ensejo, nota-se o quanto o acesso à informação crítica e de qualidade pode influenciar positivamente na maneira como as Educadoras associam as necessidades e especificidades com relação as diferenças entre os gêneros, corroborando para o reconhecimento e atendimento dos direitos sociais e sexuais das adolescentes acolhidas (LEITE, 2013).

A resposta de Paula nos abre espaço para entrar em uma outra temática que aparece também correlacionada ao tema das diferenças de gênero, a violência transgeracional de mulheres negras e periféricas. As mulheres negras vindas da África foram alvo de torturas feitas pelos escravagistas brancos. Nesse ensejo, eram vitimizadas pela sua sexualidade, colocadas para trabalhar com as famílias colonizadoras na função de cozinheira, ama-seca e empregada doméstica. A exploração sexual vivenciada pelas mulheres negras durante a escravatura permitia que essas mulheres convivessem com a constante vulnerabilidade sexual, pois tanto o homem branco quanto o homem negro, tinham o direito sobre seus corpos. Outras formas de

assalto sexual aconteciam com as mulheres negras, quando tinham entre 13 e 16 anos (HOOKS, 2014).

Hooks (2014, p. 20) expõe o relato de uma mulher negra que foi escravizada:

A rapariga escrava era criada na atmosfera da promiscuidade e medo. O chicote e a emporcalhada conversa dos seus donos e seus filhos eram os seus professores. Quando ela tinha catorze ou quinze anos, o seu dono e os seus filhos, ou o capataz, ou talvez todos eles, começavam a corrompe-la com presentes. Se tal falhasse em cumprir os seus propósitos, ela era chicoteada ou deixada esfomeada até à submissão da sua vontade.

De acordo com a autora, as narrativas encontradas sugerem que as mulheres negras dessa época não tinham acesso à educação sexual, tão pouco sabiam sobre seus corpos, ciclo menstrual, reprodução, nascimento e relações sexuais, etc. Em geral, a exploração sexual acontecia quando as jovens deixavam a cabana de seus pais e passavam a trabalhar nas casas dos colonizadores. Nesse contexto, era raro os pais das jovens, as orientarem sobre as grandes possibilidades de serem violadas. (HOOKS, 2014).

Esses processos históricos são considerados marcadores sociais, que, colocam essas mulheres como alvo de diversos tipos de violência, evidenciando uma questão presente na história de vida das adolescentes, a escassez de referências de relacionamentos estáveis.

Isso. Até porque elas não têm muita vivência em ter um relacionamento ali, uma pessoa com muitos anos de casado, de namoro... acho que elas não têm isso na vivência delas, não sei se nunca teve, entendeu? As vezes a gente vê uma pessoa casada a muitos anos e a gente se inspira naquilo ali, naquele carinho. Eu acho que elas não entendem muito sobre isso, sabe? Não tem essa referência. Pelo que elas falam, é passageiro também. (Entrevistada, Monique)

Assim, o pouco que eu tenho convivido assim, elas não têm essas noções desses direitos delas. Porque elas já vêm de uns processos traumáticos em que os pais já fizeram, já é normal. E fulano faz... e aí são totalmente fora do... né? Eu acredito que elas realmente não sabem o que elas realmente querem, elas fazem porque viveram isso, né? Elas não têm nem essa visão de que é legal ocê ter um relacionamento pra casar, pra dividir, construir... porque quando você mora com outra pessoa, vocês tão buscando sentido, melhoria... mas elas não tem essa noção do que elas vão fazer (Entrevistada, Luciene).

É perceptível que as falas de algumas Educadoras são carregadas de estigma, preconceito e discriminação com relação a história de vida das adolescentes. Em muitos momentos, as profissionais nomeiam esses processos sociais como falta de responsabilidade de mulheres e de adolescentes. Embora esse posicionamento aconteça, entende-se a partir dos estudos sobre transgeracionalidade a importância de analisar o sujeito a partir do que recebeu das gerações anteriores, das esferas sociais, econômicas e culturais. Esse olhar permite compreender as repercussões que essas heranças terão na formação da identidade do indivíduo (RAZERA; CENCI; FALCKE, 2014).

Para Paula, a reflexão novamente segue um caminho divergente da maioria de suas colegas, a educadora considera que a marginalização, os traumas, o esquecimento e o abandono, impactam diretamente na sexualidade das adolescentes:

Algumas já renegam a própria sexualidade, devido a isso, aos traumas que sofreram, devido ao que a sociedade impõe em relação à mulher... isso de ser mais fraca do que o homem, e isso faz com que algumas rejeitem, algumas, não todas... Algumas rejeitam a sua sexualidade e em outro ponto, tem outras que foram aliciadas e isso expôs a sexualidade, muito aflorada e cedo demais... não sabendo mais como se comportar... como se comportar no dia a dia em sociedade, não explorando esse lado sexual. Quando a gente introduz elas na sociedade, em forma geral, por exemplo, numa escola, de alguma forma, elas começam a tentar demonstrar esse lado mais sensual, porque foi aquilo que foi ensinado para elas. É bem complicado de estar lidando, em forma geral, não tem como generalizar... porque é algo muito individual para cada uma, não tem como eu dar uma resposta só. (Entrevistada, Paula)

Isto posto, compreende-se que analisar o campo de direitos sociais e sexuais de adolescentes, pode suscitar muitos desafios. Quando as profissionais foram questionadas sobre quais desafios já enfrentaram com relação a sexualidade de adolescentes, muitas disseram que o abuso sexual era um tema complicado dentro da Casa. Nesse ensejo, foi perceptível que as profissionais demonstraram duvidar ou naturalizar a violência sexual, segundo Talita “a gente não sabe até onde ela tá falando a verdade, até onde ela tá falando mentira. Mas ela diz que era abusada pelo pai, só que ela diz que gostava. Então, a gente não sabe o que é verdade e o que é mentira.” (Entrevistada, Talita).

De acordo com Peixoto e Nobre (2015), é frequente, nos casos de violência sexual mesmo que de forma indireta a culpabilização da vítima ou a justificativa da violência em decorrência de um comportamento anterior da mesma. No entanto, entende-se que a violência de gênero se estabeleceu socialmente como uma prática

autorizada a punir qualquer desvio ou subversão das normas patriarcais, atingindo sobretudo as mulheres, as crianças, os adolescentes de ambos os sexos e pessoas LGBTQ+. Quando mulheres reproduzem ou praticam violência de gênero, não estão fazendo isso em seu nome, pois, enquanto categoria social, elas não se beneficiam com os projetos de dominação e exploração da cultura patriarcal (CARRARA et. Al, p 34, 2010).

Considera-se que essa visão afasta as profissionais das adolescentes, e a problemática envolvida está na concepção de que essas profissionais são incentivadas a desempenhar um papel de educar, ensinar e orientar as adolescentes a respeito dos sinais, necessidades e indícios de um relacionamento saudável. Dessa forma, buscou-se entender quais as orientações sobre sexualidade que acrescentaria para um profissional que atua com os adolescentes em instituições acolhedoras, embora muitas profissionais disseram que não tinham indicações, a assistente social Alice relata que:

Primeira coisa é eu querer fazer um curso. Por exemplo, eu tenho dois cursos de sexualidade, tá? Então, eu quis fazer os cursos. Agora, é muito difícil, né. Por mais que eu tenha esses cursos, eu não estou preparada pra lidar com sexualidade das meninas e abuso sexual, entendeu? Então, a sociedade precisava ter muito mais capacitações permanentes pra trabalhar com abuso sexual. Porque não é fácil, não é fácil você olhar pros olhos de uma menina e saber que aquela menina está precisando de ajuda, e você não sabe como intervir porque você pode assustar o abusador, você pode fazer com que o abusador suma. Então, tem que... Inclusive, quero te pedir... vocês estão fazendo a pesquisa, mas eu quero que vocês venham aqui também fazer uma capacitação permanente com a gente. (Entrevistada, Alice – assistente social).

De acordo com Galoni e Peixoto (2020), a formação continuada a respeito dos direitos fundamentais, sociais e sexuais de crianças e adolescentes acolhidos possui um papel fundamental para a prevenção de possíveis revitimizações, para o fortalecimento da autonomia e acolhimento de suas histórias de vida. Leite (2013), em sua pesquisa junto à profissionais de outras instituições que trabalham com adolescentes, identificou que há muitas dificuldades incorporadas ao tema da sexualidade nas ações das instituições. Um aspecto importante que cabe debater são os motivos que perpetuam a inabilidade técnica, mas sobretudo ética da maioria das profissionais sobre o tema da sexualidade. Nesse sentido, cabe salientar que o campo dos direitos sexuais de

adolescentes deflagra como indispensável os processos de educação em sexualidade voltado para os profissionais.

## 11. OLHARES E INQUIETAÇÕES DURANTE A TRAVESSIA DA PESQUISA

Durante as entrevistas, foi possível perceber que o campo dos direitos sexuais e reprodutivos aparece com frequência dentro do campo dos direitos fundamentais de crianças e adolescentes (LEITE, 2013). O ECA (BRASIL, 2021), apresenta neutralidade no que se refere às diferenças entre os gêneros – sendo esse um enfoque imprescindível considerando que a vivência da sexualidade, da liberdade e da autonomia mudam, em nossa sociedade, de acordo com as assimetrias entre os gêneros (Ibid., 2021). Outro ponto importante é que, no texto legal, são abordados somente assuntos relacionados ao abuso ou a exploração sexual. Considera-se que essas questões se configuram como uma barreira – do ponto de vista legal e social – que impede a afirmação de uma vivência integralizada da sexualidade (Ibid., 2021).

No que se refere às Orientações Técnicas dos Serviços de Acolhimento, o documento enuncia que a sexualidade faz parte do desenvolvimento humano e deve se garantir acesso e respeito à diversidade e não discriminação das crianças e adolescentes em acolhimento. No entanto, os direitos sexuais aparecem no documento de maneira não resumida e pouco informativa. Tais reflexões contribuíram para o interesse em entender como o direito à sexualidade é preconizado dentro da Casa Rio Preto. A Equipe de Pesquisa deparou-se com o fato de que a Equipe de Profissionais desconhecia, portanto, não utilizavam o documento. Com relação à Equipe de Profissionais, eram, em sua maioria, recém-contratadas, notou-se que esse aspecto influenciou em suas respostas durante as entrevistas. À vista dessa questão, muitas diziam que não sabiam muito sobre a sexualidade das adolescentes, mas quando incentivadas a falar trouxeram relatos mais aprofundados.

Ainda sobre a Equipe de Profissionais, considera-se que a formação acadêmica não é o único saber, contudo, observou-se que a equipe Técnica possui mais ferramentas para lidar com os temas relacionados à sexualidade, bem como as Educadoras, que também possuem algum tipo de formação. Estas apresentaram mais flexibilidade e entendimento a respeito da vivência da sexualidade. Diante disso, foi notório que a formação das profissionais da Casa Rio Preto possui grande relevância para o atendimento das necessidades das adolescentes.

Nesse contexto, se torna fundamental que se viabilizem capacitações para as profissionais da instituição, debates que formem profissionais que tenham visões e conhecimentos mais abrangentes a respeito do direito a sexualidade. A Equipe de Pesquisa também discutiu sobre a importância do investimento em ações educativas que favoreçam a formação permanente e continuada das profissionais. No entanto, essa premissa esbarrou em um limitador do campo: a alta rotatividade das profissionais. Corroborando com essa questão, tem-se o fato de que, durante a pesquisa, a psicóloga pediu o desligamento da instituição. Esse cenário pode ser motivado por diversas razões. Dentre elas, foi possível identificar o impacto da sobrecarga de trabalho das profissionais e a realidade de que a grande maioria são contratadas.

A entrada e saída da Casa é um fenômeno também vivenciado pelas adolescentes. Durante o trabalho de pesquisa, duas adolescentes foram transferidas para outra Instituição, uma adolescente estava em processo de desinstitucionalização e a situação de outras três estava para ser avaliada. Conforme previsto no § 1º Art. 19 do ECA, a situação das adolescentes deve ser reavaliada a cada 3 meses nas audiências concentradas. Isto posto, considera-se que é fundamental levar em conta a transitoriedade dos corpos nesse território e, para tal, deve-se pensar práticas interventivas que avaliem o momento em que acontecerão as audiências concentradas e o fluxo de entrada e saída das profissionais. Um caminho apresentado na literatura é a aplicação de ações de intervenção (oficinas, cursos, grupo focal, rodas de conversas, programas, protocolos) que se disponibilizem a desenvolver um trabalho em grupo, que considerem as características do território, que estejam atualizados, alinhados com as demandas apresentadas e se proponham a serem flexíveis durante o processo de execução.

Nas entrevistas com as profissionais, diversas categorias foram encontradas, no entanto, optou-se por construir a discussão e análise dos resultados com as categorias que responderam aos objetivos e as questões de pesquisa (BARDIN, 2011). Não obstante, também se seguiu a reflexão a respeito de temas que emergiram durante a intervenção no campo de pesquisa e, essas categorias foram mantidas.

Nessa perspectiva, ainda, cabe expor a discussão a respeito da saúde sexual e reprodutiva na adolescência aparece de forma urgente na fala das profissionais e também dentro dos estudos teóricos. No entanto, não foi possível o aprofundamento

desse eixo temático devido ao tempo de duração das intervenções de pesquisa. Tal escolha se assegura na concepção de que o campo teórico, sobretudo o da saúde pública, tem abordado a sexualidade na adolescência através da ótica do risco ou da vulnerabilidade (LEITE, 2013), por conseguinte esse trabalho buscou discutir o direito à sexualidade de adolescentes acolhidas institucionalmente na perspectiva do prazer, da fluidez e da diversidade. Além disso, outras lacunas apareceram no campo como a autolesão das adolescentes, a visão das profissionais de infantilização ou imaturidade das adolescentes, transtornos mentais e a sexualidade afluída das adolescentes, os relacionamentos entre as adolescentes dentro da Casa, distanciamento das profissionais frente as adolescentes e a sobrecarga de trabalho das profissionais. Essas problemáticas deixaram portas abertas e cabe salientar que o investimento nessas discussões possui grande relevância para o campo dos direitos na esfera da infância e adolescência.

## 12. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar por responder as perguntas de pesquisas, e atingir os objetivos traçados inicialmente neste trabalho, a Equipe de Pesquisa considerou que ambos foram alcançados. No que se refere ao primeiro objetivo específico, destaca-se que, durante o estudo do campo, foi possível perceber que as questões relacionadas à sexualidade afetam não somente a formação da identidade das adolescentes, como também sua autonomia. Esse dado apresentou influência direta no que se refere ao direito à sexualidade associado ao prazer, liberdade e diversidade sexual e de gênero.

Para o segundo objetivo específico, foi possível entender como a Equipe Técnica atuava frente aos assuntos e demandas a respeito da sexualidade através da discussão das categorias encontradas na RI e nas entrevistas. As categorias foram organizadas da seguinte maneira: a) Os direitos sexuais e autonomia de adolescentes na Casa Rio Preto; b) Implementação de oficinas sobre educação sexual com adolescentes; c) Imaginários em torno da sexualidade; d) Normativas de gênero. De modo geral, a Equipe de Pesquisa identificou através das categorias que as Educadoras apresentam dificuldade no que se refere as questões éticas e pouca qualificação para lidar com o tema da sexualidade – o que justificaria falas discriminatórias e preconceituosas. Além dessas discussões, o campo de pesquisa também apontou outras inquietações que não foram aprofundadas devido o tema ser a vivência da sexualidade e por uma questão de tempo – entretanto, reforça-se que há muitas portas de entradas para outros debates.

Já com relação ao objetivo específico que visava entender quais eram as políticas públicas que dão assistência aos direitos sexuais das adolescentes, os resultados, em concordância com a literatura, apresentam que há pouco ou nenhum investimento desses direitos associados aos direitos sociais. Um dos entraves percebidos se correlaciona à escassez de políticas públicas que qualifiquem a importância dessa discussão. Essas implicações foram associadas às limitações que o texto legal apresenta frente aos direitos sexuais na adolescência. Cabe ressaltar que, embora o ECA represente um marco na garantia dos direitos sociais infanto-juvenis, este também é um documento legal que foi estabelecido em um momento conservador para os direitos sexuais.

Como uma abordagem metodológica, a IE enriqueceu e aproximou a Equipe de Pesquisa com a Casa, pois permitiu que fossem percebidos os contextos ecológicos das adolescentes (micro, macro, exo e mesossistema). O grupo focal possibilitou a criação de um novo microssistema entre as adolescentes e a Equipe de Pesquisa, bem como a interação com os processos proximais. Com relação à participação das adolescentes no grupo focal, elas demonstraram forte interesse no tema a respeito da sexualidade, sobretudo nas questões sobre a diversidade sexual e de gênero (orientação sexual, identidade de gênero e expressão de gênero).

Outra contribuição importante foi o uso do PIA, o instrumento possibilitou que a Equipe de pesquisa coletasse informações sistematizadas a respeito das adolescentes acolhidas, possibilitando identificar algumas fragilidades no trabalho em rede (Instituição Acolhedora, Vara de infância, Judiciário, CRAS, CREAS, Serviços de Saúde, Escola). Considerou-se que há uma distância entre o que é estabelecido pelo ECA (BRASIL, 2021) e o que efetivamente é atendido pelos serviços de assistência social. Algumas problemáticas encontradas no campo são referentes à a) falta de letramento racial da equipe técnica para heteroidentificar as adolescentes, b) processos de escolarização insuficientes das adolescentes, c) pouco lazer e dificuldade em inserir as adolescentes em projetos de desinstitucionalização e, d) desatualização dos diagnósticos relacionados a saúde das adolescentes.

O desenvolvimento desse trabalho sempre visou a prática da pesquisa, durante o atravessamento da COVID-19 houve a necessidade de muitas adaptações. Assim, ir a campo se destacou como um desafio a ser cumprido durante um momento de muita instabilidade social, instigando, portanto, a capacidade adaptativa Equipe de Pesquisa. Outra dificuldade percebida pela Equipe de Pesquisa foi a não participação de algumas adolescentes, sobretudo as que apresentam alguma deficiência motora ou intelectual – as atividades propostas não deram conta de inseri-las em todo o processo, o que não impediu fosse construído outros tipos de contato. Outras limitações do campo estão relacionadas à sobrecarga da Equipe – por muitas vezes não conseguiam nos atender – o que implicava no tempo em que o estudo pôde ser desenvolvido.

A partir dessas implicações, considera-se que o direito à sexualidade é atravessado por um processo multifacetado e interseccional. Desse modo, faz-se necessário garantir que adolescentes não sejam meros receptores, bombardeados por concepções e

estratégias externas a respeito dos seus próprios direitos sexuais. Ao contrário, é preciso defender que esses possam estar comprometidos, envolvidos, ativos e participantes na construção da sua própria identidade e autonomia sexual. Isso significaria dizer que os adolescentes não seriam apenas dados e estatísticas que os mostrem como sujeitos vulnerabilizados, mas que possam contribuir para ações a respeito da sua sexualidade, de forma ampla, compreensiva e plural.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, R. de C. F.; ALVARENGA, A. T. de; VASCONCELLOS, M. da P. C. Jovens, gênero e sexualidade: relações em questão para o campo da saúde Pública. In: **Jovens, trajetórias, masculinidades e direitos**. São Paulo: Fapesp/Edusp, 2005.

**ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA**. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>. Acessado em 26 de nov. 2020

ARBOUR, L. et al. **Princípios de Yogyakarta**. 2006. Disponível em: [https://repositorio.consejodecomunicacion.gob.ec/bitstream/CONSEJO\\_REP/304/1/principios%20de%20yogyakarta.pdf](https://repositorio.consejodecomunicacion.gob.ec/bitstream/CONSEJO_REP/304/1/principios%20de%20yogyakarta.pdf) Acesso em: 15 de jan. de 2022.

BARBOSA, M. E.; ADRIÃO, K. G. “Menina, fecha as pernas” e outras questões de gênero. **Revista Polis e Psique**, v. 1, n. 3, p. 232, 2011. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/PolisePsique/article/view/31635> Acesso em: 15 de abr. 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70: São Paulo, 2011.

BERGLAS, N. F.; CONSTANTINE, N. A.; OZER, E. J. A rights-based approach to sexuality education: Conceptualization, clarification and challenges. **Perspectives on sexual and reproductive health**, v. 46, n. 2, p. 63-72, 2014. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1363/46e1114> Acesso em: 17 de jun. 2020.

BOCK, A. M. B. A adolescência como construção social: estudo sobre livros destinados a pais e educadores. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (ABRapee)**, v. 11, n. 1, p. 63-76, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-85572007000100007](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572007000100007) Acesso em 07 de jan 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br>. Acesso em: abril, 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. Proteger e cuidar da saúde de adolescentes na atenção

básica / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas e Estratégicas. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2018. 233.

Disponível em: ISBN 978-85-334-2627-6. Acesso em 26 de nov. 2020

**BRASIL.** Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-1 e 2). Disponível em: [http://www.dhnet.org.br/dados/pp/pndh/pndh\\_concluido/index.html](http://www.dhnet.org.br/dados/pp/pndh/pndh_concluido/index.html) Acesso em: 15 de jan. de 2022.

**BRASIL.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República. B823. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH-3). Brasília: SEDH /PR, 2009. 224p.:il. Disponível em: <https://direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PNDH3.pdf> Acesso em: 15 de jan. 2022.

BRONFEBENNER, U. A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados. **Artes médicas**, 1996.

CAMARGO, E. A. I.; FERRARI, R. A. P. Adolescentes: conhecimentos sobre sexualidade antes e após a participação em oficinas de prevenção. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 14, p. 937-946, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.org/article/csc/2009.v14n3/937-946/pt/> Acesso em: 02 de jun. de 2020.

CAMPOS, N; OLIVEIRA, S. **Guia de Bolso. Proteção Infantil e ajuda humanitária na Pandemia de Covid-19**; Plan International; 12 p., 2020. Disponível em: <https://plan.org.br/estudos/guia-de-bolso-protacao-infantil-e-ajuda-humanitaria-na-pandemia-de-covid-19/> Acesso: 10 de dez. de 2020.

CARRARA, S. *et al.* Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade v. 4 e 5. **Rio de Janeiro: CEPESC**, 2010.

CARVALHO, C. de S. *et al.* Direitos sexuais de crianças e adolescentes: avanços e entraves. **Psicologia clínica**, v. 24, n. 1, p. 69-88, 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010356652012000100006&script=sci\\_abstract&tlng=es](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010356652012000100006&script=sci_abstract&tlng=es) Acesso em: 15 de mai. 2020.

CASSAL, L. C. B.; LAMEIRÃO, M. S. B.; DE BICALHO, P. P. G. Juventudes Rizomáticas: problematizações da sexualidade em abrigos e instituições de cumprimento de medidas socioeducativas. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 4,

n. 7, p. 133-148, 2009. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1578> Acesso em: 17 de ago. 2018.

CERQUEIRA, D.; BUENO, S., ALVES, P. P. **Atlas da Violência 2020**. Disponível em:[https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio\\_institucional/200826\\_r\\_i\\_atlas\\_da\\_violencia.pdf](https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/200826_r_i_atlas_da_violencia.pdf). Acessado em maio de 2021.

CHILDHOOD, Brasil. **A violência sexual infantil no brasil**. Disponível em:

<https://www.childhood.org.br/a-violencia-sexual-infantil-no-brasil> Acesso em: 22 de out. 2020.

**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA**. Dados recolhidos do Sistema Nacional de Adoção (SNA), de 26 de julho de 2020. Disponível em:

<<https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434b913f74b5b5b31a2&sheet=e78bd80b-d486-4c4e-ad8a-736269930c6b&lang=ptBR&opt=currsel&select=clearall>>. Acessado: 03 de ago. 2020.

**CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Dados recolhidos do Sistema Nacional de Adoção (SNA)**, de agosto de 2020. Disponível em:

<https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=currsel&select=clearall>

CORDEIRO, R. de L. M.; FILHO, E. A. B.; SANTOS, G. M. N. C. dos S. et al.

Meninas de moral: experiências socioeducativas em um bairro popular do Recife, 2010.

**Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 30, p. 188-199, 2010. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932010000100014&script=sci\\_arttext&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932010000100014&script=sci_arttext&lng=pt) Acesso em 06 de jun. 2019.

CORNWALL, A. **Questões de sexualidade: ensaios transculturais**. Rio de Janeiro: ABIA, 2008

COSTA, V; FERNANDES, S. C. S. O que pensam os adolescentes sobre o amor e o sexo? Um estudo na perspectiva das representações sociais. **Psicologia & Sociedade**, v. 24, n. 2, p. 391-401, 2012. Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822012000200017&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822012000200017&script=sci_arttext)  
Acesso em: 02 de mai. 2019.

CRP. CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 6ª Região (org). Psicólogo judiciário nas questões de família. A ética própria da psicologia: mudanças na relação assistente técnico e perito. / **Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região** – São Paulo: CRPSP, 2010. 44 p.; 23cm. (Caderno Temático 10).

DA SILVA, J.C.F.; GONÇALVES, S.M.M. Perfil da violência contra crianças e adolescentes segundo registros do Conselho Tutelar de um município da Baixada Fluminense. **Revista Mosaico**, v. 10, n. 2, p. 02-09, 2019. Disponível em: <http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/1931>. Acesso em: 13 de set. 2020.

D'ANGELO, L. B.; DE GARAY HERNÁNDEZ, J. Sexualidade, um direito (secundário)? Atravessamentos entre sexualidade, socioeducação e punição. **Plural**, v. 24, n. 1, p. 78-104, 2017.

DE JESUS FERREIRA, A. Teoria Racial Crítica e Letramento Racial Crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da ABPN**, v. 6, n. 14, p. 236-263, 2014.

DE OLIVEIRA, G.R.; da SILVA, J.C.F.; PEIXOTO, A.C.A. Diversidade sexual e de gênero em instituições de acolhimento institucional: a invisibilidade de adolescentes LGBTIQ. **Revista Mosaico**, v.11, n.2, p. XX-XX, 2020. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/rebeh/article/view/9933>. Acesso em 26 de nov. 2020

DE TARTARI, L. *et al.* Violências: lembrando alguns conceitos. **Aletheia**, n. 24, p. 95-104, 2006. Disponível em: [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S141303942006000300009](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141303942006000300009). Acesso em: 02 de jan. 2020.

DOS SANTOS SARAIVA, V. C. Repensando a circulação e a adoção de crianças negras na família brasileira. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, v. 18, n. 45, 2020.

FARAJ, S. P.; SIQUEIRA, A. C.; ARPINI, D. M. Notificação da violência: percepções de operadores do direito e conselheiros tutelares. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 36, n. 4, p. 907-920, 2016. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932016000400907&script=sci\\_arttext&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1414-98932016000400907&script=sci_arttext&lng=pt). Acesso em: 04 de nov. 2019.

FARINELLI, V. **Mulheres vão para frente do hospital defender direito ao aborto de menina de 10 anos**. Disponível em: <https://revistaforum.com.br/mulher/mulheres-vaio-para-frente-do-hospital-defender-direito-ao-aborto-de-menina-de-10-anos/>. Acesso em: 03 de out. 2020.

FAVERO, S. Cisgeneridades precárias. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 13, n. 20, 2019.

FEITOSA, A. G. da Silva. **A infância abrigada**: impressões das crianças na casa abrigo. 2011. Disponível em: <http://www.ciecuminho.org/documentos/ebooks/2307/pdfs/3%20Inf%C3%A2ncia%20e%20Prote%C3%A7%C3%A3o/A%20Inf%C3%A2ncia%20Abrigada.pdf>. Acesso em: 02 de mai. 2018.

FERREIRA, I. G.; PIAZZA, M.; SOUZA, D. Oficina de saúde e sexualidade: Residentes de saúde promovendo educação sexual entre adolescentes de escola pública. **Revista Brasileira De Medicina De Família E Comunidade**, v. 14, n. 41, p. 1788-1788, 2019. Disponível em: <https://rbmfc.org.br/rbmfc/article/view/1788> Acesso em: 13 de mai. 2020.

FIGUEIRÓ, M. N. D. Educação Sexual: problemas de conceituação e terminologias básicas adotadas na produção acadêmico-científica brasileira. Semina: **Ciências Sociais e Humanas**, v. 17, n. 3, p. 286-293, 1996. Disponível em:

<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/seminasoc/article/view/9475>. Acesso em: 14 de jan. 2018.

FLECK, I. **Quantas violências ainda pode sofrer uma menina de 10 anos grávida após estupro?** Disponível em:

[https://www.huffpostbrasil.com/entry/crianca-estuprada-aborto\\_br\\_5f3a54edc5b65bbd8c8fb8a4](https://www.huffpostbrasil.com/entry/crianca-estuprada-aborto_br_5f3a54edc5b65bbd8c8fb8a4) Acesso em: 9 de out. 2020

GALONI, L.L.; PEIXOTO A.C.A. **Inserção Ecológica em pesquisa com adolescentes do sexo feminino em acolhimento institucional**: Analisando o processo de desligamento institucional por maioria. 2020. 105p. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2020.

GALVÃO, G. M.; DE CARVALHO MARTINS, T. Criminalização da pobreza: o produto de uma violência estrutural. **Revista Transgressões**, v. 1, n. 2, p. 42-65, 2013.

GAPGNON, J.; SIMON, J. e W. 1973. Sexual Conduct. **The Social Sources of Human Sexuality**, Chicago: Aldine Publishing.

GARCIA, N.Z. **Acolhimento institucional e o desligamento obrigatório**: trajetórias, significados e perspectivas futuras para as adolescentes. (Trabalho de Conclusão de Curso). Departamento de Serviço Social do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

Disponível em:

[http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil\\_como\\_elaborar\\_projeto\\_d\\_e\\_pesquisa.pdf](http://www.uece.br/nucleodelinguasitaperi/dmdocuments/gil_como_elaborar_projeto_d_e_pesquisa.pdf) Acesso em: 13 de jun. 2020.

HABIGZANG, L. F. *et al.* Avaliação psicológica em casos de abuso sexual na infância e adolescência. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 21, n. 2, p. 338-344, 2008. Disponível em:[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010279722008000200021&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010279722008000200021&script=sci_arttext) Acesso em: 09 de mai. 2019.

HEREAT, J., PLESONS, M., CASTLE, C., BABB, J., CHANDRA-MOULI, V. (2019). "The revised international technical guidance on sexuality education-a powerful tool at an important crossroads for sexuality education." **Reproductive health**, 15(1), 1-4. Disponível em: <https://link.springer.com/article/10.1186/s12978-018-0629-x> Acesso em: 28 de fev. de 2020.

HOOKS, B. **Não sou eu uma mulher. Mulheres negras e feminismo por bell hooks.** Plataforma Gueto. 2014.

JOTA, M. C. **Damare diz que menina de dez anos estuprada deveria ter feito cesárea...** Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2020/09/18/damare-diz-que-menina-de-10-anos-estuprada-deveria-ter-feito-cesarea.htm?cmpid=copiaecola> Acesso em: 30 de out. 2020

KOLLER, S. H.; MORAIS, N. A.; PALUDO, S. dos S. (Ed.). **Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano.** Pearson, 2004.

KRUM, F. M. B.; BANDEIRA, D. R. O método da inserção ecológica e sua aplicação no campo da psicologia de emergências e desastres. In: S. H. Koller, S.; S. Paludo; N. A. Moraes (Eds.) **Inserção ecológica: um método de estudo do desenvolvimento humano.** (pp. 215-238). São Paulo, SP: Casa do Psicólogo, 2016.

LEITE, V. A sexualidade adolescente a partir de percepções de formuladores de políticas públicas: refletindo o ideário dos adolescentes sujeitos de direitos. **Psicologia Clínica**, v. 24, n.1, p. 89-103, 2012. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103\\_56652012000100007&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103_56652012000100007&script=sci_arttext) Acesso em: 25 de dez. 2019.

LEITE, V. **Sexualidade adolescente como direito? A visão de formuladores de políticas públicas** – Rio de Janeiro: edUERJ, 2013.

LEVANDOWSKI, M. L. *et al.* Impacto do distanciamento social nas notificações de violência contra crianças e adolescentes no Rio Grande do Sul, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 37, 2021.

- LIVRAMENTO, A. M. do; BRASIL, J. A.; CHARPINEL, C. P.; ROSA, E. M. A produção de famílias negligentes: analisando processos de destituição do poder familiar. **Argumentum**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 173–186, 2012. DOI: 10.18315/argumentum.v4i1.2938. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2938>. Acesso em: 5 jan. 2022
- LIVRAMENTO, A. M. do; BRASIL, J. A.; CHARPINEL, C. P.; ROSA, E. M. A produção de famílias negligentes: analisando processos de destituição do poder familiar. **Argumentum**, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 173–186, 2012. DOI: 10.18315/argumentum.v4i1.2938. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2938>. Acesso em: 7 jan. 2022.
- LOURO, G. L. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Autêntica, 2000.
- MACHADO, V. R. A atual política de acolhimento institucional à luz do estatuto da criança e do adolescente. **Serviço Social em Revista**, v. 13, n. 2, p. 143-169, 2011.
- MANZINI, E. J. Entrevista semi-estruturada: análise de objetivos e de roteiros. **Seminário internacional sobre pesquisa e estudos qualitativos**, v. 2, p. 10, 2004.
- MARTINS, C. B. et al. Sexualidade na adolescência: mitos e tabus. **Ciencia y enfermería**, v. 18, n. 3, p. 25-37, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3704/370441811004.pdf> Acesso em: 06 de jul. 2020.
- MENDES K. D. S; SILVEIRA, R. C. C. P; GALVÃO C. M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto & Contexto Enfermagem**, Florianópolis, n. 17, v. 4, p. 758-64, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tce/v17n4/18.pdf> Acesso em: 24 dez. 2019.
- MEYER, C. A. “**O que é privacidade?**”: uma ferramenta de prevenção da violência sexual para crianças. 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/150592> Acesso em: 15 de mai. 2018.
- MINAYO, M.C.S. **Violência e saúde [online]**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Disponível em:

<https://static.scielo.org/scielobooks/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf>. Acesso em: 13 out. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR); SECRETARIA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE. Análise epidemiológica da violência sexual contra crianças e adolescentes no Brasil, 2011 a 2017. **Bol. Epidemiol.**, v. 49, n. 27, 2018.

MORAIS, C. *et al.* O uso do diário de campo no processo de Inserção Ecológica. In: KOLLER, Silva Helena; MORAIS, Normanda; PALUDO, Simone. **Inserção Ecológica**. Um método de estudo do desenvolvimento humano. Editora Pearson: Porto Alegre, 2004., p. 299-321.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. Revista Educação, **Porto Alegre**, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999

MORESCHI, M. **Ministério dos Direitos Humanos. Secretaria Nacional de Proteção dos Direitos da Criança e Adolescente. Violência contra Crianças e Adolescentes: Análise de Cenários e Propostas de Políticas Públicas**. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos, 2018. , 494 p. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/crianca-e-adolescente/violencia-contra-criancas-e-adolescentes-analise-de-cenarios-e-propostas-de-politicas-publicas-2.pdf> Acesso em: 20 de ago. 2017.

NAVARRO-SWAIN, T. Desfazendo o "natural": a heterossexualidade compulsória e continuum lesbiano. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2010.

PAIVA, V. **Fazendo Arte com camisinha**. São Paulo: Summus, 2000.

PEIXOTO, A. C. A. Um estudo qualitativo sobre os pensamentos e as distorções de crianças e adolescentes vítimas de violência. **Anais do XI Congresso Brasileiro de Terapias Cognitivas da FBTC**, 2017 (p. 16). Foz do Iguaçu, Paraná/Brasil.

PEIXOTO, A.C.A.; GONÇALVES, S.M.M.; ROZARIO, G.F. **Intervenção interdisciplinar com crianças e adolescentes institucionalizados**. In. DE-FARIAS,

A.K.C.R. Ciências da Saúde - O Trabalho de Equipes Multiprofissionais em Diferentes Contextos. Curitiba: Juruá Editora, 2019.

PEIXOTO, A.F.; NOBRE, B.P.R. A responsabilização da mulher vítima de estupro. periferia?. **Psicol. cienc. prof.** [online]. 2008, vol.28, n.1, pp. 82-97. ISSN 1414-9893

PINHO, O. A., & SANSONE, L. (2008). **Raças: novas perspectivas antropológicas.** EDUFBA. 2008.

PONTES, J. C.; SILVA, C. G.; NAKAMURA, E. “Crianças” e “Adolescentes” trans. A construção de categorias entre profissionais de saúde. **Sexualidad, Salud y Sociedad**, (Rio de Janeiro), p. 112-132, 2020.

PRATI, L. E.; COUTO; M. C. P., MOURA; A.; POLETTO, M., KOLLER, S. H. (2008). “Revisando a inserção ecológica: uma proposta de sistematização.” **Psicologia: reflexão e crítica**, 21, 160-169. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/pQHgm4ZDsNygyttwybxb7L/abstract/?stop=next&format=html&lang=pt> Acesso em: 15 de jan. 2020.

RAZERA, J.; CENCI, C. M.; FALCKE, D. Violência doméstica e transgeracionalidade: um estudo de caso. **Revista de Psicologia da IMED**, v. 6, n. 1, p. 47-51, 2014.

REIS, T., org. **Manual de Comunicação LGBTI+**. 2ª edição. Curitiba: Aliança Nacional LGBTI / GayLatino, 2018. ISBN: 978-85-66278-11-8 REIS, Toni. Manual de comunicação LGBTI+. 2021.

RENA, L. C. C. B. **Sexualidade e adolescência – as oficinas como prática pedagógica.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001

RIZZINI, I.; RIZZINI, I.. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente.** Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 88 p., 2004. Disponível em: [http://www.editora.pucRio.br/media/ebook\\_institucionalizacao\\_de\\_crianças\\_no\\_brasil.pdf](http://www.editora.pucRio.br/media/ebook_institucionalizacao_de_crianças_no_brasil.pdf) Acesso em: 30 de mai. 2018.

ROMERO, K. T. MEDEIROS, M. S. S.; WEHBA, V. J. O conhecimento das adolescentes sobre questões relacionadas ao sexo. **Revista da Associação Médica**

**Brasileira**, v. 53, n. 1, p. 14-19, 2007. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010442302007000100012&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010442302007000100012&script=sci_arttext&tlng=pt) Acesso em: 25 de fev. 2020.

ROSA, E. B P. Cisheteronormatividade como instituição total. **Cadernos PET-Filosofia**, v. 18, n. 2, 2020.

SANTOS, D. B.; SILVA, R. C. da. Sexualidade e normas de gênero em revistas para adolescentes brasileiros. **Saúde e sociedade**, v. 17, n. 2, p. 22-34, 2008. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902008000200004&script=sci\\_arttext](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902008000200004&script=sci_arttext) Acesso em: 04 de jan. 2020.

SAULO CIASCA, A. H.; JUNIOR, A. L. **Saúde LGBTQIA+ Práticas de Cuidado Transdisciplinar**. Editora Manole: 1ª edição, 2021.

SCHOEN-FERREIRA, T. H.; AZNAR-FARIAS, M.; SILVARES, E. F. de M. “Desenvolvimento da identidade em adolescentes estudantes do ensino médio.” **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 22, n. 3, p. 326-333, 2009. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722009000300002&script=sci\\_arttext&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722009000300002&script=sci_arttext&tlng=pt) Acesso em: 20 de jun. de 2020.

SILVA, C. G *et al.* Religiosidade, juventude e sexualidade: entre a autonomia e a rigidez. **Psicologia em estudo**, v. 13, p. 683-692, 2008.

SILVA, E. R. A. **O direito à convivência familiar e comunitária**: os abrigos para crianças e adolescentes no Brasil. 2004. Acesso em: 20 de out. 2020. Disponível em: [https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ipea/direito\\_a\\_conviv\\_familiar\\_ipea\\_2004.pdf](https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/ipea/direito_a_conviv_familiar_ipea_2004.pdf)

SILVA, L. M. P. et al. **Violência doméstica contra a criança e o adolescente**. Recife: Edupe, v. 240, 2002. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia\\_crianças\\_adolesc.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/violencia_crianças_adolesc.pdf) Acesso em: 15 de nov. 2019.

SILVEIRA, S. B. Á. B. *et al.* Inserção Ecológica: metodologia para pesquisar rico e intervir com proteção. **Psi. da Ed.**, São Paulo, 29, 2º sem. de 2009, pp.57-74, 2009.

**SISTEMA NACIONAL DE ADOÇÃO E ACOLHIMENTO** . 2020. Disponível em <https://paineisanalytics.cnj.jus.br/single/?appid=ccd72056-8999-4434-b913-f74b5b5b31a2&sheet=4f1d9435-00b1-4c8c-beb7-8ed9dba4e45a&opt=cursel&select=clearall> .

Acessado em 26 de out. 2020

**SNA. Informativo sobre a Nota Técnica SNAS. Secretaria Nacional de Assistência Social Secretaria Especial de Desenvolvimento Social Ministério da Cidadania, nº 11/2020.** Brasília, 24 de abril de 2020. Disponível em: [http://blog.mds.gov.br/redesuas/wpcontent/uploads/2020/04/informativo\\_SNAS\\_Nota\\_Tecnica\\_Acolhimento\\_Crianças\\_AdolesceAdol\\_Portaria59\\_2020.pdf](http://blog.mds.gov.br/redesuas/wpcontent/uploads/2020/04/informativo_SNAS_Nota_Tecnica_Acolhimento_Crianças_AdolesceAdol_Portaria59_2020.pdf) Acesso em: 31 de agosto de 2020

SOUSA, A. C. G.; e BRANDAO, S. N. Como é ser adolescente do sexo feminino na periferia?. **Psicol. cienc. prof.** [online]. 2008, vol.28, n.1, pp. 82-97. ISSN 1414-9893

TAYLOR, S. **The psychology of pandemics: Preparing for the next global outbreak of infectious disease.** Cambridge Scholars Publishing, 2019.

TONELI, M. J. F. Diversidade sexual humana: notas para a discussão no âmbito da psicologia e dos direitos humanos. **Psicologia Clínica**, v. 20, n. 2, p. 61-73, 2008.

Disponível em:

[https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-56652008000200005&script=sci\\_arttext&lng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-56652008000200005&script=sci_arttext&lng=pt) Acesso em: 06 jul. 2020.

TRAD, L. A. B. Grupos focais: conceitos, procedimentos e reflexões baseadas em experiências com o uso da técnica em pesquisas de saúde. **Physis: revista de saúde coletiva**, v. 19, p. 777-796, 2009.

**UNESCO: International technical guidance on sexuality education: An evidence-informed approach for schools, teachers and health educators.** 2ª Edição. revisada Publicada em 2018 por UNESCO, UNICEF, UNFPA, ONU Mulheres, OMS e UNAIDS. Secretariat. 2019.

**UNESCO:** Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro : tópicos e objetivos de aprendizagem.. -- Brasília : UNESCO, 2014. 53 p., il. Incl. bibl.

ISBN: 978-85-7652-189-1 1. Educação sexual 2. Educação sobre aids 3. Política educacional 3. Desenvolvimento curricular 6. Brasil I.

UNICEF. **A Familiar Face**: Violence in the lives of children and adolescents, 2017. Disponível em: <https://data.unicef.org/resources/a-familiar-face/>.

UZIEL, A. P.; BERZINS, F. A. J. Adolescências, autonomia e direitos sexuais: fragmentos de histórias de meninas abrigadas. **Psicologia Clínica**, v. 24, n. 1, p. 105-115, 2012. Disponível: <https://www.redalyc.org/pdf/2910/291022970008.pdf>  
Acesso em: 06 jun. 2020.

WEBER, L. N. D. Questionário de investigação geral para crianças abrigadas. In:

WEBER, L. N. D.; DESSEN, M. A. (Org.). **Pesquisando a família**: instrumentos para coleta e análise de dados. Curitiba: Juruá, p. 148-157, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Sexual and reproductive health**: Defining sexual health. 2017. Disponível em:  
[http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual\\_health/sh\\_definitions/en/World](http://www.who.int/reproductivehealth/topics/sexual_health/sh_definitions/en/World)  
Acesso: 01 de jul. 2019.

YUNES, M. A. M.; JULIANO, M. C. A bioecologia do desenvolvimento humano e suas interfaces com educação ambiental. **Cadernos de Educação**, n. 37, 2010.

ZANON, C.; DELLAZZANA-ZANON, L. L.; WECHSLER, S. M. et al. COVID-19: implicações e aplicações da Psicologia Positiva em tempos de pandemia. **Estudos de Psicologia (Campinas)**, v. 37, 2020. Disponível em:  
[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-166X2020000100506](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2020000100506).  
Acesso: 04 de out. 2020.

ENTREVISTA

1ª parte: Entrevista com o Responsável

INSTRUMENTOS - ADOLESCENTES

1. QUESTIONÁRIO DE INVESTIGAÇÃO GERAL PARA CRIANÇAS ABRIGADAS.

Local: \_\_\_\_\_ Data da aplicação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Informante:			
Relação de parentesco com o adolescente:			
<b>I – IDENTIFICAÇÃO DO ADOLESCENTE:</b>			
1.Nome:			2.Sexo: ( ) F ( ) M
3.Data de Nascimento: ____/____/____			4.Idade:
4.Cor: ( ) Amarelo ( ) Negro ( ) Branco ( ) Pardo ( ) Indígena			5.Religião:
6. Frequenta a Escola? ( ) Sim ( ) Não			
7.Escola:		8.Ano/série:	
9.Já reprovou de ano? ( ) Sim ( ) Não		10.Se Sim, quantas vezes e qual(ais) o ano(s)?	
11.Em que escola cursou o Ensino Fundamental:			
( ) Escola pública		( ) Escola particular com bolsa	
( ) Escola particular sem bolsa		( ) Parte em escola pública, parte em escola particular	
<b>II – COMPOSIÇÃO FAMILIAR</b>			
1.Pai:			
Profissão:		Idade:	_____
2.Mãe:			
Profissão:		Idade:	_____
3. Situação jurídica: ( ) Suspensão do poder familiar ( ) Destituição do poder familiar			
4.Possui vínculos com a família de origem?( ) Sim ( ) Não			
5. Visita dos familiares: <input type="checkbox"/> 1x semana <input type="checkbox"/> 1x mês <input type="checkbox"/> Raramente <input type="checkbox"/> Nunca <input type="checkbox"/> Destituídos			
6. Visita do adolescente na família de origem: <input type="checkbox"/> 1x semana <input type="checkbox"/> 1x mês <input type="checkbox"/> Raramente <input type="checkbox"/> Nunca <input type="checkbox"/> Destituídos			
7. Os pais estão vivos? ( ) Sim ( ) Não			
8.Tem irmãos? ( ) Sim ( ) Não		9.Quantos: _____ Estão com ele(a) na instituição ( ) Sim ( ) Não	
10.Quantas pessoas moravam na residência? _____			
Quem morava:			
<input type="checkbox"/> Mãe		<input type="checkbox"/> Avô materna	

<input type="checkbox"/> Pai	<input type="checkbox"/> Avó paterno
<input type="checkbox"/> Madrasta	<input type="checkbox"/> Avô paterno
<input type="checkbox"/> Padrasto	<input type="checkbox"/> Tio(a) Quantos? _____
<input type="checkbox"/> Irmão (a) Quantos? _____	<input type="checkbox"/> Primo(a) Quantos? _____
<input type="checkbox"/> Avó materna	<input type="checkbox"/> Meio irmão (a) Quantos? _____
<input type="checkbox"/> Outros. Quem? _____	
<b>III – SOBRE O ABRIGO:</b>	
1.Nome da instituição: _____	
2.Há quanto tempo reside no abrigo? _____	
3.Passou por outros anteriormente? ( ) Sim ( ) Não Quantos? _____	
4. Atividades externas à casa: <input type="checkbox"/> Atividade Física <input type="checkbox"/> Artística <input type="checkbox"/> Curso profissionalizante <input type="checkbox"/> Não frequenta	
5. Motivos para o acolhimento:	
( ) Negligência	( ) Uso de drogas ilícitas dos pais/responsáveis
( ) Abandono	( ) Abuso de álcool dos pais/responsáveis
( ) Violência Física	( ) Prisão dos pais/responsáveis
( ) Violência Sexual	( ) Morte dos pais/responsáveis
( ) Violência Psicológica/emocional	( ) Falta de condições básicas de moradia
Outros:	_____

#### IV OUTROS DADOS PESSOAIS DA CRIANÇA

1. Estado atual de saúde da criança e saúde quando chegou ao abrigo. Tinha lesões corporais? Fez exames de lesões corporais? Fez outros exames?

2. Cidade de origem da criança? Se está abrigada em cidade diferente da de origem, qual o motivo? \_\_\_\_\_

#### V DADOS SOBRE ABRIGAMENTO

3. Quem trouxe a criança para o abrigo?

4. Quem fez a denúncia ou qual foi o motivo do encaminhamento para o abrigo?

5. Este é o primeiro abrigo onde a criança mora? 1.  sim 2.  não
6. Se este não é o primeiro abrigo, em quantos já morou? \_\_\_\_\_
7. Quais foram \_\_\_\_\_
8. Se este não foi o primeiro abrigo, que idade tinha quando foi para uma instituição pela primeira vez? \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

## APÊNDICE 1

### CARTA DE ANUÊNCIA

Aceito a pesquisadora GRAZIELLY RIBAS DE OLIVEIRA, discente do Curso de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, juntamente com pequeno grupo de pesquisadores, a desenvolver a pesquisa intitulada como “**DIREITO À SEXUALIDADE DE ADOLESCENTES ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE**”. O projeto de pesquisa está sob a coordenação/orientação da Profª Drª Ana Cláudia de Azevedo Peixoto do Departamento de Psicologia (DEPSI/UFRRJ). O objetivo principal deste trabalho, é analisar através das entrevistas semi-estruturadas realizadas on-line com os profissionais as questões sobre a sexualidade de adolescentes que vivem em situação de acolhimento institucional no território da Baixada Fluminense/RJ e também realizar encontros remotos com adolescentes acolhidas institucionalmente na Casa Rio Preto

Ciente dos objetivos e da metodologia da pesquisa acima citada, concedo a anuência para seu desenvolvimento, desde que me sejam assegurados os requisitos abaixo:

- O cumprimento das determinações éticas da Resolução nº466/2012 CNS/CONEP.
- A garantia de solicitar e receber esclarecimentos antes, durante e depois do desenvolvimento da pesquisa.
- Não haverá nenhuma despesa para esta Instituição que seja decorrente da participação dessa pesquisa.
- No caso do não cumprimento dos itens acima, a liberdade de retirar minha anuência a qualquer momento da pesquisa sem penalização alguma.

Esta autorização está condicionada ao cumprimento do (a) pesquisador (a) aos requisitos das Resoluções do Conselho Nacional de Saúde e suas complementares,

comprometendo-se utilizar os dados pessoais dos participantes da pesquisa, exclusivamente para os fins científicos, mantendo o sigilo e garantindo a não utilização das informações em prejuízo das pessoas e/ou das comunidades.

Antes de iniciar a coleta de dados o/a pesquisador/a deverá apresentar a esta Instituição o Parecer Consubstanciado devidamente aprovado, emitido por Comitê de Ética em Pesquisa, credenciado ao Sistema CEP/CONEP.

---

Nome/assinatura e **carimbo** do responsável onde a pesquisa será realizada

Seropédica, em 18/ 01/ 2021.

## APÊNDICE 2

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Responsáveis pelas adolescentes)

- 1) Prezado/a coordenador (a), você está sendo convidado para participar, como voluntário (a) da pesquisa intitulada: DIREITO A SEXUALIDADE DE ADOLESCENTES ACOLHIDAS. Essa pesquisa está sob responsabilidade da Grazielly Ribas de Oliveira (CRP: 05/59433), aluna de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).
  
- 1) A pesquisa tem o objetivo de realizar encontros remotos com adolescentes de 12 a 18 anos de idade que estejam em situação de acolhimento na Instituição.
  
- 2) Sua participação consiste em autorizar o adolescente participante do estudo “DIREITO À SEXUALIDADE DE ADOLESCENTES ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE”
  
- 3) Os possíveis riscos envolvidos na pesquisa são: os informantes sentirem algum desconforto ao expor sobre seus relacionamentos interpessoais. Os benefícios são: a pesquisa contribuirá para futuros programas de intervenção na área da sexualidade com adolescentes em acolhimento institucional e seus cuidadores. Essa pesquisa também pode ser uma oportunidade que o adolescente e seus cuidadores terão para pensar sobre a vida e sobre seus relacionamentos, o que pode ser interessante e enriquecedor.

- 4) Considerando a possibilidade dos riscos sinalizados anteriormente, tomaremos os seguintes cuidados para sua minimização: (a) antes do início das atividades de pesquisa, a pesquisadora retomará os objetivos, a participação voluntária e a garantia de sigilo das informações. Além disso, a pesquisadora informará aos adolescentes e cuidadores que eles têm total liberdade de não responder a alguma pergunta ou mesmo de entregar o questionário em branco; (b) a pesquisadora estará atenta para fornecer qualquer esclarecimento ou responder qualquer dúvida relativa às perguntas dos questionários; (c) ao término das atividades de pesquisa, a pesquisadora informará aos adolescentes e cuidadores que se alguém sentiu algum tipo de desconforto, poderá procurar a pesquisadora para uma conversa e a mesma entregará ao coordenar da Instituição uma lista dos atendimentos psicológicos, contendo telefone e endereço, oferecidos pelo serviço de saúde pública.
  
- 5) Os dados serão publicados, preservando-se o anonimato dos participantes da pesquisa. Você não terá qualquer custo financeiro para participar desta pesquisa. Não está prevista qualquer forma de ressarcimento financeiro por sua participação ou por custos de tempo de sua parte.
  
- 6) Esclarecemos que você tem liberdade para retirar seu consentimento no futuro, em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer penalização ou prejuízo. Sua recusa não lhe trará nenhum prejuízo em sua relação com os pesquisadores.
  
- 7) Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e endereço da pesquisadora principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o estudo e a participação da adolescente, agora ou a qualquer momento. Eu, pesquisadora, estou compromissada com o Código de Ética Profissional do Psicólogo e com a Resolução CNS 466/12 sobre Pesquisas com seres Humanos, assegurando total sigilo quanto aos dados obtidos durante a pesquisa. A pesquisa foi autorizada pelo Comitê de Ética da UFFRJ, localizado no Rodovia BR 465, Km 07, s/n Zona Rural, Seropédica - RJ, 23890-000.

---

Grazielly Ribas de Oliveira - CRP: 05/59433

Endereço: Rodovia BR 465, Km 07, s/n Zona Rural, Seropédica - RJ, 23890-000.

Email: graziellycascon@gmail.com

Eu,-----  
responsável pelo (a)  
adolescente:-----, abaixo assinada,  
estou ciente de que o adolescente fará parte de uma amostra de pesquisa que está sendo realizada nesta Instituição. Declaro que, após receber todas as informações descritas anteriormente, que entendi os objetivos da participação do adolescente na pesquisa e concordo deixá-lo (a) participar. Declaro estar ciente: (a) do objetivo da pesquisa, risco e benefícios; (b) da segurança de que não seremos identificados e de que será mantido caráter confidencial das informações relacionadas com a privacidade dele (a); (c) de que o adolescente poderá solicitar qualquer informação ou tirar qualquer dúvida sobre a pesquisa e em qualquer momento que julgar necessário; (d) de que o adolescente terá liberdade de recusar a participar da pesquisa.

Seropédica, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20 \_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Rubrica do Responsável pela adolescente

\_\_\_\_\_  
Rubrica do pesquisador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do responsável (coordenador da instituição)

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UFRRJ: Rua Rodovia BR 465, Km 07, s/n Zona Rural, Seropédica - RJ, 23890-000.- Rio de Janeiro, RJ, e-mail: Rodovia BR 465, Km 07, s/n Zona Rural, Seropédica - RJ, 23890-000.  
Telefone: (021) 981622449 – *Grazielly Ribas*; E-mail: [graziellycascon@gmail.com](mailto:graziellycascon@gmail.com)

### APÊNDICE 3

#### TERMO DE ASSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

(Anuência do participante da pesquisa, adolescente)

- 2) Você está sendo convidado(a), como voluntário(a) a participar da pesquisa DIREITO A SEXUALIDADE DE ADOLESCENTES ACOLHIDAS
- 3) Nesta pesquisa pretendemos realizar encontros on-line de aproximadamente 30 minutos com adolescentes de 12 a 18 anos de idade que estejam em situação de acolhimento na Instituição. O motivo que nos leva a estudar esse assunto é a ausência de Projetos sobre Sexualidade com essa população, influenciando assim o desenvolvimento de fatores importantes como noção de história de vida, territorialidade, autonomia e perspectivas futuras.
- 4) Você será entrevistado (a) individualmente, na própria Instituição, lembrando que não é uma atividade de prova ou teste, por isso não existem comportamentos e falas certas ou erradas. Para participar desta pesquisa, o responsável por você deverá ter autorizado e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira.
- 5) Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pela pesquisadora que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Os riscos envolvidos na pesquisa consistem em riscos mínimos, como por exemplo, sentir algum desconforto ao falar algo de cunho pessoal. Como benefícios, a pesquisa contribuirá para futuros Programas de intervenção com adolescentes e cuidadores em Instituição de Acolhimento. Os resultados estarão à sua disposição quando finalizado o estudo. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem a permissão do responsável por você.
- 6) Este termo de assentimento encontra-se impresso em duas vias originais, sendo que uma será arquivada pela pesquisadora responsável, e a outra será fornecida a você. A pesquisadora tratará a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde), utilizando as informações somente para os fins acadêmicos e científicos.

Eu,

---

\_\_\_\_\_, declaro que fui informado (a) dos objetivos da presente pesquisa, de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento

poderei solicitar novas informações, e o meu responsável poderá modificar a decisão de participar se assim o desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar dessa pesquisa. Recebi o termo de assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Rio de Janeiro, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_\_\_.

---

**Assinatura do adolescente**

---

**Rubrica do participante**

---

**Rubrica do pesquisador**

Caso você tenha dificuldade em entrar em contato com a pesquisadora responsável, comunique o fato à Comissão de Ética em Pesquisa da UFRRJ: Rua Rodovia BR 465, Km 07, s/n Zona Rural, Seropédica - RJ, 23890-000.- Rio de Janeiro, RJ, e-mail: Rodovia BR 465, Km 07, s/n Zona Rural, Seropédica - RJ, 23890-000. Telefone: (021) 981622449 – *Grazielly Ribas*; E-mail: [graziellycascon@gmail.com](mailto:graziellycascon@gmail.com)

**APÊNDICE 4**  
**ROTEIRO DE ENTREVISTA COM PROFISSIONAIS**  
**TÉCNICOS E EDUCADORES DA CASA DE**  
**ACOLHIMENTO**

Prezado profissional, este questionário constitui-se em instrumento para uma pesquisa na área da garantia dos direitos de crianças e adolescentes e, por isso, precisamos de sua participação. A pesquisa é vinculada ao curso de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, orientada pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Ana Cláudia de Azevedo Peixoto e desenvolvida pela mestranda Grazielly Ribas de Oliveira. Levando em conta sua experiência na área, acreditamos que sua participação é de suma importância. Em tempo, lembramos que as informações não serão identificadas, garantindo o sigilo e o anonimato quanto as respostas. Por favor, responda a todas as perguntas, considerando sua visão acerca das questões e a sua experiência nesta Instituição.

**TÍTULO DA PESQUISA: DIREITO À SEXUALIDADE DE ADOLESCENTES**  
**ACOLHIDAS INSTITUCIONALMENTE**

ENTREVISTADORA: Grazielly Ribas de Oliveira

Contato:

[graziellycascon@gmail.com](mailto:graziellycascon@gmail.com)

(21)981622449

**\*Coloco-me a disposição para quaisquer dúvidas que venham a surgir durante a resposta das perguntas.**

**Informações pessoais e de trabalho**

Nome:

Idade:

Formação:

Município de atuação:

Tipo de vínculo com a Instituição:

( ) contratado    ( ) concursado    ( )  
voluntário

Há quanto tempo  
está/esteve nesse cargo?

( ) 0 – 1 ano ( ) 1 – 2 anos ( ) 3 – 4 anos ( ) mais de 5 anos.

Tem experiência em outras casas de acolhimento?

( ) Não. ( ) Sim. Qual?

Tem experiência e algum outro equipamento da Rede de Assistência?

( ) Não. ( ) Sim. Qual?

**Informações técnicas:**

1. Para você, o que é a sexualidade humana”?
2. Você sabe quais são os direitos sexuais?  
( ) Não. ( ) Sim. Quais são eles?
3. Você acredita que os adolescentes possuem direitos sexuais?  
( ) Não. ( ) Sim. Quais são eles?
4. Na sua opinião, para que esses temas precisam ser tratados com adolescentes?
5. Como você percebe que as adolescentes lidam e entendem os relacionamentos (amizade, namoro, casamento)?
6. Como você observa que as adolescentes lidam com as questões relacionadas a sexualidade?
7. Como você percebe que as adolescentes lidam e entendem as questões relacionadas à gravidez na adolescência?
8. Como você nota que as adolescentes lidam e entendem as questões relacionadas às infecções sexualmente transmissíveis e a métodos contraceptivos?
9. No que se refere as questões relacionadas a sexualidade, você nota alguma diferença entre os meninos e as meninas?  
( ) Não. ( ) Sim. Quais?
10. Você observa se a Casa de acolhimento garante o respeito quanto a identidade de gênero e orientação sexual das adolescentes?  
( ) Não. ( ) Sim. Como ocorre?
11. Você já teve que lidar com alguma adolescente LGBTQ+ dentro da Casa de Acolhimento?  
( ) Não. ( ) Sim. Como foi?
12. Você observa que a Casa de Acolhimento garante o respeito quanto a privacidade das adolescentes?
13. Você compreende que a adolescência é um período da descoberta sexual?  
( ) Não. ( ) Sim.
14. Você conversa com as adolescentes da Casa de Acolhimento sobre HIV/AIDS  
( ) Não. ( ) Sim.
15. Você recebeu algum tipo de treinamento para lidar com as questões relacionadas à sexualidade das adolescentes da Casa de Acolhimento?  
( ) Não. ( ) Sim. Como foi?
16. Já fez parte de alguma situação na Casa de Acolhimento que envolve questões relacionadas à sexualidade?  
( ) Não. ( ) Sim. Como foi?
17. Quais as orientações sobre sexualidade que acrescentaria para um profissional que atua com o adolescentes?
18. Utilizou ou conhece algum protocolo que fale sobre a importância da sexualidade?

**APÊNDICE 5**  
**QUADRO DE CARACTERIZAÇÃO DAS PARTICIPANTES**

<b>Nomes fictícios</b>	<b>Deficiência motora, física ou intelectual</b>	<b>Idade</b>	<b>Cor</b>	<b>Situação Escolar</b>	<b>Tempo de acolhimento</b>	<b>Motivo de Acolhimento</b>	<b>Pai</b>	<b>Mãe</b>	<b>Irmãos</b>	<b>Vínculo Comunitário e Familiar</b>	<b>Projeto de desinstitucionalização</b>
Beatriz	Sim	15	Parda	Insuficiente 4º ano	Acolhida nessa Casa há 3 anos, mas com histórico de acolhimento desde a infância. Sem informações exatas.	Orfandade  Falta de condições básicas de moradia	Falecido	Falecido  Câncer de colo de útero	Sim, 2 que estavam acolhidas na mesma Casa.	Sim, com a avó materna.	Transferência para outra Casa de Acolhimento por indicação da Vara da Infância e do PPCAM.
Giovanna	Sim	17	Preta	Insuficiente  Sala de Recursos, sem série exata.	3 anos	Abandono	Falecido	Ausente	Sim, 1 irmão. Sem mais informações.	A mãe visitava raramente, porém desde outubro de 2020 parou. Além disso, não faz o repasse da pensão que o pai deixou para a filha.	Nenhum
Vanessa	Sim	16	Preta	Insuficiente  5º ano	1 ano	Orfandade	Falecido	Falecida	Sim, 2 que estavam acolhidas na	Sim, com a avó materna.	Transferência para outra Casa de Acolhimento

						Falta de condições de moradia Ameaças do tráfico local		Câncer de colo de útero	mesma Casa.		indicação da Vara de Infância e do PPCAM.
Mariana	Sim	18	Branca	Insuficiente 5º ano	1 ano e 6 meses, com histórico de acolhimento anteriormente. Sem informações exatas	Violência Sexual  (Os possíveis abusadores eram o pai e o tio)	Ausente	Ausente	Sim 4 irmãos mais velhos. Sem mais informações.	O pai visitava frequentemente, mas as visitas foram suspensas. A adolescente relatou a uma educadora que havia sido abusada pelo pai. O que impossibilitou a reintegração.	Transferência para Residência Inclusiva.
Marta	Sim	11	Parda	Insuficiente 5º ano	Acolhida há 5 meses nessa Casa, mas com histórico de acolhimento desde a infância. Sem informações exatas.	Falta de condições básicas de moradia	Falecido	Falecida  Câncer de colo de útero	Sim, 2 que estavam acolhidas na mesma Casa.	Sim, com a avó materna.	Nenhum
Antônia	Não	15	Preta	Ótimo 9º ano	Acolhida há 10 meses nessa Casa, porém com histórico de acolhimento	Violência física  Trabalho infantil nas ruas	Desconhecido	Ausente	Sim, 3 irmãos que tinha contato através de uma	Sim, com a madrinha afetiva. Mas o vínculo estava sendo rompido.	Nenhum

					durante a infância, com uma tentativa de reinte-gração.	Exploração sexual  (Todas as violências eram feitas por parte da mãe)			madrinha afetiva.		
Gabriel a	Não	16	Preta	Ótimo  1º ano	Acolhida nessa Casa há 2 meses, porém com histórico de acolhimento desde a infância. Sem informações exatas.	Orfandade	Falecido	Falecida	6 irmãos; 2 não sabe o local onde vivem, 1 contato distante, 2 moram com o padrasto, 1 foi adotado.	Visita dos pais adotivos do Irmão	Jovem aprendiz
Mônica	Sim	14	Preta	Insuficiente  7º ano	3 meses	Em razão de sua conduta  A família fez a denúncia ao Conselho Tutelar, alegando que a adolescente estava sendo agressiva em Casa. Sem mais informações exatas.	Falecido  Moradores de rua	Falecida  Moradores de rua	2 irmãos; 1 irmã mais velha mora com a irmã mais nova. Sem mais informações exatas.	No momento não está recebendo visitas da família.	Nenhuma

Natália	Não	16	Parda	Ótimo 1º ano	Há 2 meses na Casa, primeiro acolhimento.	Violência física LGBTfobia  ( Agressor era um tio – irmão da mãe )	Falecido	Falecida Câncer	1 irmã, sem mais informações exatas.	O tio está em contato com a Equipe Técnica, mas a adolescente nega aproximação com ele.	A Casa tenta a reintegração familiar, mas adolescente que já havia fugido atualmente não deseja aceitar voltar para a Casa.
Júlia	Sim	16	Branco	Insuficiente Sala de Recursos, sem série exata.	3 anos e 6 meses	Abandono	Ausente. Morador de rua, mas sem informações exatas de onde vive.	Ausente. Vivia acolhida e possui deficiência intelectual. Atualmente e a Casa não tem informações exatas de onde vive.	Suspeita de que possua 6 irmãos por parte materna – informação fornecida à Casa pelo CREAS.	Sem nenhum vínculo familiar.	Transferência para Residência Inclusiva.
Denise	Não	15	Preta	Insuficiente 5º ano	7 meses	Violência física por parte de uma vizinha que ficou cuidando da adolescente, em um contexto de	Ausente	Ausente	Sim, 3 irmãos – sem mais informações exatas.	Nenhum	Transferência para queimados e possível reintegração familiar.

						abandono da mãe. ( Há também histórico de violência sexual no passado, mas a Casa não tem informações exatas. )					
Luiza	Não	15	Branco	Regular 8º ano	3 meses	Violência física por parte do irmão afetivo.  Sem condições básicas de moradia	Ausente	Ausente	1 irmão afetivo.	Contato frequente com a mãe afetiva e o irmão.	A Casa está tentando reintegração familiar, porém é preciso a garantia da melhora do espaço físico. Além disso também estão tentando jovem aprendiz e fazendo documentos de identificação civil.
Vera	Sim	16	Branco	Não informado, devido sua transferência	1 semana	LGBTfobia por parte do padrasto – o que ocasionou a	Falecido	Ausente	3 irmãos, sem mais informações	Mantendo contato por ligação.	Nenhum, devido a transferência ser recente.

				a ser recente.		fuga da adolescente que chegou até SP e foi acolhida, passando por duas Casas de acolhimento diferentes até sua transferência para a Casa Rio Preto  Histórico de exploração sexual em SP					
Milena	Não	13	parda	Insuficiente	2 meses	Morava com o irmão, mas fugiu para morar com um homem mais velho que era do tráfico.	Ausente	Ausente	6 irmãos, sem mais informações	Sim, mantinha contato pelo telefone com os pais.	Nenhum

## APÊNDICE 6

### MATERIAL UTILIZADO NO 1º ENCONTRO DO GRUPO FOCAL: VALORES, DIREITOS, CULTURA E SEXUALIDADE

#### 1. Quebra gelo: Bate volta

Série ou filme?

Instagram ou tiktok?

Anitta ou Iza?

Iza ou Ludmilla?

Funk ou pagode?

Namorar ou ficar?

Casar ou ser solteira?

Casar virgem ou transar antes do casamento?

Ter filhos ou não ter filhos?

Viajar pelo mundo ou se organizar pra morar no mesmo lugar por muito tempo?

Ser diferente ou igual as outras adolescentes?

## 2. Cantoras da atualidade que iniciaram a carreira desde a infância:



“Eu entendo as recalcada'  
Que me ofendeu  
Se eu fosse elas também queria ser eu  
Fale bem ou fale mal  
Mas fale de mim  
Eu não tenho culpa se você não é feliz” ( Música Fale de mim - MC MELODY)



“Menina pretinha  
Exótica não é linda  
Você não é bonitinha  
Você é uma rainha” ( Música Menina Pretinha - MC SOFIA)

### **3. Afirmações provocativas sobre pessoas LGBT+**

“Esse trabalho é para macho, não é para você”

“Tudo bem ser lésbica, mas precisa se vestir como homem?”

”Bissexuais ficam em cima do muro ou não querem quer se assumir”

“Ser gay/lésbica/bi/trans, tudo bem, contanto que não dê em cima de mim!”

## APÊNDICE 7

**MATERIAL UTILIZADO NO 2º ENCONTRO DO GRUPO FOCAL:  
RELACIONAMENTOS FAMILIARES, AMOROSOS, AMIZADES;  
TOLERÂNCIA, INCLUSÃO E RESPEITO.**







**Observação: Todas as fotos utilizadas estão em domínio público disponíveis na internet.**

## APÊNDICE 8

### MATERIAL UTILIZADO NO 3º ENCONTRO DO GRUPO FOCAL: OFICINA DE AUTOMAQUIAGEM E PINTURA ARTÍSTICA



## APÊNDICE 9

### MATERIAL UTILIZADO NO 4º ENCONTRO DO GRUPO FOCAL: DEVOLUTIVA DOS ENCONTROS ANTERIORES

1. Me senti com vontade de cuidar mais do meu bem-estar.
2. Fiquei tenso.
3. Descobri algo sobre o que fazer para lidar com meus problemas.
4. Tive sentimento de culpa ou vergonha ao falar sobre sexualidade.
5. Percebi que cuido mais dos outros do que de mim mesmo.
6. Me senti relaxado.
7. Me compreendi um pouco mais.
8. Tive confiança no grupo.
9. Pensamentos desagradáveis me invadiram a cabeça.
10. Percebi que já tomei iniciativas para cuidar de mim mesmo.
11. Me senti aliviado.
12. Compreendi melhor algumas pessoas com quem eu me relaciono.
13. Me senti com mais coragem para enfrentar certos problemas.
14. Me senti distraído e “voando” em alguns momentos.
15. Desejei realizar projetos de vida.
16. Senti que o grupo me rejeitou.
17. Tive vontade de desistir de participar destes encontros.
18. Me senti confiando mais em mim mesmo.